



PLANO DE GOVERNO

UMA NOVA ERA PARA O DISTRITO FEDERAL

2027-2030

ELISSON FERREIRA

Governador

SUBTENENTE SÉRGIO PRADO

Vice-governador

36

EIXOS ESTRATÉGICOS

Planejamento, execução e futuro





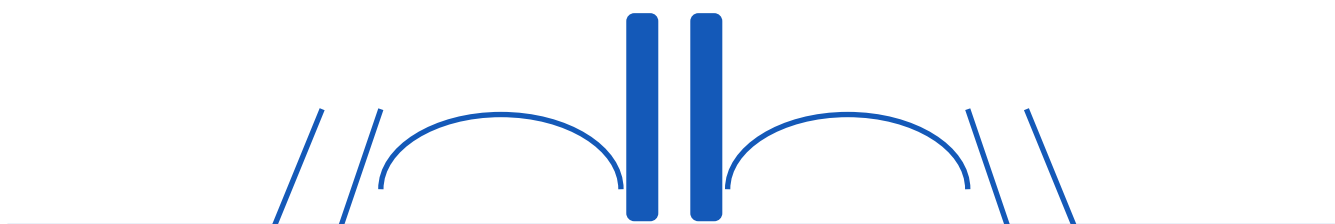
PLANO DE GOVERNO ESTRATÉGICO 2027-2030

UMA NOVA ERA PARA O DISTRITO FEDERAL

Elisson Ferreira | Governador

Subtenente Sérgio Prado | Vice-governador

AGIR DISTRITO FEDERAL



EXPEDIENTE

DOCUMENTO	Plano de Governo Estratégico 2027-2030
TÍTULO	Uma nova era para o Distrito Federal
GOVERNADOR	Elisson Ferreira
VICE-GOVERNADOR	Subtenente Sérgio Prado
PARTIDO	AGIR - Distrito Federal
ESTRUTURA	36 eixos estratégicos e 21 secretarias de Estado
VERSÃO EDITORIAL	Agosto de 2026

NAVEGAÇÃO DIGITAL

Use o sumário clicável para abrir capítulos e eixos. Nas páginas internas, o atalho **SUMÁRIO** no rodapé retorna ao índice geral.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

MISSÃO 8

VISÃO 8

VALORES 8

A CHAPA PREPARADA PARA GOVERNAR O DISTRITO FEDERAL 9

VISÃO GERAL DOS 36 EIXOS ESTRATÉGICOS 11

MÉTODO DE CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO 12

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PROPOSTA 13

PILARES DO GOVERNO AGIR 14

COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS 15

SECRETARIAS DE ESTADO 16

1. Casa Civil 17

2. Secretaria de Governo e Relações Institucionais 17

3. Secretaria da Fazenda, Planejamento e Gestão 18

4. Secretaria de Transparência, Controle e Integridade 18

5. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos 19

6. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil 19

7. Secretaria da Saúde 19

8. Secretaria da Educação 20

9. Secretaria de Desenvolvimento Social e Primeira Infância 20

10. Secretaria da Mulher, Família, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência 20

11. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Empreendedorismo 21

12. Secretaria de Trabalho e Qualificação Profissional 21

13. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital 21

14. Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes 22

15. Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano 22

16. Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado 22

17. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural 23

18. Secretaria de Cultura e Economia Criativa 23

19. Secretaria de Turismo e Relações Internacionais 23

20. Secretaria de Esporte e Juventude 24

21. Secretaria de Planejamento Estratégico, Brasília 2060 e Relações com a RIDE 24

EIXOS ESTRATÉGICOS	25
Eixo 1 - Transparência, Controle e Integridade	26
Eixo 2 - RESPONSABILIDADE FISCAL	28
Eixo 3 - COMBATE À CORRUPÇÃO	30
Eixo 4 - SEGURANÇA PÚBLICA	32
Eixo 5 - DEFESA CIVIL	34
Eixo 6 - SAÚDE	36
Eixo 7 - SAÚDE MENTAL	38
Eixo 8 - EDUCAÇÃO	40
Eixo 9 - PRIMEIRA INFÂNCIA	44
Eixo 10 - JUVENTUDE	46
Eixo 11 - MULHER	48
Eixo 12 - PESSOA IDOSA	50
Eixo 13 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA	52
Eixo 14 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	54
Eixo 15 - HABITAÇÃO	56
Eixo 16 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	58
Eixo 17 - MOBILIDADE URBANA	61
Eixo 18 - TRANSPORTE PÚBLICO	64
Eixo 19 - INFRAESTRUTURA URBANA	67
Eixo 20 - ÁGUA E SANEAMENTO	70
Eixo 21 - MEIO AMBIENTE	73
AGENDA ESTRATÉGICA TRANSVERSAL	76
Eixo 22 - CERRADO	85
Eixo 23 - AGRICULTURA	88
Eixo 24 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	91
Eixo 25 - GERAÇÃO DE EMPREGOS	94
Eixo 26 - EMPREENDEDORISMO	97
Eixo 27 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	100
Eixo 28 - ECONOMIA DIGITAL	103
Eixo 29 - TURISMO	106
Eixo 30 - CULTURA	109
Eixo 31 - ESPORTE	112
Eixo 32 - BEM-ESTAR ANIMAL	115
Eixo 33 - RELAÇÕES COM A RIDE E O ENTORNO	118
Eixo 34 - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	121
Eixo 35 - PARTICIPAÇÃO POPULAR	124
Eixo 36 - BRASÍLIA 2060	127
METAS URGENTES QUE SERÃO TRATADAS NA TRANSIÇÃO	131
RECUPERAR, PROTEGER E RECONSTRUIR O BRB	132
REESTRUTURAR O IGESDF E REORGANIZAR A SAÚDE	137
REDUÇÃO PROGRESSIVA DA TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO	143

EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO METRÔ-DF	149
SAÚDE 100% DIGITAL E FILAS TRANSPARENTES	156
CRIAÇÃO DE 8 MIL NOVAS VAGAS EM CRECHES	163
SEGURANÇA PÚBLICA PRESENTE, INTEGRADA E INTELIGENTE	170
HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INFRAESTRUTURA URBANA	178
EMPREGO, ENERGIA SOLAR E ELETROMOBILIDADE	186
GOVERNO TRANSPARENTE, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE DAS OBRAS PÚBLICAS	195
BRASÍLIA PREPARADA	205

APRESENTAÇÃO



Subtenente Sérgio Prado (de preto) e Elisson Ferreira (de branco).

O Distrito Federal nasceu para ser símbolo de esperança, planejamento e desenvolvimento. Ao se aproximar do seu centenário, surge uma oportunidade histórica: preparar Brasília para os próximos anos, construindo um futuro mais justo, moderno, sustentável e humano para todos os seus cidadãos.

Foi com esse propósito que o AGIR-DF elaborou este Plano de Governo, estruturado em 36 Eixos Estratégicos, resultado de um amplo processo de escuta da sociedade. Ao longo dos últimos meses, recebemos centenas de sugestões, propostas, críticas e contribuições de cidadãos, especialistas, representantes de diferentes setores, servidores públicos, empreendedores, lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil. Cada contribuição foi tratada com respeito e responsabilidade, ajudando a construir um projeto coletivo para o futuro do Distrito Federal.

Mais do que um conjunto de propostas, este documento representa um compromisso com uma nova forma de governar: baseada no diálogo, na transparência, no planejamento estratégico, na responsabilidade com os recursos públicos e na busca permanente por resultados que melhorem a vida das pessoas.

Os 36 Eixos Estratégicos contemplam as principais áreas que impactam diretamente o cotidiano da população, como saúde, educação, segurança pública, mobilidade, habitação, desenvolvimento econômico, inovação, geração de empregos, sustentabilidade ambiental, cultura, esporte, assistência social, modernização do Estado e participação popular. Ao mesmo tempo, estabelecem uma visão de longo prazo para que Brasília esteja preparada para enfrentar os desafios das próximas décadas.

Nosso compromisso vai além de administrar os próximos quatro anos. Queremos deixar um legado para as futuras gerações, construindo políticas públicas duradouras e planejando o Distrito Federal que desejamos entregar no seu centenário: uma capital mais eficiente, inovadora, sustentável, segura, inclusiva, economicamente forte e reconhecida como referência nacional e internacional em qualidade de vida.

O eixo Brasília 2060 simboliza essa visão estratégica de longo prazo. Entendemos que governar é preparar o amanhã, antecipar desafios e criar oportunidades para que cada cidadão possa viver com dignidade, segurança e prosperidade.

Este Plano de Governo é, acima de tudo, um convite à participação permanente da sociedade. Acreditamos que as melhores soluções surgem quando governo e população caminham juntos. Por isso,

este documento não representa apenas as ideias do AGIR-DF, mas a esperança de milhares de brasilienses que desejam uma nova forma de fazer política: mais transparente, mais técnica, mais eficiente e mais próxima das pessoas.

É tempo de agir com responsabilidade. É tempo de planejar o futuro. É tempo de construir, juntos, o Distrito Federal que queremos celebrar em seu centenário: uma Brasília preparada para liderar o Brasil no século XXI e oferecer às futuras gerações uma capital à altura dos sonhos que inspiraram sua criação.

MISSÃO

Governar o Distrito Federal com ética, transparência, responsabilidade fiscal e inovação, garantindo serviços públicos de qualidade, desenvolvimento econômico, inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população.

VISÃO

Transformar o Distrito Federal na unidade da Federação mais eficiente, transparente, inovadora e com a melhor qualidade de vida do Brasil até 2030.

VALORES

01 Ética e integridade	02 Transparência
03 Responsabilidade fiscal	04 Eficiência na gestão pública
05 Respeito ao cidadão	06 Liberdade econômica
07 Justiça social	08 Desenvolvimento sustentável
09 Inovação	10 Planejamento
11 Participação popular	12 Valorização do servidor público

ELISSON FERREIRA + SÉRGIO PRADO

A CHAPA PREPARADA PARA GOVERNAR O DISTRITO FEDERAL

Subtenente Sérgio Prado (de preto) e Elisson Ferreira (de branco).



Elisson Ferreira: liderança, experiência e visão de futuro

Elisson Ferreira representa uma nova geração de lideranças nascida e formada no Distrito Federal. Jornalista, empresário das áreas de comunicação, cultura e eventos, possui experiência em gestão, articulação institucional, comunicação pública e relacionamento com diferentes setores da sociedade.

Sua trajetória profissional permitiu conhecer tanto a estrutura do poder público quanto as dificuldades enfrentadas por trabalhadores, empresários, produtores culturais e famílias que dependem dos serviços do governo.

Elisson chega à disputa pelo Governo do Distrito Federal com uma visão clara: Brasília precisa superar a administração baseada no improviso e adotar um governo organizado, transparente, tecnológico e orientado por resultados.

Sua missão será liderar o conjunto das 21 secretarias, assegurar a execução dos 36 eixos estratégicos e acompanhar pessoalmente as principais metas do governo.

Sérgio Prado: segurança, coragem e capacidade de cuidar

Sérgio Prado é policial militar, respeitado por sua atuação profissional, pela disciplina e pelo compromisso com a proteção das pessoas. Em julho de 2025, durante patrulhamento na Estrutural, sua atuação rápida ajudou a salvar uma criança autista de três anos que se aproximava de uma rodovia movimentada.

Sua escolha para vice-governador não foi apenas eleitoral. Ela representa o modelo de gestão que a chapa pretende implantar: liderança presente, responsabilidade definida e cobrança por resultados.

Elisson definiu Sérgio como um homem sério e respeitado pelas forças de segurança.

A missão do vice-governador

Sérgio Prado não será um vice decorativo. Ele terá atuação diária e responsabilidades objetivas.

Na Segurança Pública, coordenará a integração entre as forças, o uso de inteligência e tecnologia, a proteção das regiões administrativas, a prevenção da violência e o fortalecimento das condições de trabalho dos profissionais.

O vice-governador acompanhará reuniões periódicas com os secretários responsáveis, verificará indicadores e apresentará relatórios diretamente ao governador e à população.

A decisão de atribuir essas responsabilidades a Sérgio já foi anunciada publicamente pela chapa e registrada pela imprensa local.

Como funcionará a coordenação

A coordenação exercida pelo vice seguirá cinco regras:

1. Metas estabelecidas para os primeiros 100 dias, para o primeiro ano e para os quatro anos.
2. Reuniões permanentes com as áreas de Segurança.
3. Painéis públicos com filas, indicadores, investimentos e resultados.
4. Integração entre secretarias, forças de segurança, hospitais e demais órgãos.
5. Prestação de contas periódica ao governador e à população.

As competências legais dos secretários serão preservadas. O vice atuará como coordenador estratégico, garantindo integração, velocidade nas decisões e cumprimento das metas.

As dez prioridades pessoais de Elisson e Sérgio

01 Reorganizar a Saúde, digitalizando processos e tornando transparentes as filas de consultas, exames e cirurgias.	02 Fortalecer a Segurança Pública, com integração, inteligência, presença territorial e valorização dos profissionais.
03 Garantir educação de qualidade, com aprendizagem real, escolas estruturadas e valorização dos professores.	04 Criar 8 mil novas vagas em creches, apoiando as crianças e permitindo que mães e responsáveis trabalhem.
05 Gerar empregos perto das moradias, atraindo empresas e fortalecendo as atividades econômicas das regiões administrativas.	06 Melhorar o transporte público, reduzindo o tempo de deslocamento e ampliando a integração entre ônibus, metrô e demais modais.
07 Combater a corrupção e o desperdício, com transparência em tempo real sobre contratos, obras, gastos, filas e metas.	08 Avançar na habitação e na regularização fundiária, garantindo segurança jurídica e infraestrutura às famílias.
09 Transformar Brasília em referência em energia solar e eletromobilidade, com incentivos aos veículos elétricos e rede pública de recarga.	10 Planejar Brasília até 2060, preparando a capital para seu centenário com desenvolvimento sustentável, tecnologia e redução das desigualdades.

Uma chapa com funções definidas

Elisson Ferreira será o líder de um governo integrado, responsável por definir prioridades, coordenar as secretarias e cobrar resultados.

Sérgio Prado será um vice presente, com a missão estratégica de coordenar áreas mais sensíveis para a população: Segurança.

A chapa não apresenta apenas nomes. Apresenta experiência, responsabilidades, prioridades e um método de trabalho.

Elisson e Sérgio estão preparados para governar porque sabem o que precisa ser feito, quem será responsável por cada missão e como os resultados serão apresentados à população.

O Plano de Governo Estratégico 2027-2030, baseado em 36 Eixos Estratégicos:

VISÃO GERAL DOS 36 EIXOS ESTRATÉGICOS

01 Transparência e Governo Aberto	02 Responsabilidade Fiscal	03 Combate à Corrupção
04 Segurança Pública	05 Defesa Civil	06 Saúde
07 Saúde Mental	08 Educação	09 Primeira Infância
10 Juventude	11 Mulher	12 Idoso
13 Pessoa com Deficiência	14 Desenvolvimento Social	15 Habitação
16 Regularização Fundiária	17 Mobilidade Urbana	18 Transporte Público
19 Infraestrutura Urbana	20 Água e Saneamento	21 Meio Ambiente
22 Cerrado	23 Agricultura	24 Desenvolvimento Econômico
25 Geração de Empregos	26 Empreendedorismo	27 Ciência, Tecnologia e Inovação
28 Economia Digital	29 Turismo	30 Cultura
31 Esporte	32 Bem-Estar Animal	33 Relações com a RIDE e Entorno
34 Modernização da Administração Pública	35 Participação Popular	36 Brasília 2060 (Planejamento Estratégico de Longo Prazo)

MÉTODO DE CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO

Durante o processo de transição de governo, todos os 36 Eixos Estratégicos serão objeto de diagnóstico, análise e planejamento. Cada eixo contará com um relatório técnico específico, elaborado com base em dados, indicadores e evidências, visando assegurar a efetividade das ações governamentais desde o início da gestão. Cada relatório deverá contemplar, no mínimo:

01 diagnóstico;	02 objetivos;
03 metas para 100 dias;	04 metas para 1 ano;
05 metas para 4 anos;	06 indicadores públicos de acompanhamento;
07 fonte de recursos;	08 responsáveis pela execução.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PROPOSTA

Hoje o GDF possui mais de 30 secretarias e órgãos equivalentes. Uma gestão mais enxuta poderia funcionar com cerca de 18 a 22 secretarias, por exemplo:

01 Casa Civil	02 Secretaria de Governo e Relações Institucionais	03 Secretaria da Fazenda, Planejamento e Gestão
04 Secretaria de Transparência, Controle e Integridade	05 Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	06 Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil
07 Secretaria da Saúde	08 Secretaria da Educação	09 Secretaria de Desenvolvimento Social e Primeira Infância
10 Secretaria da Mulher, Família, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência	11 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Empreendedorismo	12 Secretaria de Trabalho e Qualificação Profissional
13 Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital	14 Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes	15 Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano
16 Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado	17 Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural	18 Secretaria de Cultura e Economia Criativa
19 Secretaria de Turismo e Relações Internacionais	20 Secretaria de Esporte e Juventude	21 Secretaria de Planejamento Estratégico, Brasília 2060 e Relações com a RIDE

PILARES DO GOVERNO AGIR

1. Transparência Total

Toda a população poderá acompanhar a aplicação dos recursos públicos por meio do Portal da Transparência e de painéis físicos instalados no Palácio do Buriti, na Residência Oficial do Governador e no CENTRAD, exibindo informações atualizadas sobre receitas, despesas, contratos, obras, indicadores e metas governamentais.

2. Governo por Resultados

Cada secretaria terá metas anuais, indicadores públicos de desempenho e prestação periódica de contas à sociedade.

3. Responsabilidade Fiscal

Os recursos públicos serão administrados com rigor técnico, priorizando investimentos, eliminando desperdícios e preservando o equilíbrio das contas públicas.

4. Governo Digital

Os principais serviços públicos serão digitalizados, reduzindo burocracia, tempo de espera e custos para o cidadão.

5. Desenvolvimento Econômico

O governo atuará para fortalecer o ambiente de negócios, incentivar investimentos, apoiar empreendedores, ampliar oportunidades de emprego e estimular a inovação.

6. Governo Presente nas Regiões Administrativas

A gestão será descentralizada, fortalecendo as administrações regionais e aproximando o governo da população.

COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

O Governo AGIR assumirá compromissos permanentes de gestão:

- Publicação do Plano de Metas nos primeiros 90 dias.
- Prestação pública de contas a cada quatro meses.
- Divulgação mensal dos principais indicadores de governo.
- Painéis físicos de transparência em locais estratégicos.
- Portal da Transparência atualizado em tempo real.
- Busca pela paridade de gênero no secretariado, observados critérios de competência técnica e mérito.
- Implantação de um Comitê Permanente de Eficiência do Gasto Público.
- Avaliação anual da satisfação dos usuários dos serviços públicos.
- Programa permanente de integridade e prevenção à corrupção em todos os órgãos do GDF.

Queremos que este plano se torne uma referência nacional em planejamento governamental. Para isso, cada proposta responderá de forma clara a cinco perguntas fundamentais já no governo de transição:

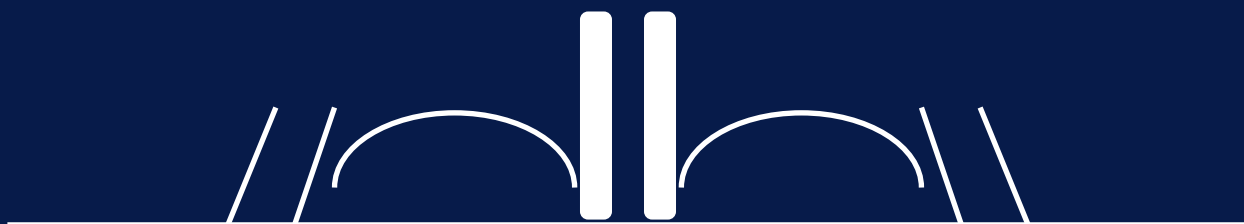
01	Qual problema será enfrentado?
02	Como o governo pretende resolvê-lo?
03	Qual será o custo estimado?
04	De onde virão os recursos?
05	Como a sociedade acompanhará a execução e os resultados?



PLANO DE GOVERNO | AGIR DISTRITO FEDERAL

SECRETARIAS DE ESTADO

Estrutura proposta para integrar planejamento, execução, controle e resultados.



1. Casa Civil

Missão

Coordenar a ação governamental, garantindo unidade administrativa, eficiência e cumprimento do Plano de Governo.

Competências

- Coordenação das Secretarias
- Governança
- Monitoramento das metas
- Gestão estratégica
- Relação com o Governador
- Coordenação dos programas prioritários
- Escritório de Projetos do Governo

Indicadores

- Percentual de metas cumpridas
- Tempo de execução dos projetos
- Índice de desempenho das Secretarias

2. Secretaria de Governo e Relações Institucionais

Missão

Fortalecer o diálogo entre Governo, Câmara Legislativa, Governo Federal, municípios da RIDE, sociedade civil e setor produtivo.

Competências

- Relações Institucionais
- Relação com a CLDF
- Participação popular
- Conselhos
- Relações federativas
- Articulação política
- Gestão das Administrações Regionais

Indicadores

- Convênios firmados
- Recursos captados
- Projetos aprovados

3. Secretaria da Fazenda, Planejamento e Gestão

Missão

Garantir equilíbrio fiscal, planejamento estratégico e eficiência administrativa.

Competências

- Receita
- Tesouro
- Orçamento
- Compras Públicas
- Patrimônio
- Recursos Humanos
- Planejamento
- Governo Digital Administrativo

Indicadores

- Resultado primário
- Economia obtida
- Execução orçamentária
- Investimentos realizados

4. Secretaria de Transparência, Controle e Integridade

Missão

Transformar o DF na administração pública mais transparente do Brasil.

Competências

- Portal da Transparência
- Painéis Públicos da Transparência
- Controle Interno
- Compliance
- Corregedoria
- Integridade Pública
- Ouvidoria
- Dados Abertos

Programa Estruturante

Governo de Vidro

5. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Competências

- Defesa do Consumidor
- Direitos Humanos
- Cidadania
- Liberdade Religiosa
- Proteção às Minorias
- Mediação de Conflitos
- Políticas Antidrogas
- Sistema Socioeducativo

6. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil

Competências

- Polícia Militar
- Polícia Civil
- Bombeiros
- Defesa Civil
- Inteligência
- Videomonitoramento
- Sistema Penitenciário
- Tecnologia aplicada à Segurança

7. Secretaria da Saúde

Competências

- Atenção Primária
- Hospitais
- Saúde Mental
- Regulação
- Telemedicina
- Farmácia Pública
- Vigilância em Saúde

8. Secretaria da Educação

Competências

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Educação Integral
- Educação Inclusiva
- Educação Tecnológica
- Valorização do Professor

9. Secretaria de Desenvolvimento Social e Primeira Infância

Competências

- Assistência Social
- Primeira Infância
- Segurança Alimentar
- CRAS
- CREAS
- Inclusão Social
- Combate à Pobreza

10. Secretaria da Mulher, Família, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência

Competências

- Políticas para Mulheres
- Família
- Pessoa Idosa
- Pessoa com Deficiência
- Autonomia Econômica
- Proteção Social
- Combate à Violência

11. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Empreendedorismo

Competências

- Indústria
- Comércio
- Serviços
- Empreendedorismo
- Investimentos
- PPPs
- Simplificação Tributária
- Ambiente de Negócios

12. Secretaria de Trabalho e Qualificação Profissional

Competências

- Emprego
- Primeiro Emprego
- Qualificação
- Economia Solidária
- Intermediação de Mão de Obra
- Empregabilidade

13. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital

Competências

- Inteligência Artificial
- Startups
- Pesquisa
- Universidades
- Cidades Inteligentes
- Governo Digital
- Segurança Cibernética
- Economia Digital

14. Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes

Competências

- Obras
- DER
- Transporte Público
- Mobilidade
- Pavimentação
- Viadutos
- Ciclovias
- Drenagem

15. Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano

Competências

- Habitação Popular
- Regularização Fundiária
- Planejamento Urbano
- Desenvolvimento Territorial
- Novos Bairros
- Urbanização

16. Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado

Competências

- Meio Ambiente
- Recursos Hídricos
- Mudanças Climáticas
- Cerrado
- Biodiversidade
- Parques
- Licenciamento Ambiental
- Educação Ambiental

17. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Competências

- Agricultura Familiar
- Produção Rural
- Irrigação
- Abastecimento
- Cooperativas
- Agroindústria
- Extensão Rural

18. Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Competências

- Cultura
- Patrimônio Histórico
- Economia Criativa
- Audiovisual
- Eventos Culturais
- Incentivo às Artes
- Patrimônio Cultural

19. Secretaria de Turismo e Relações Internacionais

Competências

- Promoção Turística
- Brasília como destino de eventos
- Turismo Cívico
- Turismo Religioso
- Turismo de Negócios
- Relações Internacionais
- Cooperação Técnica
- Captação de Investimentos Internacionais
- Relações com Embaixadas e Organismos Internacionais

20. Secretaria de Esporte e Juventude

Competências

- Esporte Educacional
- Alto Rendimento
- Inclusão pelo Esporte
- Juventude
- Liderança Jovem
- Lazer
- Equipamentos Esportivos

21. Secretaria de Planejamento Estratégico, Brasília 2060 e Relações com a RIDE

Missão

Planejar o futuro do Distrito Federal e integrar o desenvolvimento regional.

Competências

- Planejamento de Longo Prazo
- Programa Brasília 2060
- Relações com a RIDE
- Integração Metropolitana
- Inteligência Territorial
- Indicadores Estratégicos
- Prospectiva
- Escritório de Projetos Estratégicos
- Monitoramento dos 36 Eixos do Plano de Governo

Programa Estruturante: Brasília 2060 - Capital do Futuro



36

PLANO DE GOVERNO | AGIR DISTRITO FEDERAL

EIXOS ESTRATÉGICOS

36 frentes integradas para organizar prioridades, metas e entregas do Governo do Distrito Federal.



EIXO

01

Transparência, Controle e Integridade

Secretaria responsável: Secretaria de Transparência, Controle e Integridade

Diagnóstico

O Distrito Federal possui instrumentos de controle reconhecidos, porém ainda enfrenta desafios relacionados à transparência ativa, à compreensão das informações pela população, ao acompanhamento das obras públicas e à integração dos sistemas governamentais. O fortalecimento da confiança entre governo e sociedade depende de uma gestão mais aberta, digital e orientada por resultados.

Objetivo Estratégico

Transformar o Distrito Federal na administração pública mais transparente, eficiente e íntegra do Brasil, ampliando o controle social, reduzindo desperdícios e garantindo que cada cidadão acompanhe, em tempo real, a aplicação dos recursos públicos.

Principais ações

- Implantar um modelo permanente de Governo Aberto.
- Publicar indicadores mensais de desempenho de todas as secretarias.
- Integrar os sistemas de gestão financeira, contratos e obras.
- Ampliar o uso de dados abertos.
- Modernizar os processos de auditoria e controle interno.
- Fortalecer a Ouvidoria-Geral e os canais de participação cidadã.
- Implantar programas permanentes de integridade e compliance em todos os órgãos do GDF.

Obras e Projetos Estruturantes

Programa Governo de Vidro

Implantação de painéis eletrônicos permanentes de transparência no:

- Palácio do Buriti;
- Residência Oficial do Governador;
- CENTRAD.

Esses painéis exibirão, em tempo real:

- arrecadação diária;
- despesas por secretaria;
- contratos;
- execução de obras;
- pagamentos realizados;
- investimentos por região administrativa;
- filas da saúde;

- vagas em creches;
- indicadores do Plano de Governo.

Portal Transparência 4.0

Nova plataforma digital integrada com informações públicas em linguagem simples, dados abertos e acompanhamento das metas governamentais.

Sistema Obras Abertas

Todas as obras públicas contarão com QR Code informando:

- valor contratado;
- empresa executora;
- cronograma;
- percentual de execução;
- recursos empregados;
- fotografias atualizadas.

Centro de Inteligência da Gestão Pública

Estrutura responsável por consolidar indicadores, monitorar metas e apoiar decisões estratégicas do Governo.

Metas

100 DIAS

- Publicar o Plano de Metas do Governo.
- Criar o Comitê Permanente de Eficiência do Gasto Público.
- Iniciar auditoria dos principais contratos administrativos.
- Implantar os primeiros painéis públicos de transparência.

1º ANO

- Integrar os sistemas financeiros e administrativos.
- Disponibilizar o Portal Transparência 4.0.
- Implantar o Sistema Obras Abertas.
- Publicar indicadores mensais de todas as secretarias.

4 ANOS

- Colocar o Distrito Federal entre os estados mais bem avaliados em transparência pública.
- Disponibilizar praticamente todos os serviços públicos prioritários em formato digital.
- Consolidar um modelo permanente de gestão por resultados e controle social.

Compromisso AGIR

"O cidadão será o principal fiscal do Governo. Transparência deixará de ser obrigação legal para se tornar um compromisso permanente com a população."

EIXO

02

RESPONSABILIDADE FISCAL

Secretaria Responsável: Secretaria da Fazenda, Planejamento e Gestão

Objetivo

Garantir o equilíbrio das contas públicas, a eficiência na aplicação dos recursos e a sustentabilidade financeira do Distrito Federal, assegurando que cada real arrecadado seja investido com responsabilidade e em benefício da população.

Diretrizes

- Manter o equilíbrio fiscal e o controle permanente das contas públicas.
- Priorizar investimentos em saúde, educação, segurança, infraestrutura e desenvolvimento social.
- Reduzir desperdícios e racionalizar os gastos administrativos.
- Modernizar a gestão financeira e ampliar a eficiência da arrecadação sem aumento da carga tributária.
- Fortalecer o planejamento estratégico e o orçamento baseado em resultados.
- Estimular parcerias com a iniciativa privada para ampliar investimentos em infraestrutura e serviços públicos.

Principais Ações

- Implantação do Programa de Eficiência do Gasto Público.
- Revisão permanente dos contratos administrativos.
- Modernização da administração tributária.
- Digitalização dos processos financeiros e orçamentários.
- Planejamento plurianual baseado em metas e indicadores.
- Captação de recursos junto ao Governo Federal, organismos internacionais e setor privado.

Obras e Projetos Estruturantes

- Modernização do Centro Administrativo do GDF (CENTRAD), consolidando serviços e reduzindo custos operacionais.
- Implantação do Centro Integrado de Gestão e Inteligência Fiscal.
- Ampliação do programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para mobilidade, iluminação pública, equipamentos sociais e infraestrutura urbana.
- Plano permanente de investimentos para as regiões administrativas com maior déficit de infraestrutura, como Sol Nascente/Pôr do Sol, Estrutural, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e Fercal.

Metas

100 DIAS

- Realizar diagnóstico completo da situação fiscal do Distrito Federal.

- Revisar contratos de maior impacto financeiro.
- Publicar o Plano de Eficiência do Gasto Público.

1º ANO

- Implantar o orçamento orientado por resultados.
- Ampliar a digitalização dos processos financeiros.
- Reduzir despesas administrativas sem comprometer os serviços essenciais.

4 ANOS

- Manter o equilíbrio das contas públicas.
- Ampliar a capacidade de investimento do GDF.
- Consolidar uma gestão fiscal moderna, transparente e eficiente.

Compromisso AGIR

"Responsabilidade fiscal não significa cortar investimentos, mas gastar melhor, combater desperdícios e garantir que os recursos públicos cheguem onde a população mais precisa, reduzindo as desigualdades entre as regiões administrativas e promovendo desenvolvimento em todo o Distrito Federal."

EIXO

03

COMBATE À CORRUPÇÃO

Secretaria Responsável: Secretaria de Transparência, Controle e Integridade

Objetivo

Fortalecer a integridade da administração pública, prevenindo e combatendo a corrupção, promovendo uma cultura de ética, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Diretrizes

- Fortalecer os mecanismos de prevenção e combate à corrupção.
- Garantir total transparência na aplicação dos recursos públicos.
- Valorizar os servidores públicos comprometidos com a ética e a integridade.
- Aperfeiçoar os sistemas de auditoria, controle interno e fiscalização.
- Estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública.

Principais Ações

- Implantação do Programa Integridade DF em todos os órgãos do Governo.
- Criação do Comitê Permanente de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público.
- Auditorias periódicas em contratos, obras e serviços públicos.
- Ampliação dos canais de denúncia, com garantia de sigilo e proteção ao denunciante.
- Publicação de relatórios periódicos de auditoria e fiscalização.
- Capacitação permanente dos servidores em ética, governança e compliance.

Obras e Projetos Estruturantes

- Centro Integrado de Transparência e Integridade, reunindo monitoramento, auditoria e inteligência para prevenção de fraudes.
- Implantação do Sistema Inteligente de Fiscalização de Obras Públicas, utilizando tecnologia para acompanhar prazos, medições e execução financeira.
- Expansão dos Painéis Públicos de Transparência, permitindo o acompanhamento em tempo real dos investimentos em todas as regiões administrativas.

Prioridades Regionais

O acompanhamento será intensificado nas regiões administrativas que concentram maior volume de investimentos em infraestrutura, habitação e mobilidade, como Sol Nascente/Pôr do Sol, Estrutural, Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Recanto das Emas, Santa Maria e Planaltina, assegurando transparência na execução das obras e na aplicação dos recursos públicos.

Metas

100 DIAS

- Implantar o Programa Integridade DF.
- Revisar os contratos de maior impacto financeiro.
- Instituir o Comitê Permanente de Combate à Corrupção.

1º ANO

- Implantar sistemas eletrônicos de auditoria preventiva.
- Publicar relatórios trimestrais de integridade.
- Ampliar os canais de denúncia e fiscalização.

4 ANOS

- Consolidar uma política permanente de integridade e compliance em toda a administração pública.
- Ampliar a confiança da população nas instituições públicas por meio de maior transparência, controle e participação social.

Compromisso AGIR

"No Governo AGIR, o dinheiro público será tratado com respeito. A ética, a transparência e o combate permanente à corrupção serão princípios inegociáveis para garantir que cada recurso seja aplicado em benefício da população do Distrito Federal."

EIXO

04

SEGURANÇA PÚBLICA

Secretaria Responsável: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil

Objetivo

Fortalecer a segurança pública por meio da integração das forças de segurança, do uso de tecnologia, da valorização dos profissionais e da prevenção à violência, garantindo mais tranquilidade para a população em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Diretrizes

- Integrar as ações da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito e demais órgãos de segurança.
- Investir em inteligência, tecnologia e videomonitoramento.
- Valorizar os profissionais da segurança pública com capacitação permanente e melhores condições de trabalho.
- Intensificar o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e aos crimes patrimoniais.
- Fortalecer programas de prevenção à violência, especialmente voltados à juventude.

Principais Ações

- Ampliação do sistema de videomonitoramento inteligente nas regiões administrativas.
- Reforço do policiamento ostensivo e comunitário.
- Modernização dos Centros Integrados de Operações e Inteligência.
- Ampliação do uso de tecnologias como reconhecimento de placas de veículos e monitoramento em áreas de grande circulação.
- Fortalecimento das ações integradas de combate à violência contra a mulher, ao tráfico de drogas e aos crimes contra o patrimônio.
- Implantação de programas de prevenção à violência em parceria com escolas, comunidades e organizações sociais.

Obras e Projetos Estruturantes

- Implantação do Programa DF Inteligente, com expansão do videomonitoramento em áreas comerciais, escolas, hospitais, terminais de transporte e espaços públicos.
- Construção, reforma e modernização de delegacias, batalhões da Polícia Militar e unidades do Corpo de Bombeiros.
- Ampliação da iluminação pública em vias, parques e áreas com maior incidência de ocorrências.
- Fortalecimento da infraestrutura de segurança nas regiões administrativas com maior crescimento populacional.

Prioridades Regionais

Serão priorizadas ações nas regiões administrativas que apresentam maior demanda por investimentos em segurança e crescimento urbano, como Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia, Planaltina, Santa Maria, Recanto das Emas, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Estrutural e Sobradinho II, além do reforço da segurança na área central de Brasília e nos principais corredores comerciais.

Metas

100 DIAS

- Realizar diagnóstico da infraestrutura das forças de segurança.
- Iniciar a ampliação do videomonitoramento em áreas prioritárias.
- Reforçar a integração entre os órgãos de segurança.

1º ANO

- Modernizar unidades policiais e ampliar o policiamento comunitário.
- Expandir o sistema inteligente de monitoramento.
- Intensificar operações integradas de combate ao crime organizado.

4 ANOS

- Reduzir os índices de crimes violentos e patrimoniais.
- Ampliar a sensação de segurança da população.
- Consolidar o Distrito Federal como referência nacional em segurança pública integrada, preventiva e tecnológica.

Compromisso AGIR

"Segurança pública se faz com valorização dos profissionais, inteligência, tecnologia, prevenção e presença do Estado. Nosso compromisso é proteger as famílias e garantir que cada cidadão possa viver com mais tranquilidade em todas as regiões administrativas do Distrito Federal."

EIXO

05

DEFESA CIVIL

Secretaria Responsável: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil

Objetivo

Fortalecer a capacidade de prevenção, preparação e resposta a desastres naturais e situações de emergência, protegendo vidas, reduzindo riscos e aumentando a resiliência das regiões administrativas do Distrito Federal.

Diretrizes

- Reforçar a atuação preventiva da Defesa Civil.
- Mapear e monitorar permanentemente as áreas de risco.
- Investir em infraestrutura para prevenção de alagamentos, erosões e incêndios florestais.
- Integrar as ações da Defesa Civil com os demais órgãos públicos e a comunidade.
- Promover educação preventiva e planos de contingência.

Principais Ações

- Atualização permanente do mapeamento das áreas de risco.
- Implantação de sistema de monitoramento e alerta para eventos climáticos extremos.
- Capacitação das equipes de resposta e das comunidades.
- Fortalecimento do combate aos incêndios no período de seca.
- Ampliação das ações preventivas em escolas, hospitais e equipamentos públicos.
- Integração entre Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, administrações regionais e órgãos ambientais.

Obras e Projetos Estruturantes

- Implantação do Centro Integrado de Monitoramento e Gestão de Riscos, com tecnologia para acompanhamento em tempo real de eventos climáticos e emergências.
- Ampliação das obras de drenagem urbana e contenção de erosões em regiões críticas.
- Construção de reservatórios de retenção de águas pluviais ("piscinões") e melhoria da macrodrenagem em áreas sujeitas a alagamentos.
- Modernização da estrutura operacional da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

Prioridades Regionais

Serão priorizadas intervenções em regiões historicamente afetadas por alagamentos, erosões e ocupações em áreas sensíveis, como Vicente Pires, Arniqueira, Sol Nascente/Pôr do Sol, Estrutural, Fercal, São Sebastião, Jardim Botânico, Planaltina, Paranoá e Itapoã, além de ações permanentes de prevenção de incêndios no Parque Nacional de Brasília, Parque da Serra do Sobradinho, Estação Ecológica de Águas Emendadas e demais áreas de preservação do Cerrado.

Metas

100 DIAS

- Atualizar o mapa de áreas de risco do Distrito Federal.
- Revisar os planos de contingência para o período chuvoso e de estiagem.
- Iniciar o programa permanente de prevenção e educação em Defesa Civil.

1º ANO

- Implantar o Centro Integrado de Monitoramento e Gestão de Riscos.
- Executar obras prioritárias de drenagem e contenção em áreas críticas.
- Expandir os sistemas de alerta à população.

4 ANOS

- Reduzir os impactos de alagamentos, erosões e incêndios florestais.
- Ampliar a capacidade de resposta da Defesa Civil em todas as regiões administrativas.
- Consolidar o Distrito Federal como referência nacional em prevenção e gestão de riscos.

Compromisso AGIR

"Nossa prioridade será agir antes da emergência acontecer. Investiremos em prevenção, infraestrutura, tecnologia e planejamento para proteger vidas, preservar o patrimônio público e garantir maior segurança às famílias do Distrito Federal diante dos desafios climáticos e ambientais."

EIXO

06

SAÚDE

Secretaria responsável: Secretaria da Saúde

Objetivo

Garantir atendimento público de saúde mais rápido, humanizado e próximo da residência do cidadão, fortalecendo a atenção básica, reduzindo filas e ampliando a capacidade hospitalar em todas as regiões do Distrito Federal.

Diretrizes

- Fortalecer as Unidades Básicas de Saúde e as equipes de Saúde da Família.
- Digitalizar prontuários, estoques, exames, consultas e regulação.
- Implantar fila única, transparente e auditável para consultas, exames e cirurgias.
- Valorizar os profissionais da saúde e melhorar as condições de trabalho.
- Ampliar a telemedicina e o atendimento domiciliar.
- Reduzir compras emergenciais, desperdícios e falta de medicamentos.
- Integrar UBSs, policlínicas, UPAs e hospitais.

Principais ações

- Criar o Saúde Digital DF, com prontuário único acessível em toda a rede.
- Permitir que o cidadão acompanhe pelo celular sua posição nas filas.
- Ampliar horários de atendimento das UBSs em regiões com maior demanda.
- Implantar centros regionais de exames, diagnóstico e especialidades.
- Fortalecer a distribuição regional de medicamentos.
- Realizar concursos e recompor gradualmente as equipes, conforme necessidade técnica e disponibilidade fiscal.
- Implantar controle eletrônico dos estoques para reduzir perdas e desabastecimento.
- Criar força-tarefa permanente para cirurgias e exames represados.
- Ampliar a cobertura da Saúde da Família, partindo da meta oficial de alcançar **85%** da população e avançando prioritariamente nos territórios com menor cobertura.

Obras e projetos estruturantes

- Concluir e colocar plenamente em funcionamento o Hospital Regional do Recanto das Emas.
- Viabilizar o Hospital Regional de São Sebastião, com atendimento à Região Leste.
- Ampliar a capacidade hospitalar de Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol.
- Modernizar e ampliar os hospitais regionais do Gama, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Taguatinga e Ceilândia.
- Concluir e fortalecer a rede pública de atendimento oncológico.
- Construir, reformar ou ampliar UBSs em Sol Nascente/Pôr do Sol, Estrutural, Santa Maria, Brazlândia, Riacho Fundo II, Arniqueira, São Sebastião, Planaltina, Vicente Pires e Ponte Alta.

- Implantar centros regionais de especialidades e diagnóstico para reduzir deslocamentos até o Plano Piloto.

Regiões prioritárias

A expansão da rede terá atenção especial para Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia, Recanto das Emas, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Santa Maria, Estrutural, Brazlândia e Gama, considerando crescimento populacional, distância dos serviços especializados e pressão sobre hospitais e unidades existentes.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Realizar auditoria das filas de consultas, exames e cirurgias.
- Publicar as filas em sistema transparente, respeitando a proteção dos dados pessoais.
- Levantar a situação de medicamentos, equipamentos, contratos e obras.
- Implantar força-tarefa para atendimentos represados.

PRIMEIRO ANO

- Implantar o prontuário eletrônico integrado.
- Ampliar a telemedicina e os horários das UBSs prioritárias.
- Iniciar ou acelerar as obras hospitalares e unidades básicas previstas.
- Implantar controle eletrônico dos estoques e da distribuição de medicamentos.

QUATRO ANOS

- Reduzir significativamente o tempo de espera por consultas, exames e cirurgias.
- Ampliar a cobertura da atenção primária.
- Entregar novas unidades e modernizar a rede existente.
- Consolidar uma saúde pública regionalizada, digital, transparente e humanizada.

Compromisso AGIR

“A saúde será tratada como prioridade diária. Vamos aproximar o atendimento das famílias, ampliar a rede, reduzir filas e utilizar tecnologia e transparência para cuidar melhor das pessoas.”

EIXO

07

SAÚDE MENTAL

Secretaria responsável: Secretaria da Saúde

Objetivo

Ampliar e regionalizar a rede pública de saúde mental, garantindo atendimento humanizado, próximo da residência do cidadão e integrado à atenção básica, à assistência social, às escolas e às famílias.

Diretrizes

- Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial do Distrito Federal.
- Ampliar o atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial.
- Priorizar crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Estruturar o atendimento às crises de ansiedade, depressão, dependência química e risco de suicídio.
- Integrar saúde mental, assistência social, educação, esporte e qualificação profissional.
- Apoiar as famílias e combater o preconceito relacionado aos transtornos mentais.
- Garantir acompanhamento após a alta hospitalar e continuidade do tratamento.

Principais ações

- Ampliar as equipes de psicologia e psiquiatria na rede pública.
- Integrar o atendimento de saúde mental às Unidades Básicas de Saúde.
- Implantar atendimento psicológico presencial e por teleatendimento.
- Criar uma fila pública e organizada para consultas e tratamentos, preservando os dados pessoais dos pacientes.
- Ampliar programas de prevenção ao suicídio, automutilação, violência e dependência química.
- Implantar atendimento especializado de saúde mental nas escolas.
- Criar equipes móveis para atendimento de pessoas em situação de rua e em crises graves.
- Fortalecer programas de reinserção social, familiar e profissional.

Obras e projetos estruturantes

- Construir, reformar e ampliar unidades dos Centros de Atenção Psicossocial, incluindo CAPS III, CAPS Álcool e Drogas e CAPS Infantojuvenil.
- Implantar centros regionais de atendimento à crise, evitando internações desnecessárias e a sobrecarga das emergências hospitalares.
- Criar unidades de acolhimento temporário para pessoas em tratamento de dependência química.
- Estruturar alas adequadas de saúde mental nos hospitais regionais.
- Implantar o Centro Distrital de Referência em Saúde Mental da Criança e do Adolescente.
- Criar o programa Saúde Mental Perto de Casa, com atendimento integrado nas regiões administrativas.

Prioridades regionais

A expansão da rede priorizará Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Taguatinga e Guará, considerando a demanda populacional, a distância dos serviços especializados e a necessidade de reduzir deslocamentos para o Plano Piloto.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Realizar diagnóstico da rede e das filas de atendimento.
- Identificar as regiões com maior carência de psicólogos, psiquiatras e unidades especializadas.
- Implantar força-tarefa para os casos mais urgentes.
- Criar protocolo integrado de prevenção ao suicídio e atendimento às crises.

PRIMEIRO ANO

- Ampliar o atendimento psicológico nas UBSs e escolas.
- Implantar teleatendimento em saúde mental.
- Iniciar a construção, reforma ou ampliação das unidades prioritárias.
- Criar equipes móveis de atendimento e acolhimento.

QUATRO ANOS

- Ampliar a cobertura dos serviços de saúde mental em todas as regiões do DF.
- Reduzir o tempo de espera por atendimento psicológico e psiquiátrico.
- Fortalecer a prevenção ao suicídio e o tratamento da dependência química.
- Consolidar uma rede regionalizada, humanizada e integrada de saúde mental.

Compromisso AGIR

“Saúde mental é saúde. Nosso governo vai acolher, prevenir e tratar, garantindo atendimento digno, próximo das famílias e sem preconceito em todas as regiões do Distrito Federal.”

EIXO

08

EDUCAÇÃO

Secretaria responsável: Secretaria da Educação

Objetivo

Garantir educação pública de qualidade, inclusiva, segura e conectada às necessidades da vida, reduzindo desigualdades entre as regiões administrativas, valorizando os profissionais da educação e preparando crianças, jovens e adultos para o futuro.

Diretrizes

- Garantir aprendizagem real desde os primeiros anos.
- Valorizar professores, orientadores, gestores e demais profissionais da educação.
- Recuperar e modernizar escolas, quadras, bibliotecas, laboratórios e cozinhas.
- Ampliar progressivamente a educação em tempo integral.
- Combater a evasão, a repetência e o abandono escolar.
- Fortalecer a inclusão dos estudantes com deficiência.
- Integrar educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e segurança.
- Ampliar o ensino profissional e tecnológico.
- Garantir internet, equipamentos e recursos digitais nas escolas.
- Respeitar as características urbanas e rurais de cada comunidade escolar.
- Aproximar as famílias das decisões e da rotina das escolas.
- Utilizar avaliações e indicadores para corrigir dificuldades sem transformar a escola em ambiente de pressão permanente.

Principais ações

- Realizar avaliação diagnóstica da aprendizagem no início de cada ano letivo.
- Implantar reforço contínuo em leitura, escrita, matemática e ciências.
- Criar acompanhamento individual para estudantes com maiores dificuldades.
- Ampliar a busca ativa de alunos que abandonaram ou apresentem risco de evasão.
- Implantar equipes integradas de apoio com psicologia, serviço social e orientação educacional, de forma regionalizada.
- Reduzir a burocracia que afasta professores da atividade pedagógica.
- Criar formação continuada ligada às necessidades reais de cada escola.
- Melhorar a segurança nos acessos, no entorno e no transporte escolar.
- Ampliar atividades de cultura, esporte, tecnologia e educação ambiental.
- Fortalecer a educação de jovens e adultos, com horários compatíveis com a rotina dos trabalhadores.
- Expandir cursos técnicos vinculados às oportunidades de emprego do Distrito Federal.
- Garantir alimentação escolar de qualidade, com transparência e controle permanente.

- Integrar escolas e unidades de saúde para prevenção, vacinação, saúde bucal, visão e acompanhamento do desenvolvimento.
- Ampliar o diálogo com pais, responsáveis, conselhos escolares e grêmios estudantis.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Escola que Faz Aprender, com diagnóstico, reforço, acompanhamento individual e metas de aprendizagem.
- Criar o projeto Nenhum Aluno para Trás, para busca ativa, prevenção da evasão e recuperação da trajetória escolar.
- Implantar o programa Escola Viva o Dia Inteiro, ampliando gradualmente o ensino integral com esporte, cultura, ciência e tecnologia.
- Criar os Núcleos de Apoio à Comunidade Escolar, com atendimento regional de psicologia, serviço social e orientação às famílias.
- Implantar o projeto Ofício do Futuro, levando formação técnica e profissional para escolas e centros regionais.
- Criar o programa Professor no Centro, com valorização, formação, saúde ocupacional e redução de tarefas burocráticas.
- Implantar o projeto Escola Aberta à Cidade, utilizando espaços escolares para atividades comunitárias nos períodos adequados.
- Criar laboratórios de ciência, robótica, programação, audiovisual e fabricação digital.
- Implantar o programa Caminho Seguro para Aprender, com melhoria da iluminação, sinalização, transporte e segurança no entorno das escolas.

Educação inclusiva

A política de inclusão garantirá:

- Avaliação adequada das necessidades de cada estudante.
- Plano individual de atendimento pedagógico.
- Profissionais de apoio conforme critérios técnicos.
- Salas de recursos e materiais acessíveis.
- Formação permanente dos profissionais.
- Transporte escolar adaptado quando necessário.
- Acessibilidade física e comunicacional.
- Integração entre escola, família, saúde e assistência social.
- Combate à discriminação e ao isolamento dos estudantes.
- Acompanhamento público da demanda e do atendimento oferecido.

Valorização dos profissionais

O governo adotará medidas para:

- Cumprir os direitos funcionais e organizar a progressão profissional.
- Melhorar as condições de trabalho nas escolas.
- Reduzir afastamentos por meio de prevenção e atenção à saúde.
- Oferecer formação continuada dentro da jornada, quando possível.
- Garantir segurança aos profissionais e às comunidades escolares.
- Criar canais rápidos para manutenção, materiais e apoio pedagógico.
- Valorizar boas práticas sem estimular competição injusta entre escolas.
- Fortalecer a gestão democrática e a responsabilidade dos gestores.
- Ampliar a participação dos servidores na construção das políticas educacionais.

Prioridades territoriais

Na região oeste, serão priorizadas novas vagas, recuperação das escolas e ampliação do ensino integral em Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia.

Na região sudoeste, as ações alcançarão Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente, Vicente Pires e Arniqueira, com expansão da rede, segurança escolar e formação profissional.

Na região sul, serão contemplados Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way, fortalecendo educação técnica, esporte, tecnologia e integração com o setor produtivo.

Na região norte, serão atendidos Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, com atenção especial ao transporte escolar, às escolas rurais, à conectividade e à permanência dos estudantes.

Na região leste, as prioridades incluirão Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, com ampliação de vagas, inclusão, ensino integral e melhoria da infraestrutura.

Na região central, serão modernizadas as unidades do Plano Piloto, Guará, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul, Varjão, SIA e SCIA/Estrutural, respeitando as demandas e características de cada comunidade.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Realizar diagnóstico da infraestrutura, aprendizagem, evasão e falta de profissionais.
- Mapear obras paradas, escolas superlotadas e regiões com déficit de vagas.
- Criar plano emergencial de manutenção, limpeza, segurança e conectividade.
- Implantar avaliação inicial de leitura, escrita e matemática.
- Apresentar o programa de valorização e saúde dos profissionais.
- Organizar a busca ativa dos estudantes fora da escola.
- Publicar indicadores básicos de cada unidade, preservando os dados pessoais.

PRIMEIRO ANO

- Iniciar o programa Escola que Faz Aprender.
- Implantar os primeiros Núcleos de Apoio à Comunidade Escolar.
- Recuperar unidades com problemas estruturais prioritários.
- Ampliar vagas de ensino integral.
- Implantar laboratórios de ciência e tecnologia nas primeiras escolas.
- Fortalecer a educação de jovens e adultos e os cursos técnicos.
- Melhorar o atendimento educacional especializado.
- Ampliar ações de segurança no entorno escolar.

QUATRO ANOS

- Melhorar de forma consistente a aprendizagem em leitura, escrita, matemática e ciências.
- Reduzir a evasão e o abandono escolar.
- Ampliar a educação em tempo integral.
- Modernizar escolas, bibliotecas, quadras, cozinhas e laboratórios.
- Expandir a formação técnica e profissional.
- Garantir atendimento mais eficiente aos estudantes com deficiência.
- Ampliar o acesso à internet e às tecnologias educacionais.
- Valorizar os profissionais e melhorar suas condições de trabalho.
- Reduzir as desigualdades educacionais entre as regiões administrativas.
- Consolidar uma escola pública segura, acolhedora e preparada para o futuro.

Compromisso AGIR

“Educação não será medida apenas pelo número de matrículas, mas pelo que cada estudante consegue aprender e construir para a própria vida. Vamos cuidar das escolas, valorizar os profissionais, apoiar as famílias e garantir que nenhuma criança ou jovem seja deixado para trás.”

EIXO

09

PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretarias responsáveis: Secretaria de Desenvolvimento Social e Primeira Infância e Secretaria da Educação

Objetivo

Garantir proteção integral, desenvolvimento saudável e acesso a serviços públicos de qualidade para as crianças desde a gestação até os seis anos de idade, com atenção especial às famílias em situação de vulnerabilidade.

Diretrizes

- Ampliar o acesso às creches e à educação infantil.
- Fortalecer o acompanhamento da gestação e do desenvolvimento infantil.
- Integrar saúde, educação, assistência social, cultura e proteção familiar.
- Combater a fome, a violência, a negligência e o abandono infantil.
- Apoiar mães, pais e responsáveis no cuidado e na educação das crianças.
- Priorizar crianças com deficiência, doenças raras ou atraso no desenvolvimento.
- Garantir espaços públicos seguros e adequados para brincar e conviver.

Principais ações

- Criar pelo menos 8 mil novas vagas em creches, priorizando regiões com maior demanda.
- Implantar acompanhamento integrado da gestante e da criança, desde o pré-natal até os seis anos.
- Ampliar programas de visita domiciliar às famílias em situação de vulnerabilidade.
- Fortalecer a vacinação, o acompanhamento nutricional e a prevenção da mortalidade infantil.
- Implantar equipes para identificação precoce de deficiências, transtornos do desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem.
- Ampliar o atendimento de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia infantil.
- Criar programas de orientação parental e apoio às famílias.
- Fortalecer o combate à violência e à exploração de crianças.

Obras e projetos estruturantes

- Construir, reformar e ampliar creches e Centros de Educação da Primeira Infância.
- Implantar o Centro Distrital de Desenvolvimento da Primeira Infância, integrando saúde, educação e assistência social.
- Criar centros regionais de atendimento ao desenvolvimento infantil.
- Implantar o programa Parque para Todos, com espaços acessíveis e seguros para crianças nas regiões administrativas.
- Adaptar escolas, unidades de saúde e equipamentos sociais para atendimento adequado às crianças e suas famílias.
- Criar unidades de acolhimento provisório humanizado para crianças em situação de risco.

Prioridades regionais

A expansão de creches e serviços integrados priorizará Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Estrutural, Riacho Fundo II, Arniqueira e Água Quente, considerando o crescimento populacional, a vulnerabilidade social e a demanda por educação infantil.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Atualizar o cadastro e tornar transparente a fila por vagas em creches.
- Mapear os territórios com maior vulnerabilidade na primeira infância.
- Integrar os cadastros da saúde, educação e assistência social.
- Implantar força-tarefa de vacinação, acompanhamento nutricional e busca ativa.
- Apresentar o plano de expansão da educação infantil.

PRIMEIRO ANO

- Iniciar a construção e ampliação de creches nas regiões prioritárias.
- Ampliar as visitas domiciliares e o acompanhamento das gestantes.
- Implantar centros regionais de desenvolvimento infantil.
- Ampliar o atendimento especializado às crianças com deficiência ou atraso no desenvolvimento.

QUATRO ANOS

- Criar pelo menos 8 mil novas vagas em creches.
- Reduzir a fila e o deslocamento das famílias para outras regiões.
- Ampliar a cobertura do acompanhamento infantil e das visitas domiciliares.
- Reduzir a insegurança alimentar e os casos de atraso no desenvolvimento sem atendimento.
- Consolidar uma política integrada e permanente para a primeira infância.

Compromisso AGIR

“Cuidar da primeira infância é cuidar do futuro de Brasília. Toda criança terá o direito de crescer protegida, alimentada, estimulada e próxima de serviços públicos de qualidade.”

EIXO

10

JUVENTUDE

Secretaria responsável: Secretaria de Esporte e Juventude

Objetivo

Ampliar as oportunidades de educação, qualificação, trabalho, cultura, esporte e participação social para os jovens do Distrito Federal, prevenindo a violência e garantindo condições para que construam seu futuro com autonomia.

Diretrizes

- Facilitar o acesso dos jovens ao primeiro emprego.
- Ampliar a qualificação profissional e tecnológica.
- Prevenir a evasão escolar, a violência e o uso de drogas.
- Fortalecer o esporte, a cultura e o lazer nas regiões administrativas.
- Ampliar o atendimento à saúde física e mental dos jovens.
- Incentivar o empreendedorismo, a inovação e a liderança juvenil.
- Garantir participação dos jovens na elaboração das políticas públicas.
- Priorizar jovens em situação de vulnerabilidade social.

Principais ações

- Criar o programa Primeira Oportunidade, integrando qualificação, estágio, aprendizagem e encaminhamento ao emprego.
- Ampliar cursos gratuitos de tecnologia, idiomas, economia criativa, serviços e profissões ligadas ao mercado local.
- Oferecer orientação profissional nas escolas públicas.
- Criar programas de crédito, capacitação e mentoria para jovens empreendedores.
- Ampliar atividades esportivas, culturais e educativas no período noturno e nos finais de semana.
- Fortalecer programas de prevenção à violência, ao suicídio, à gravidez precoce e à dependência química.
- Apoiar grêmios estudantis, conselhos de juventude e iniciativas comunitárias.
- Criar calendário permanente de festivais, competições esportivas e eventos culturais juvenis.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar Centros de Referência da Juventude nas regiões administrativas.
- Construir, reformar e modernizar quadras, pistas de skate, campos, bibliotecas e espaços culturais.
- Criar os Centros Juventude Digital, com internet, computadores, cursos e apoio ao empreendedorismo.
- Reativar e ampliar o programa Esporte à Meia-Noite, integrado à educação, cultura e segurança pública.
- Implantar espaços de convivência e formação profissional próximos às escolas e terminais de transporte.

- Ampliar a estrutura dos Centros Olímpicos e Paralímpicos para atendimento aos jovens.

Prioridades regionais

As primeiras ações serão concentradas em Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Estrutural, Gama e Brazlândia, considerando a concentração de jovens, a vulnerabilidade social e a necessidade de ampliar oportunidades próximas às comunidades.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear os jovens fora da escola e do mercado de trabalho.
- Apresentar o plano distrital de qualificação e primeiro emprego.
- Retomar atividades esportivas, culturais e educativas no período noturno.
- Reorganizar o Conselho de Juventude e os canais de participação juvenil.

PRIMEIRO ANO

- Implantar o programa Primeira Oportunidade.
- Iniciar a instalação dos Centros de Referência da Juventude.
- Ampliar cursos gratuitos de qualificação profissional e tecnológica.
- Expandir atividades esportivas e culturais nas regiões prioritárias.
- Implantar programa integrado de prevenção à violência e cuidado em saúde mental.

QUATRO ANOS

- Ampliar o acesso dos jovens ao emprego, estágio e aprendizagem profissional.
- Reduzir a evasão escolar e o número de jovens sem estudo e sem trabalho.
- Implantar uma rede regionalizada de centros de juventude.
- Ampliar a participação juvenil no esporte, na cultura e no empreendedorismo.
- Consolidar uma política permanente de oportunidades e proteção à juventude.

Compromisso AGIR

“A juventude não precisa apenas de promessas, precisa de oportunidades. Nosso governo vai abrir portas para o estudo, o trabalho, o esporte, a cultura e o empreendedorismo em todas as regiões do Distrito Federal.”

EIXO

11

MULHER

Secretaria responsável: Secretaria da Mulher, Família, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência

Objetivo

Garantir proteção, autonomia, igualdade de oportunidades e atendimento integral às mulheres do Distrito Federal, enfrentando a violência e ampliando o acesso à saúde, ao trabalho, à qualificação e ao empreendedorismo.

Diretrizes

- Combater todas as formas de violência contra a mulher.
- Ampliar e regionalizar os serviços de acolhimento e proteção.
- Promover autonomia econômica e qualificação profissional.
- Fortalecer a saúde integral da mulher.
- Garantir igualdade de oportunidades na administração pública.
- Ampliar a participação feminina nos espaços de liderança e decisão.
- Priorizar mulheres em situação de vulnerabilidade, mães solo, mulheres com deficiência, idosas e moradoras de áreas rurais.
- Assegurar paridade de gênero no secretariado, com representação tão equilibrada quanto possível

Principais ações

- Ampliar o atendimento das delegacias e unidades especializadas de proteção.
- Fortalecer medidas de proteção e monitoramento de agressores.
- Criar atendimento integrado para mulheres vítimas de violência, reunindo proteção, assistência jurídica, saúde e apoio psicológico.
- Ampliar cursos de qualificação, acesso ao emprego e apoio ao empreendedorismo feminino.
- Criar políticas específicas para mães solo e mulheres responsáveis pelo sustento familiar.
- Fortalecer a prevenção e o diagnóstico precoce dos cânceres de mama e do colo do útero.
- Ampliar o atendimento pré-natal, materno-infantil e de saúde reprodutiva.
- Implantar campanhas permanentes de prevenção à violência e promoção da igualdade.

Obras e projetos estruturantes

- Construir e ampliar unidades da Casa da Mulher Brasileira nas principais regiões do Distrito Federal.
- Implantar Centros Regionais de Atendimento à Mulher, com equipes multidisciplinares.
- Criar casas de acolhimento temporário para mulheres e filhos em situação de risco.
- Implantar o programa Mulher Segura, integrando segurança pública, saúde, justiça e assistência social.
- Criar espaços regionais de qualificação, trabalho e empreendedorismo feminino.
- Ampliar a rede de clínicas e serviços especializados em saúde da mulher.
- Adaptar equipamentos públicos para acolhimento seguro de mulheres com filhos pequenos.

Prioridades regionais

A expansão da rede priorizará Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria, Gama, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Estrutural e Brazlândia, considerando a população atendida, a vulnerabilidade social, a distância dos serviços especializados e a necessidade de reduzir deslocamentos.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear a rede de atendimento e os territórios com maior demanda.
- Implantar protocolo integrado para atendimento às vítimas de violência.
- Ampliar os canais de denúncia, orientação e proteção.
- Apresentar o plano de expansão das unidades de acolhimento.
- Instituir formalmente o compromisso de paridade no secretariado.

PRIMEIRO ANO

- Implantar novos Centros Regionais de Atendimento à Mulher.
- Ampliar vagas de acolhimento temporário.
- Expandir programas de qualificação, emprego e empreendedorismo.
- Fortalecer o monitoramento de agressores e as medidas protetivas.
- Ampliar campanhas e exames preventivos de saúde da mulher.

QUATRO ANOS

- Regionalizar o atendimento de proteção e acolhimento.
- Reduzir a reincidência da violência contra a mulher.
- Ampliar a autonomia econômica das mulheres atendidas pelos programas públicos.
- Fortalecer a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças.
- Consolidar a paridade de gênero como princípio da gestão pública.

Compromisso AGIR

“As mulheres terão proteção, respeito, oportunidades e voz dentro do governo. Nosso compromisso é enfrentar a violência, promover autonomia e garantir que nenhuma mulher fique desamparada no Distrito Federal.”

EIXO

12

PESSOA IDOSA

Secretaria responsável: Secretaria da Mulher, Família, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência

Objetivo

Garantir envelhecimento digno, ativo e saudável, ampliando a proteção social, o acesso à saúde, a convivência comunitária, a mobilidade e a segurança das pessoas idosas do Distrito Federal.

Diretrizes

- Fortalecer a atenção integral à saúde da pessoa idosa.
- Combater o abandono, a violência, os golpes financeiros e a negligência.
- Ampliar espaços de convivência, esporte, cultura e lazer.
- Apoiar familiares e cuidadores.
- Garantir acessibilidade nos serviços, calçadas, transportes e equipamentos públicos.
- Estimular a autonomia, a inclusão digital e a participação social.
- Ampliar o atendimento domiciliar para idosos com mobilidade reduzida.
- Priorizar idosos em situação de pobreza, isolamento ou dependência.

Principais ações

- Implantar acompanhamento integrado dos idosos pela saúde e assistência social.
- Ampliar as equipes de geriatria, fisioterapia, enfermagem, psicologia e assistência social.
- Fortalecer o atendimento domiciliar e a distribuição de medicamentos de uso contínuo.
- Criar programa de formação e apoio aos cuidadores familiares.
- Ampliar atividades de esporte, cultura, lazer e inclusão digital.
- Reforçar os canais de denúncia e as equipes de proteção contra violência e abandono.
- Implantar ações de prevenção a quedas, doenças crônicas e perda de autonomia.
- Criar campanhas permanentes contra golpes, fraudes e violência patrimonial.
- Fortalecer o Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar Centros de Referência da Pessoa Idosa nas principais regiões administrativas.
- Construir e reformar centros de convivência com atividades físicas, culturais, digitais e de saúde preventiva.
- Criar unidades de acolhimento temporário e residências inclusivas para idosos sem apoio familiar.
- Adaptar UBSs, hospitais, terminais e demais equipamentos públicos às necessidades da pessoa idosa.
- Implantar o programa DF Amigo da Pessoa Idosa, com rotas acessíveis, iluminação, bancos, calçadas seguras e travessias adequadas.
- Criar centros regionais de reabilitação e prevenção da perda de mobilidade.

Prioridades regionais

A expansão da rede priorizará Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Gama, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Santa Maria, Recanto das Emas, São Sebastião, Guará e Plano Piloto, considerando a concentração da população idosa, a distância dos serviços especializados e a necessidade de fortalecer o atendimento comunitário.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Atualizar o diagnóstico da população idosa e dos serviços disponíveis.
- Mapear idosos em situação de abandono, violência ou isolamento.
- Implantar protocolo integrado de proteção e atendimento prioritário.
- Iniciar programa de prevenção a golpes e violência patrimonial.
- Apresentar o plano de expansão dos centros de referência e convivência.

PRIMEIRO ANO

- Implantar novos Centros de Referência da Pessoa Idosa.
- Ampliar o atendimento domiciliar e a reabilitação.
- Criar cursos de formação para cuidadores.
- Expandir atividades de convivência, esporte e inclusão digital.
- Iniciar adaptações de acessibilidade nos equipamentos públicos prioritários.

QUATRO ANOS

- Regionalizar os serviços de atendimento e convivência.
- Ampliar o acompanhamento domiciliar dos idosos com mobilidade reduzida.
- Reduzir os casos de abandono, violência e isolamento social.
- Melhorar a acessibilidade dos serviços e espaços públicos.
- Consolidar uma política permanente de envelhecimento ativo, seguro e saudável.

Compromisso AGIR

“Quem ajudou a construir Brasília merece respeito, proteção e qualidade de vida. Nosso governo garantirá cuidado, autonomia e oportunidades para que as pessoas idosas vivam com dignidade em todas as regiões do Distrito Federal.”

EIXO

13

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Secretaria responsável: Secretaria da Mulher, Família, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência

Objetivo

Garantir inclusão, autonomia, acessibilidade e igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência, assegurando atendimento público integrado nas áreas de saúde, educação, mobilidade, trabalho, esporte, cultura e proteção social.

Diretrizes

- Tornar os serviços e equipamentos públicos plenamente acessíveis.
- Ampliar o diagnóstico, a reabilitação e o atendimento especializado.
- Fortalecer a educação inclusiva e o apoio às famílias.
- Promover acesso ao trabalho, à qualificação e ao empreendedorismo.
- Garantir transporte público acessível e deslocamento seguro.
- Incentivar o esporte, a cultura e o lazer inclusivos.
- Combater o preconceito, a discriminação e todas as formas de violência.
- Assegurar participação das pessoas com deficiência na formulação das políticas públicas.

Principais ações

- Criar cadastro integrado das pessoas com deficiência e dos serviços disponíveis.
- Ampliar o atendimento de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia e reabilitação.
- Reduzir as filas para emissão de laudos, concessão de órteses, próteses e equipamentos de mobilidade.
- Fortalecer o atendimento educacional especializado nas escolas públicas.
- Ampliar a presença de profissionais de apoio, intérpretes de Libras e recursos de comunicação acessível.
- Criar programas de qualificação profissional e intermediação de emprego.
- Incentivar empresas que ampliem a contratação e a permanência de trabalhadores com deficiência.
- Implantar fiscalização permanente da acessibilidade no transporte e nos espaços públicos.
- Fortalecer o atendimento às famílias e aos cuidadores.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Brasília Sem Barreiras, para adaptar calçadas, travessias, terminais, prédios públicos, parques e equipamentos comunitários.
- Criar os Núcleos AGIR Inclusão, com atendimento regional integrado de saúde, assistência social, orientação jurídica e acesso ao trabalho.
- Implantar o Centro Distrital de Autonomia e Reabilitação, reunindo tecnologias assistivas, terapias, capacitação e apoio às famílias.

- Criar o projeto Caminhos Acessíveis, com rotas seguras entre residências, escolas, unidades de saúde e terminais.
- Ampliar centros esportivos com estrutura para modalidades paralímpicas.
- Adaptar escolas, hospitais e unidades administrativas aos padrões de acessibilidade física, sensorial e comunicacional.
- Criar residências inclusivas para pessoas com deficiência sem apoio familiar.

Prioridades regionais

A expansão dos serviços priorizará Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria, Gama, São Sebastião, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Estrutural, Brazlândia e Sobradinho II, considerando a concentração populacional, a vulnerabilidade social e a distância dos serviços especializados.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Realizar diagnóstico da acessibilidade nos órgãos e equipamentos públicos.
- Atualizar o cadastro das pessoas com deficiência e das demandas por atendimento.
- Mapear as filas de reabilitação, laudos, órteses, próteses e equipamentos.
- Implantar protocolo único de atendimento prioritário.
- Apresentar o plano distrital de acessibilidade.

PRIMEIRO ANO

- Implantar os primeiros Núcleos AGIR Inclusão.
- Iniciar a adaptação dos equipamentos públicos prioritários.
- Ampliar os serviços de reabilitação e atendimento especializado.
- Expandir a qualificação profissional e a intermediação de empregos.
- Implantar rotas acessíveis em regiões selecionadas.

QUATRO ANOS

- Regionalizar o atendimento especializado.
- Reduzir as filas por reabilitação e equipamentos assistivos.
- Ampliar a inclusão de estudantes com deficiência na rede pública.
- Aumentar a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- Tornar progressivamente acessíveis os principais equipamentos e corredores urbanos.
- Consolidar uma política pública permanente de autonomia e inclusão.

Compromisso AGIR

“Inclusão não será favor, será direito garantido. Nosso governo vai remover barreiras, ampliar oportunidades e assegurar que cada pessoa com deficiência possa estudar, trabalhar, circular e viver com autonomia e dignidade no Distrito Federal.”

EIXO

14

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretaria responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social e Primeira Infância

Objetivo

Combater a fome, a pobreza e a exclusão social, garantindo proteção às famílias em situação de vulnerabilidade e criando caminhos para que elas conquistem autonomia, qualificação, trabalho e renda.

Diretrizes

- Garantir segurança alimentar às famílias que mais precisam.
- Fortalecer os serviços de assistência social nos territórios.
- Integrar benefícios sociais, qualificação profissional e acesso ao emprego.
- Atender com dignidade a população em situação de rua.
- Priorizar famílias monoparentais, crianças, idosos e pessoas com deficiência.
- Aprimorar o Cadastro Único e a busca ativa.
- Apoiar organizações sociais e projetos comunitários com transparência.
- Promover a saída sustentável da dependência de benefícios sociais.

Principais ações

- Reforçar a atuação dos Centros de Referência de Assistência Social e dos Centros de Referência Especializados.
- Ampliar a busca ativa de famílias que ainda não acessam seus direitos.
- Criar acompanhamento individualizado para famílias em situação de pobreza extrema.
- Integrar assistência social, saúde, educação, habitação, qualificação e trabalho.
- Ampliar a distribuição de alimentos e o atendimento dos restaurantes comunitários.
- Fortalecer bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e programas de combate ao desperdício.
- Criar atendimento específico para famílias atingidas por desemprego, violência, abandono ou calamidades.
- Implantar estratégias de documentação civil, capacitação e reinserção profissional para pessoas em situação de rua.
- Ampliar o apoio técnico às entidades sociais que prestam serviços de interesse público.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Portas Abertas DF, com atendimento integrado e acompanhamento das famílias até a conquista da autonomia.
- Criar as Estações de Cidadania Social, reunindo assistência, documentação, orientação jurídica, qualificação e encaminhamento ao trabalho.
- Implantar o projeto Mesa Cheia Brasília, integrando restaurantes comunitários, bancos de alimentos, agricultores e entidades sociais.

- Construir, reformar e modernizar CRAS e CREAS nas regiões com estrutura insuficiente.
- Implantar unidades móveis de assistência para comunidades rurais e territórios distantes dos equipamentos públicos.
- Criar centros humanizados de acolhimento, higiene, documentação e reinserção para pessoas em situação de rua.
- Ampliar cozinhas comunitárias e espaços de capacitação para geração de renda.

Prioridades regionais

As primeiras ampliações contemplarão Varjão, Fercal, SCIA/Estrutural, Sol Nascente/Pôr do Sol, Arapoanga, Água Quente, Itapoã, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Brazlândia, Planaltina e São Sebastião, além de atendimento móvel às comunidades rurais de Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Paranoá e Gama.

A população em situação de rua receberá atenção específica no Plano Piloto, SIA, Taguatinga, Ceilândia e Núcleo Bandeirante, com políticas de acolhimento, documentação, saúde, qualificação e reinserção social.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Atualizar o diagnóstico territorial da pobreza e da insegurança alimentar.
- Identificar famílias fora dos programas sociais e iniciar busca ativa.
- Avaliar a estrutura e a capacidade de atendimento dos CRAS, CREAS e unidades de acolhimento.
- Implantar protocolo integrado para atendimento às famílias em pobreza extrema.
- Criar plano emergencial de alimentação e proteção para a população em situação de rua.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Estações de Cidadania Social.
- Ampliar o atendimento dos restaurantes e cozinhas comunitárias.
- Reestruturar unidades de assistência nas regiões prioritárias.
- Integrar beneficiários a programas de qualificação e emprego.
- Expandir o atendimento móvel às áreas rurais e comunidades mais distantes.

QUATRO ANOS

- Ampliar a cobertura territorial da assistência social.
- Reduzir a insegurança alimentar e a pobreza extrema.
- Garantir atendimento integrado às famílias em situação de maior vulnerabilidade.
- Ampliar a saída de beneficiários para o trabalho, a renda e a autonomia.
- Consolidar uma rede social próxima, humanizada e presente em todo o Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“Nosso governo não deixará nenhuma família invisível. Vamos garantir comida na mesa, proteção nos momentos difíceis e oportunidades reais para que cada pessoa possa reconstruir sua vida com dignidade e autonomia.”

EIXO

15

HABITAÇÃO

Secretaria responsável: Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano

Objetivo

Ampliar o acesso à moradia digna, segura e bem localizada, reduzindo o déficit habitacional e garantindo que os novos empreendimentos estejam próximos de transporte, escolas, saúde, comércio, emprego e serviços públicos.

Diretrizes

- Priorizar famílias de baixa renda, mulheres responsáveis pelo lar, pessoas idosas, pessoas com deficiência e famílias em áreas de risco.
- Combater a comercialização irregular e o uso político das moradias populares.
- Integrar a política habitacional ao planejamento urbano e à mobilidade.
- Diversificar as modalidades de acesso à moradia.
- Aproveitar imóveis públicos vazios ou subutilizados.
- Garantir transparência na fila e nos critérios de seleção.
- Incentivar construções sustentáveis, acessíveis e com menor custo de manutenção.
- Evitar conjuntos habitacionais isolados e distantes dos serviços públicos.

Principais ações

- Realizar diagnóstico atualizado do déficit habitacional em cada região administrativa.
- Revisar e tornar pública a fila da habitação, com critérios claros e possibilidade de acompanhamento digital.
- Ampliar a produção de moradias populares por meio de recursos distritais, federais, parcerias e contrapartidas urbanísticas.
- Criar modalidades de locação social, moradia assistida e reforma habitacional.
- Apoiar melhorias em residências precárias, com prioridade para banheiros, telhados, instalações elétricas, acessibilidade e saneamento.
- Reservar unidades adaptadas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Combater ocupações irregulares promovidas com finalidade comercial.
- Integrar os projetos habitacionais à criação de creches, escolas, UBSs, áreas esportivas, transporte e comércio local.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Morar com Dignidade, voltado à construção, reforma e adaptação de moradias para famílias vulneráveis.
- Criar o projeto Casa no Caminho, garantindo que novos empreendimentos sejam implantados próximos a corredores de transporte e serviços públicos.
- Implantar a Locação Segura DF, destinada a famílias em emergência habitacional, mulheres protegidas por medidas judiciais, idosos e pessoas com deficiência sem apoio familiar.

- Criar o projeto Lar Renovado, para reformas e melhorias em moradias precárias.
- Requalificar imóveis públicos vazios ou subutilizados para habitação de interesse social, quando tecnicamente viável.
- Desenvolver bairros completos, com infraestrutura, áreas verdes, equipamentos públicos e espaços para atividades econômicas.
- Implantar painéis públicos para acompanhamento das obras, custos, prazos e famílias beneficiadas.

Prioridades territoriais

A política habitacional contemplará todo o Distrito Federal, respeitando as necessidades específicas de cada território.

A produção de novas moradias e a urbanização integrada terão prioridade em Sol Nascente/Pôr do Sol, Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Água Quente e Arapoanga.

Os programas de reforma e melhoria habitacional serão ampliados em Brazlândia, Fercal, Varjão, SCIA/Estrutural, Planaltina, Sobradinho II e comunidades rurais.

O aproveitamento de imóveis e a requalificação urbana serão avaliados no Plano Piloto, SIA, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Guará, aproximando moradia, transporte e oportunidades de trabalho.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Auditar e atualizar o cadastro habitacional.
- Publicar critérios, posição e movimentação da fila, respeitando os dados pessoais.
- Mapear terrenos, imóveis públicos e áreas adequadas para novos projetos.
- Identificar famílias residentes em áreas de risco.
- Apresentar o plano integrado de habitação para os quatro anos.

PRIMEIRO ANO

- Iniciar novos empreendimentos habitacionais e projetos de urbanização.
- Implantar os primeiros atendimentos de locação social e reforma habitacional.
- Regularizar os procedimentos de seleção e acompanhamento dos beneficiários.
- Vincular os novos projetos à implantação de serviços e equipamentos públicos.
- Iniciar a requalificação de imóveis públicos tecnicamente adequados.

QUATRO ANOS

- Ampliar significativamente a entrega de moradias dignas.
- Reduzir a fila e o déficit habitacional.
- Retirar famílias de áreas de risco, garantindo reassentamento adequado.
- Expandir os programas de reforma, acessibilidade e locação social.
- Entregar bairros integrados, com infraestrutura, serviços e oportunidades próximas.
- Consolidar uma política habitacional transparente e protegida contra fraudes.

Compromisso AGIR

“Moradia digna não é apenas entregar uma chave. É garantir um lar seguro, com transporte, escola, saúde, infraestrutura e oportunidades ao redor. Nosso governo construirá comunidades completas e não depósitos de pessoas.”

EIXO

16

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Secretaria responsável: Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano

Objetivo

Acelerar a regularização fundiária urbana e rural, garantindo segurança jurídica às famílias, organização territorial, preservação ambiental e condições para a chegada definitiva de infraestrutura e serviços públicos.

Diretrizes

- Simplificar e digitalizar os processos de regularização.
- Priorizar famílias de baixa renda e ocupações consolidadas.
- Integrar regularização, urbanização, saneamento, mobilidade e proteção ambiental.
- Garantir transparência sobre as etapas, os prazos e as responsabilidades de cada processo.
- Combater a grilagem, o parcelamento clandestino e a comercialização irregular de terras públicas.
- Respeitar as características das áreas rurais e dos territórios tradicionais.
- Evitar remoções, priorizando soluções de permanência quando houver segurança e viabilidade legal.
- Promover reassentamento digno quando a permanência representar risco à vida ou dano ambiental irreversível.

Principais ações

- Criar força-tarefa permanente para destravar processos antigos.
- Digitalizar documentos, mapas, licenças, estudos e registros fundiários.
- Implantar acompanhamento eletrônico para que o cidadão consulte a situação de seu imóvel.
- Integrar os trabalhos da Secretaria, Terracap, Codhab, administrações regionais, cartórios e órgãos ambientais.
- Realizar levantamentos topográficos e urbanísticos nas áreas prioritárias.
- Ampliar a assistência técnica e jurídica gratuita às famílias de baixa renda.
- Regularizar equipamentos comunitários, templos, entidades sociais e pequenos comércios, observadas as exigências legais.
- Aprimorar a fiscalização preventiva para impedir novas ocupações ilegais.
- Garantir numeração, endereçamento oficial e integração aos cadastros públicos após a regularização.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Endereço de Verdade, para integrar titulação, endereçamento oficial e acesso à infraestrutura.
- Criar a Central Território Legal, com atendimento presencial e digital para moradores, associações e comunidades.
- Implantar o Mapa Vivo do Solo, plataforma pública com o estágio de cada processo, pendências e cronogramas.

- Criar equipes móveis para atendimento nas áreas urbanas, rurais e de difícil acesso.
- Executar projetos de urbanização vinculados à regularização, com drenagem, pavimentação, iluminação, calçadas, saneamento e áreas públicas.
- Desenvolver planos de reassentamento humanizado para famílias em áreas de risco ou proteção ambiental.
- Digitalizar e integrar o acervo fundiário do Distrito Federal.

Prioridades territoriais

Na região norte, serão priorizados Arapoanga, Planaltina, Sobradinho II, Fercal e áreas consolidadas de Sobradinho.

Na região leste, a atuação contemplará Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Jardim Botânico e comunidades próximas aos corredores da DF-140.

Na região oeste e sudoeste, serão atendidos Sol Nascente/Pôr do Sol, Brazlândia, Vicente Pires, Aniqueira, Riacho Fundo II, Água Quente e áreas de Samambaia e Recanto das Emas.

Na região central e sul, serão analisadas áreas de Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Santa Maria, Gama e comunidades próximas ao SIA e SCIA, respeitando as particularidades urbanísticas e ambientais.

Nas áreas rurais, haverá atendimento específico para comunidades de Planaltina, Paranoá, Brazlândia, Sobradinho, São Sebastião e Gama, com segurança jurídica compatível com a produção agrícola e a preservação do Cerrado.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Auditar os processos em andamento e identificar os principais entraves.
- Publicar o estágio das áreas prioritárias em plataforma transparente.
- Criar a força-tarefa de regularização e integração institucional.
- Iniciar atendimento jurídico e técnico itinerante.
- Reforçar a fiscalização contra novos parcelamentos clandestinos.

PRIMEIRO ANO

- Digitalizar os processos prioritários.
- Concluir etapas administrativas e emitir os primeiros títulos do novo programa.
- Iniciar obras de urbanização nas áreas regularizadas.
- Integrar os cadastros fundiários, urbanísticos, tributários e ambientais.
- Apresentar planos específicos para regularização rural e reassentamento.

QUATRO ANOS

- Reduzir significativamente o estoque de processos pendentes.
- Ampliar a emissão de títulos e a segurança jurídica das famílias.
- Vincular regularização à implantação de infraestrutura e serviços.
- Impedir a consolidação de novos parcelamentos clandestinos.
- Garantir transparência e previsibilidade aos processos.
- Consolidar uma política territorial organizada, socialmente justa e ambientalmente responsável.

Compromisso AGIR

“Regularizar não é apenas entregar um documento. É garantir endereço, segurança jurídica, infraestrutura e respeito às famílias. Nosso governo vai destravar processos, combater a grilagem e organizar o território com responsabilidade social e ambiental.”

EIXO

17

MOBILIDADE URBANA

Secretaria responsável: Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes

Objetivo

Reduzir o tempo de deslocamento, aumentar a segurança viária e conectar melhor as regiões administrativas, priorizando soluções integradas para transporte coletivo, circulação de pedestres, ciclistas e veículos.

Diretrizes

- Planejar a mobilidade de forma integrada ao crescimento urbano.
- Priorizar o transporte coletivo nos principais corredores.
- Reduzir os deslocamentos obrigatórios até o Plano Piloto.
- Melhorar as ligações entre regiões administrativas vizinhas.
- Garantir calçadas acessíveis, travessias seguras e iluminação adequada.
- Expandir a infraestrutura cicloviária de forma conectada.
- Utilizar tecnologia para organizar o trânsito e prevenir acidentes.
- Integrar mobilidade, habitação, emprego e desenvolvimento econômico local.
- Considerar as necessidades das áreas rurais e das comunidades mais distantes.

Principais ações

- Revisar o planejamento de mobilidade com metas regionais e acompanhamento público.
- Implantar semáforos inteligentes e gestão integrada do tráfego.
- Reorganizar cruzamentos, retornos, acessos e pontos de congestionamento.
- Melhorar as ligações viárias entre regiões administrativas sem passagem obrigatória pela área central.
- Ampliar calçadas, ciclovias, passarelas e travessias acessíveis.
- Criar rotas seguras para escolas, unidades de saúde e terminais.
- Reforçar a fiscalização de velocidade, estacionamento irregular e direção perigosa.
- Implantar soluções específicas de mobilidade para áreas rurais.
- Estimular horários alternativos e planos de deslocamento para grandes geradores de viagens.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Caminhos que Ligam, destinado à conexão direta entre regiões administrativas e à eliminação de gargalos viários.
- Criar o projeto Travessia Segura Brasília, com passarelas, faixas elevadas, iluminação e acessibilidade em áreas de grande circulação.
- Implantar a Rede Pedala DF, conectando ciclovias, terminais, escolas, universidades, centros comerciais e equipamentos públicos.
- Criar o sistema Trânsito em Movimento, com semáforos inteligentes, câmeras e controle operacional em tempo real.

- Construir e ampliar vias de ligação, viadutos, pontes, túneis e acessos onde houver viabilidade técnica e ambiental.
- Requalificar avenidas comerciais e corredores urbanos, conciliando circulação, acessibilidade e atividade econômica.
- Implantar estacionamentos de integração próximos a terminais e corredores de transporte coletivo.

Prioridades territoriais

Na região norte, serão priorizadas as ligações de Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, com melhoria dos acessos às rodovias e das conexões entre os núcleos urbanos.

Na região leste, as intervenções contemplarão Paranoá, Itapoã, Jardins Mangueiral, Jardim Botânico e São Sebastião, incluindo ligações alternativas, travessias e organização dos principais corredores.

Na região oeste, serão atendidos os deslocamentos de Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia, com prioridade para acessos, integração regional e segurança de pedestres.

Na região sudoeste e sul, as ações alcançarão Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente, Gama e Santa Maria, melhorando conexões entre bairros, áreas de emprego e corredores estruturantes.

Na região central, serão requalificados pontos críticos do Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Guará, SIA, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way, com foco na circulação segura e na integração entre diferentes meios de transporte.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear os principais gargalos viários e pontos com maior ocorrência de acidentes.
- Definir um plano emergencial de sinalização, iluminação e reparos.
- Identificar corredores prioritários para semáforos inteligentes.
- Apresentar o cronograma de conexões entre regiões administrativas.
- Iniciar auditoria das obras de mobilidade em andamento.

PRIMEIRO ANO

- Implantar os primeiros corredores com gestão inteligente do tráfego.
- Executar rotas seguras em áreas escolares e hospitalares.
- Iniciar obras nos gargalos regionais prioritários.
- Ampliar e conectar trechos de ciclovias.
- Melhorar calçadas e travessias nos principais centros urbanos.

QUATRO ANOS

- Reduzir o tempo médio de deslocamento nos corredores prioritários.
- Diminuir acidentes e mortes no trânsito.
- Ampliar as conexões diretas entre regiões administrativas.
- Consolidar uma rede contínua de calçadas acessíveis e ciclovias.
- Melhorar os acessos às áreas rurais e aos novos núcleos urbanos.
- Integrar o planejamento da mobilidade ao desenvolvimento de todo o Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“Brasília precisa voltar a funcionar como uma cidade planejada. Vamos conectar melhor as regiões, reduzir o tempo perdido no trânsito e garantir deslocamentos mais rápidos, seguros e acessíveis para todos.”

EIXO

18

TRANSPORTE PÚBLICO

Secretaria responsável: Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes

Objetivo

Oferecer transporte público mais rápido, confortável, seguro, acessível e integrado, reduzindo o tempo de espera e garantindo atendimento eficiente a todas as regiões administrativas, inclusive áreas rurais e comunidades mais distantes.

Diretrizes

- Priorizar o transporte coletivo nos investimentos de mobilidade.
- Integrar ônibus, metrô, BRT, bicicletas e demais meios de deslocamento.
- Ampliar a oferta de linhas entre regiões administrativas, sem obrigar passagem pelo Plano Piloto.
- Garantir regularidade, pontualidade, limpeza e segurança.
- Modernizar a frota com veículos acessíveis e menos poluentes.
- Utilizar dados reais de demanda para planejar linhas e horários.
- Melhorar o atendimento noturno, nos finais de semana e nas áreas rurais.
- Dar transparência aos custos, subsídios, contratos e indicadores do sistema.
- Garantir acessibilidade integral às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Principais ações

- Revisar linhas, horários e itinerários conforme a demanda de cada região.
- Criar novas ligações diretas entre cidades, hospitais, universidades, áreas comerciais e polos de emprego.
- Ampliar faixas e corredores exclusivos para ônibus.
- Integrar os horários dos ônibus alimentadores com metrô e BRT.
- Implantar informação em tempo real sobre localização, lotação e previsão de chegada dos veículos.
- Reforçar linhas no início da manhã, à noite e nos finais de semana.
- Melhorar o atendimento aos estudantes, trabalhadores noturnos e moradores das áreas rurais.
- Implantar metas de qualidade e fiscalização permanente das empresas operadoras.
- Ampliar a segurança nos veículos, estações e terminais.
- Planejar a renovação gradual da frota com ônibus elétricos ou de baixa emissão.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Vai Direto DF, com linhas rápidas e inter-regionais que reduzam baldeações desnecessárias.
- Criar o sistema Hora Certa Brasília, com acompanhamento dos veículos e previsão de chegada pelo celular e nos pontos de parada.
- Implantar o projeto Terminal Vivo, para reforma e modernização dos terminais, com iluminação, acessibilidade, banheiros, comércio organizado e segurança.

- Criar o programa Última Parada Segura, voltado ao transporte noturno e à proteção de passageiros, especialmente mulheres, idosos e pessoas com deficiência.
- Construir e ampliar corredores exclusivos e pontos de integração.
- Implantar estacionamentos para bicicletas e veículos próximos a estações e terminais.
- Instalar abrigos padronizados, iluminados, acessíveis e com informações atualizadas.
- Ampliar a infraestrutura de recarga para ônibus elétricos.

Prioridades territoriais

Na região oeste, serão priorizadas as ligações de Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Brazlândia, Taguatinga e Samambaia, com reforço dos corredores de maior demanda e criação de conexões diretas entre essas regiões.

Na região sul, as ações contemplarão Gama, Santa Maria, Park Way, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, com integração aos polos de emprego, hospitais e sistema metroviário.

Na região sudoeste, serão atendidos Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente e Arniqueira, ampliando linhas alimentadoras e inter-regionais.

Na região norte, o sistema será fortalecido em Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, inclusive com atendimento adequado às comunidades rurais.

Na região leste, serão ampliadas as conexões de Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, reduzindo o tempo de viagem até áreas de trabalho e serviços.

Na região central, serão aprimoradas as integrações do Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul, Varjão, Guará e SIA, com reorganização das linhas e melhor distribuição nos terminais.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Auditar contratos, subsídios, frota, linhas e índices de cumprimento de viagens.
- Identificar as rotas com maior lotação, espera e número de reclamações.
- Reorganizar emergencialmente horários e linhas críticas.
- Publicar indicadores de pontualidade, viagens realizadas e qualidade do serviço.
- Apresentar o plano de reforma dos principais terminais.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras linhas do Vai Direto DF.
- Disponibilizar informação em tempo real aos passageiros.
- Reformar terminais e pontos de parada prioritários.
- Ampliar faixas exclusivas e melhorar a integração entre ônibus, metrô e BRT.
- Iniciar a renovação da frota por veículos acessíveis e menos poluentes.

QUATRO ANOS

- Reduzir o tempo de espera e de deslocamento no transporte coletivo.
- Ampliar as ligações diretas entre regiões administrativas.
- Modernizar terminais, estações, pontos de parada e sistemas de informação.
- Renovar gradualmente a frota e ampliar a participação de veículos limpos.
- Melhorar o atendimento noturno, rural e nos finais de semana.
- Consolidar um sistema integrado, transparente, acessível e confiável.

Compromisso AGIR

“O passageiro será tratado como cliente e cidadão. Nosso governo vai cobrar pontualidade, conforto, segurança e transparência, porque ninguém pode perder horas da própria vida esperando ou enfrentando um transporte público de baixa qualidade.”

EIXO

19

INFRAESTRUTURA URBANA

Secretaria responsável: Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes

Objetivo

Garantir infraestrutura urbana de qualidade em todas as regiões administrativas, com pavimentação, drenagem, iluminação, calçadas, conservação dos espaços públicos e manutenção permanente das cidades.

Diretrizes

- Reduzir as desigualdades de infraestrutura entre as regiões do Distrito Federal.
- Priorizar áreas com crescimento populacional e serviços urbanos insuficientes.
- Substituir obras emergenciais repetidas por planejamento e manutenção preventiva.
- Integrar pavimentação, drenagem, saneamento, iluminação e acessibilidade.
- Garantir transparência nos custos, prazos e responsáveis por cada obra.
- Utilizar materiais duráveis, soluções sustentáveis e critérios técnicos.
- Melhorar a infraestrutura das áreas rurais e das comunidades mais distantes.
- Preservar o patrimônio urbanístico e arquitetônico de Brasília.
- Planejar obras de acordo com as necessidades específicas de cada região.

Principais ações

- Mapear ruas sem pavimentação, calçadas inadequadas, pontos escuros e falhas de drenagem.
- Implantar calendário permanente de manutenção de vias e equipamentos públicos.
- Recuperar pavimentos, meios-fios, calçadas, praças e áreas de convivência.
- Ampliar a iluminação pública com tecnologia mais eficiente.
- Melhorar a drenagem urbana e combater alagamentos e erosões.
- Requalificar avenidas comerciais, feiras, praças e centros urbanos.
- Padronizar placas de obras com valores, prazos, empresas responsáveis e QR Code.
- Implantar fiscalização tecnológica das obras e dos serviços de manutenção.
- Fortalecer a atuação integrada das administrações regionais.
- Melhorar estradas vicinais e acessos às comunidades rurais.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Cidade em Ordem, com manutenção contínua e metas públicas por região administrativa.
- Criar o projeto Rua Completa, reunindo pavimentação, drenagem, iluminação, calçadas acessíveis, arborização e sinalização.
- Implantar o sistema Obra à Vista, com QR Code, imagens, cronograma, medições e execução financeira disponíveis ao cidadão.

- Criar o projeto Centro Vivo, destinado à requalificação de áreas comerciais, feiras, praças e centros tradicionais.
- Implantar o programa Luz no Caminho, ampliando a iluminação de rotas escolares, paradas de ônibus, parques e áreas de circulação.
- Criar equipes regionais permanentes de manutenção rápida.
- Implantar soluções de drenagem sustentável, como áreas de retenção, pisos permeáveis e recuperação de cursos d'água.
- Requalificar estradas rurais, pontes, passagens e acessos utilizados para transporte escolar e escoamento da produção.

Prioridades territoriais

Na região norte, serão priorizadas obras em Fercal, Planaltina, Arapoanga, Sobradinho e Sobradinho II, com recuperação de vias, drenagem, iluminação e acessos rurais.

Na região leste, as intervenções contemplarão Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, com foco em drenagem, pavimentação, calçadas e organização dos centros urbanos.

Na região oeste, serão atendidos Brazlândia, Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga e Samambaia, incluindo recuperação de avenidas comerciais, praças, feiras e vias internas.

Na região sudoeste e sul, as obras alcançarão Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente, Santa Maria e Gama, com melhoria de infraestrutura nos bairros mais antigos e nas áreas de expansão.

Na região central, serão realizadas ações de conservação e requalificação no Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Guará, SIA, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Lago Norte e Lago Sul, respeitando as características urbanísticas de cada localidade.

Também serão incluídas Vicente Pires, Arniqueira, Park Way, Varjão e SCIA/Estrutural, especialmente em obras de drenagem, mobilidade local, calçadas e iluminação.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Realizar diagnóstico público da infraestrutura de todas as regiões administrativas.
- Mapear obras paradas, contratos vencidos e serviços emergenciais.
- Implantar operação de recuperação de vias, iluminação e drenagem em pontos críticos.
- Padronizar as placas de obras e iniciar o sistema Obra à Vista.
- Definir metas de manutenção para cada administração regional.

PRIMEIRO ANO

- Implantar equipes regionais de manutenção permanente.
- Iniciar projetos de Rua Completa nas regiões prioritárias.
- Requalificar praças, feiras e centros comerciais selecionados.
- Ampliar a iluminação pública e as rotas seguras.
- Executar obras prioritárias de drenagem e contenção de erosões.

QUATRO ANOS

- Reduzir o número de vias sem pavimentação e de áreas com infraestrutura incompleta.
- Modernizar a iluminação pública nos principais corredores e espaços de convivência.
- Ampliar calçadas acessíveis e rotas seguras.
- Melhorar a drenagem urbana e reduzir pontos recorrentes de alagamento.
- Requalificar centros urbanos, feiras e áreas comerciais.

- Consolidar uma política permanente de manutenção preventiva em todo o Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“Infraestrutura de qualidade precisa chegar a todas as cidades. Nosso governo vai trocar o improviso pela manutenção permanente, com obras transparentes, duráveis e planejadas de acordo com as necessidades reais de cada região.”

EIXO

20

ÁGUA E SANEAMENTO

Secretaria responsável: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado

Objetivo

Garantir abastecimento de água seguro, coleta e tratamento de esgoto, drenagem adequada e proteção dos recursos hídricos em todas as regiões do Distrito Federal, incluindo áreas urbanas, rurais e em processo de regularização.

Diretrizes

- Buscar a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.
- Priorizar áreas com infraestrutura incompleta, ocupações consolidadas e comunidades rurais.
- Reduzir perdas de água na rede de distribuição.
- Proteger nascentes, córregos, rios, reservatórios e áreas de recarga.
- Integrar saneamento, regularização fundiária, habitação e planejamento urbano.
- Melhorar a drenagem urbana e prevenir alagamentos, erosões e contaminações.
- Incentivar o reúso da água e o aproveitamento da água da chuva.
- Garantir transparência sobre obras, tarifas, qualidade da água e investimentos.
- Preparar o Distrito Federal para períodos prolongados de seca e crescimento populacional.

Principais ações

- Mapear áreas sem abastecimento regular, coleta de esgoto ou drenagem adequada.
- Ampliar redes de água e esgoto nas áreas urbanas e rurais.
- Modernizar estações de tratamento, reservatórios, adutoras e redes de distribuição.
- Intensificar a identificação e o reparo de vazamentos.
- Combater ligações clandestinas e lançamentos irregulares de esgoto.
- Ampliar o monitoramento da qualidade da água.
- Implantar soluções individuais ou comunitárias de saneamento rural onde a rede convencional não for viável.
- Incentivar o reaproveitamento de água em prédios públicos, condomínios, indústrias e atividades agrícolas.
- Integrar as obras de saneamento aos processos de regularização fundiária.
- Recuperar áreas degradadas próximas a nascentes e cursos d'água.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Água no Presente, voltado à segurança hídrica, redução de perdas e ampliação do abastecimento.
- Criar o projeto Saneamento de Ponta a Ponta, integrando água, esgoto e drenagem nas regiões com infraestrutura incompleta.

- Implantar o Circuito das Nascentes, para recuperação, monitoramento e proteção de áreas de recarga e cursos d'água.
- Criar o programa Chuva que Fica, com reservatórios de retenção, jardins de chuva, pisos permeáveis e aproveitamento de águas pluviais.
- Ampliar e modernizar estações de tratamento de água e esgoto.
- Construir reservatórios, redes, adutoras e sistemas locais de abastecimento conforme a demanda.
- Implantar soluções sanitárias adequadas para comunidades rurais, assentamentos e pequenos produtores.
- Criar painéis públicos com dados sobre qualidade da água, obras, perdas e execução dos investimentos.

Prioridades territoriais

Na região sudoeste, serão priorizadas obras e soluções em Vicente Pires, Arniqueira, Riacho Fundo II, Água Quente e áreas de Samambaia e Recanto das Emas, com foco em drenagem, redes de esgoto e prevenção de alagamentos.

Na região leste, as ações contemplarão São Sebastião, Jardim Botânico, Itapoã, Paranoá e Jardins Mangueiral, incluindo expansão das redes e proteção das áreas de recarga.

Na região norte, serão atendidas Fercal, Planaltina, Arapoanga, Sobradinho e Sobradinho II, com atenção às comunidades rurais, nascentes e sistemas locais de abastecimento.

Na região oeste, serão priorizados Sol Nascente/Pôr do Sol, Brazlândia, Ceilândia e SCIA/Estrutural, ampliando a infraestrutura sanitária e a recuperação ambiental.

Na região sul e central, as ações alcançarão Santa Maria, Gama, Park Way, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Guará, Lago Norte e Lago Sul, com modernização das redes, drenagem e uso eficiente da água.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear as áreas com abastecimento, esgotamento sanitário e drenagem insuficientes.
- Auditar obras paradas, contratos e pontos recorrentes de vazamento.
- Apresentar plano emergencial para o período de seca e de chuvas.
- Iniciar ações prioritárias de combate a perdas e ligações irregulares.
- Publicar indicadores de qualidade da água e execução das obras.

PRIMEIRO ANO

- Iniciar a expansão das redes nas regiões prioritárias.
- Implantar os primeiros projetos de drenagem sustentável.
- Ampliar o monitoramento de nascentes e áreas de recarga.
- Executar soluções de saneamento em comunidades rurais selecionadas.
- Implantar sistemas de reúso da água em prédios públicos prioritários.

QUATRO ANOS

- Ampliar a cobertura de água e esgoto nas áreas urbanas, rurais e em regularização.
- Reduzir as perdas na distribuição.
- Diminuir pontos de alagamento, erosão e lançamento irregular de esgoto.
- Modernizar sistemas de tratamento, reservação e distribuição.
- Recuperar nascentes, córregos e áreas de recarga.
- Consolidar uma política de segurança hídrica preparada para o crescimento do Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“Água tratada e saneamento são direitos básicos. Nosso governo vai proteger os recursos hídricos, ampliar as redes e garantir que o desenvolvimento do Distrito Federal aconteça com planejamento, saúde e responsabilidade ambiental.”

EIXO

21

MEIO AMBIENTE

Secretaria responsável: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado

Objetivo

Promover desenvolvimento sustentável, proteger os recursos naturais e melhorar a qualidade ambiental das cidades, conciliando crescimento econômico, planejamento urbano e preservação do patrimônio natural do Distrito Federal.

Diretrizes

- Integrar a política ambiental ao planejamento urbano e econômico.
- Proteger nascentes, córregos, mananciais, parques e áreas de recarga.
- Combater desmatamentos, queimadas, ocupações irregulares e descarte clandestino de resíduos.
- Ampliar a arborização e as áreas verdes nas regiões administrativas.
- Modernizar e dar previsibilidade ao licenciamento ambiental, sem reduzir o rigor técnico.
- Incentivar energia limpa, reúso da água e construções sustentáveis.
- Fortalecer a educação ambiental nas escolas e comunidades.
- Preparar as cidades para secas, chuvas intensas e aumento das temperaturas.
- Garantir participação social e transparência nas decisões ambientais.

Principais ações

- Implantar monitoramento contínuo da qualidade do ar, da água, do solo e da cobertura vegetal.
- Reforçar a fiscalização contra danos ambientais e parcelamentos ilegais.
- Recuperar nascentes, matas ciliares, áreas degradadas e corredores ecológicos.
- Ampliar a coleta seletiva e apoiar cooperativas de catadores.
- Combater lixões clandestinos e pontos recorrentes de descarte irregular.
- Expandir a arborização urbana com espécies adequadas ao clima e ao Cerrado.
- Implantar critérios ambientais nas compras, obras e contratos públicos.
- Incentivar geração de energia solar em prédios públicos, escolas e unidades de saúde.
- Simplificar procedimentos ambientais por meio da digitalização, mantendo os estudos e controles exigidos.
- Criar planos locais de adaptação climática para as regiões administrativas.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Brasília Respira, destinado à arborização, redução das ilhas de calor e melhoria da qualidade do ar.
- Criar o projeto Verde por Perto, levando parques, bosques, hortas e áreas de convivência ambiental aos bairros.
- Implantar o sistema Olho na Natureza, com monitoramento tecnológico de queimadas, desmatamentos, ocupações e descarte irregular.

- Criar o programa Raízes do Futuro, para recuperação de nascentes, córregos e áreas degradadas.
- Implantar polos regionais de triagem, reciclagem e reaproveitamento de resíduos.
- Recuperar e modernizar parques urbanos e unidades de conservação.
- Implantar telhados solares, captação de chuva e eficiência energética nos equipamentos públicos.
- Criar viveiros regionais para produção de mudas nativas e apoio à arborização urbana.

Prioridades territoriais

Na região central, serão reforçadas a proteção e a recuperação do Lago Paranoá, Parque da Cidade, Parque Nacional de Brasília, Lago Norte, Lago Sul, Varjão e áreas verdes do Plano Piloto.

Na região norte, as ações contemplarão Fercal, Sobradinho, Sobradinho II, Planaltina e Arapoanga, com prevenção de queimadas, recuperação de áreas degradadas e proteção de nascentes.

Na região leste, serão priorizados Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, considerando a pressão urbana sobre áreas de recarga e corredores ambientais.

Na região oeste, serão atendidos Brazlândia, Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia e SCIA/Estrutural, com arborização, recuperação de áreas degradadas e combate ao descarte irregular.

Na região sul e sudoeste, as ações alcançarão Gama, Santa Maria, Park Way, Água Quente, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Riacho Fundo II, com ampliação de áreas verdes, manejo de águas pluviais e proteção dos cursos d'água.

Também serão desenvolvidos projetos específicos em Vicente Pires, Arniqueira, Guará, SIA, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, conciliando drenagem, arborização, ocupação urbana e preservação ambiental.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear áreas degradadas, pontos de descarte irregular e territórios vulneráveis a queimadas.
- Atualizar os planos de prevenção e resposta a eventos climáticos.
- Iniciar força-tarefa de limpeza e recuperação dos pontos críticos.
- Implantar painel público de fiscalização e indicadores ambientais.
- Apresentar o plano de arborização e adaptação climática.

PRIMEIRO ANO

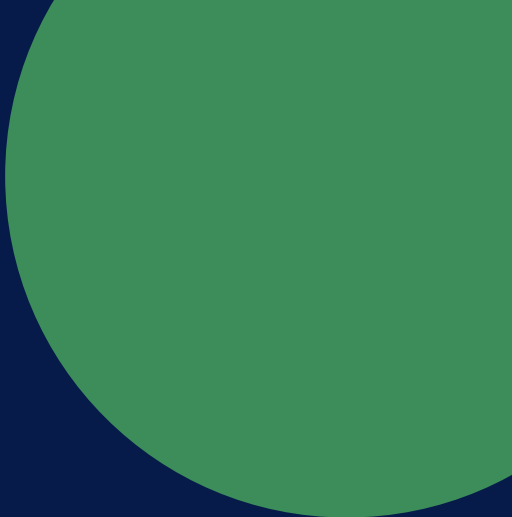
- Iniciar a recuperação de nascentes e áreas degradadas prioritárias.
- Implantar os primeiros viveiros e corredores verdes regionais.
- Ampliar a coleta seletiva e o apoio às cooperativas.
- Instalar sistemas de energia solar e eficiência hídrica em equipamentos públicos selecionados.
- Digitalizar procedimentos de licenciamento e fiscalização.

QUATRO ANOS

- Ampliar a cobertura vegetal e a arborização das regiões administrativas.
- Recuperar nascentes, córregos e áreas ambientalmente degradadas.
- Reduzir queimadas, desmatamentos e descartes clandestinos.
- Expandir a coleta seletiva e o reaproveitamento de resíduos.
- Tornar os equipamentos públicos mais eficientes no uso de água e energia.
- Consolidar o Distrito Federal como referência em planejamento urbano sustentável e adaptação climática.

Compromisso AGIR

“Desenvolver e preservar não são caminhos opostos. Nosso governo vai cuidar da natureza, organizar o crescimento das cidades e garantir um Distrito Federal mais verde, saudável e preparado para o futuro.”



PLANO DE GOVERNO | AGIR DISTRITO FEDERAL

AGENDA ESTRATÉGICA TRANSVERSAL

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, ENERGIAS RENOVÁVEIS E ELETROMOBILIDADE



Secretaria coordenadora: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado

Execução integrada com:

- Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes.
- Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital.
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Empreendedorismo.
- Secretaria de Planejamento Estratégico, Brasília 2060 e Relações com a RIDE.
- Casa Civil.
- CEB.
- Neoenergia Brasília.
- Agência Nacional de Energia Elétrica.
- Ministério de Minas e Energia.
- Universidades, centros de pesquisa e setor produtivo.

Objetivo

Transformar o Distrito Federal em referência brasileira em transição energética, ampliando a geração de energia renovável, a eficiência energética, a eletrificação da mobilidade urbana e a utilização inteligente da infraestrutura pública.

Brasília possui condições para liderar uma nova etapa de desenvolvimento sustentável, combinando redução dos custos públicos, geração de empregos qualificados, atração de empresas, inovação tecnológica e diminuição das emissões de gases de efeito estufa.

A transição energética será conduzida como política integrada de governo, envolvendo meio ambiente, infraestrutura, mobilidade, desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia e planejamento de longo prazo.

Diagnóstico

O Distrito Federal reúne características favoráveis para uma política ampla de energia limpa:

- Elevada incidência de radiação solar ao longo do ano.
- Grande quantidade de prédios públicos aptos à geração fotovoltaica.
- Consumo energético concentrado em áreas urbanas.
- Sistema elétrico integrado à rede nacional.
- Presença de universidades e centros de pesquisa.
- Mercado consumidor com potencial para veículos elétricos.
- Capacidade técnica para implantação de soluções inteligentes.
- Possibilidade de integração entre energia solar, armazenamento e mobilidade elétrica.

Apesar desse potencial, ainda é necessário ampliar a geração distribuída, modernizar o consumo dos prédios públicos, fortalecer a infraestrutura de recarga e acelerar a substituição gradual dos veículos movidos exclusivamente por combustíveis fósseis.

A administração pública também precisa conhecer com precisão quanto consome, quanto paga e quais unidades oferecem melhor retorno para investimentos em eficiência e geração de energia.

Justificativa ambiental e econômica

A substituição gradual de combustíveis fósseis por energia proveniente de fontes renováveis poderá reduzir:

- Emissões de dióxido de carbono.

- Material particulado.
- Poluição do ar.
- Poluição sonora.
- Consumo de diesel.
- Gastos com combustíveis.
- Despesas de energia elétrica.
- Dependência de fontes mais poluentes.

A transição também abrirá novas oportunidades econômicas para:

- Instaladores de sistemas solares.
- Eletricistas especializados.
- Técnicos de manutenção.
- Empresas de carregadores.
- Desenvolvedores de software.
- Fabricantes de equipamentos.
- Oficinas especializadas em veículos elétricos e híbridos.
- Centros de pesquisa.
- Cooperativas de geração compartilhada.
- Empresas de armazenamento e gestão de energia.

Diretrizes

- Ampliar a geração de energia solar.
- Incentivar a geração distribuída e compartilhada.
- Estimular a microgeração residencial e empresarial.
- Reduzir o consumo energético dos prédios públicos.
- Modernizar a iluminação pública.
- Implantar infraestrutura de recarga.
- Eletrificar gradualmente a frota governamental.
- Ampliar a utilização de ônibus elétricos ou de baixa emissão.
- Incentivar pesquisa e inovação.
- Desenvolver soluções de armazenamento de energia.
- Estimular a economia circular e a reciclagem de baterias.
- Preparar a rede elétrica para o crescimento da eletromobilidade.
- Integrar energia, mobilidade, tecnologia e planejamento urbano.
- Reduzir as emissões da administração pública.
- Consolidar Brasília como cidade inteligente e sustentável.

Principais ações

Programa Brasília Solar

Implantação gradual de sistemas de geração fotovoltaica nos prédios públicos tecnicamente viáveis.

Serão priorizados:

- Escolas e creches.
- Hospitais.
- UPAs e UBSs.
- Unidades de Segurança Pública.
- Secretarias.

- Administrações regionais.
- Centros esportivos.
- Parques.
- Terminais de transporte.
- Prédios com elevado consumo de energia.

Cada projeto deverá apresentar investimento, capacidade de geração, economia estimada, prazo de retorno e responsabilidade pela manutenção.

A implantação poderá ocorrer por investimento público, financiamento, geração compartilhada, locação de equipamentos ou contratos remunerados pela economia obtida.

Programa Ônibus do Futuro

Implantação gradual de ônibus elétricos ou de baixa emissão nos principais corredores do transporte coletivo.

Serão avaliados prioritariamente:

- Eixo Sul.
- Eixo Oeste.
- Ceilândia.
- Samambaia.
- Taguatinga.
- Gama.
- Santa Maria.
- Plano Piloto.

A eletrificação será acompanhada da instalação de carregadores, adequação das garagens, capacitação de profissionais e análise do custo total dos veículos durante sua vida útil.

A escolha não será baseada apenas no preço de aquisição, mas também na economia de combustível, manutenção, durabilidade das baterias e redução das emissões.

Programa Frota Verde

Substituição progressiva dos veículos oficiais por modelos elétricos, híbridos ou de menor emissão, sempre que houver viabilidade técnica e econômica.

A primeira etapa contemplará:

- Veículos administrativos.
- Veículos de fiscalização.
- Automóveis de empresas públicas.
- Veículos utilizados em trajetos urbanos previsíveis.
- Frotas com elevado consumo de combustível.

A aquisição será acompanhada por infraestrutura de recarga e avaliação pública da economia alcançada.

Programa Brasília Carrega

Implantação de uma rede distrital de carregadores públicos e privados.

Os pontos serão planejados para atender:

- Rodoviária do Plano Piloto.
- Aeroporto.
- Esplanada dos Ministérios.
- Administrações regionais.

- Hospitais.
- Estacionamentos públicos.
- Parques urbanos.
- Centros comerciais.
- Terminais.
- Estações de metrô.
- Corredores de ligação com a RIDE.

O governo poderá implantar pontos próprios, realizar concessões ou firmar parcerias com empresas, estacionamentos, condomínios e centros comerciais.

A tarifa de recarga será pública e comparável. O cidadão poderá consultar pelo celular a localização, o tipo de carregador, o preço e a disponibilidade.

Programa Iluminação Inteligente

Modernização da iluminação pública com:

- Lâmpadas de LED.
- Sensores.
- Telegestão.
- Monitoramento remoto.
- Identificação automática de falhas.
- Controle do consumo.
- Integração com câmeras e serviços urbanos, quando permitido.
- Priorização dos locais com maior risco para pedestres e usuários do transporte.

A modernização reduzirá custos, aumentará a segurança e permitirá atendimento mais rápido aos pontos sem iluminação.

Programa Energia nas Escolas

Implantação de conteúdos, laboratórios e experiências práticas relacionados a:

- Energia solar.
- Eficiência energética.
- Mobilidade elétrica.
- Sustentabilidade.
- Mudanças climáticas.
- Consumo consciente.
- Tecnologia das baterias.
- Profissões da economia verde.

As escolas que receberem sistemas fotovoltaicos poderão utilizar os próprios equipamentos como instrumentos de aprendizagem.

Programa Condomínio Solar

Criação de mecanismos de orientação, incentivo e financiamento para instalação de sistemas solares em:

- Condomínios residenciais.
- Cooperativas.
- Conjuntos habitacionais.
- Pequenas empresas.
- Associações comunitárias.
- Propriedades rurais.

- Empreendimentos comerciais.

O governo atuará na simplificação dos procedimentos que forem de competência distrital, na capacitação de profissionais e na aproximação entre consumidores, empresas e instituições financeiras.

Programa Brasília Inteligente

Integração gradual entre:

- Geração distribuída.
- Sistemas de armazenamento.
- Veículos elétricos.
- Carregadores.
- Iluminação pública.
- Semáforos inteligentes.
- Sensores urbanos.
- Monitoramento energético.
- Inteligência artificial.
- Dados climáticos.
- Sistemas de gestão da cidade.

O objetivo será utilizar tecnologia para reduzir desperdícios, antecipar falhas e melhorar a utilização da infraestrutura pública.

Programa Profissão Energia Limpa

Qualificação de trabalhadores para atividades relacionadas a:

- Instalação de painéis solares.
- Manutenção de sistemas fotovoltaicos.
- Instalação de carregadores.
- Eletricidade veicular.
- Manutenção de veículos elétricos e híbridos.
- Gestão de baterias.
- Reciclagem de componentes.
- Segurança elétrica.
- Sistemas inteligentes de energia.
- Eficiência energética.

Os cursos serão realizados em parceria com instituições de ensino, universidades, centros de pesquisa e empresas.

Obras e projetos estruturantes

- Centro Distrital de Inovação em Energias Renováveis.
- Parque Tecnológico de Mobilidade Elétrica.
- Rede Distrital de Carregadores Rápidos.
- Centro de Pesquisa em Armazenamento de Energia.
- Laboratório de Pesquisa em Hidrogênio Verde.
- Programa de geração solar nos prédios públicos.
- Corredores prioritários para ônibus elétricos.
- Garagens preparadas para recarga das frotas.
- Estações Sol e Movimento.
- Modernização inteligente da iluminação pública.

- Rede de monitoramento do consumo energético governamental.

A criação de novas estruturas físicas dependerá de estudo de viabilidade. Sempre que possível, serão utilizadas universidades, centros tecnológicos e instalações públicas já existentes.

Desenvolvimento econômico e atração de empresas

O Distrito Federal buscará atrair empresas ligadas a:

- Energia solar.
- Armazenamento.
- Baterias.
- Carregadores.
- Software de gestão energética.
- Componentes elétricos.
- Veículos elétricos.
- Reciclagem.
- Manutenção especializada.
- Pesquisa e desenvolvimento.

Os incentivos serão condicionados a:

- Investimento comprovado.
- Geração de empregos.
- Qualificação de trabalhadores.
- Permanência da empresa no Distrito Federal.
- Cumprimento ambiental.
- Transferência de conhecimento.
- Apresentação pública dos resultados.

Pesquisa e inovação

O governo apoiará estudos e projetos relacionados a:

- Baterias de maior duração.
- Reutilização e reciclagem de baterias.
- Redes elétricas inteligentes.
- Armazenamento de energia.
- Hidrogênio verde.
- Recarga rápida.
- Integração entre veículos e rede elétrica.
- Energia solar aplicada à agricultura.
- Materiais de maior eficiência.
- Redução das perdas elétricas.
- Monitoramento por inteligência artificial.

As pesquisas deverão priorizar aplicações concretas para as necessidades do Distrito Federal.

Responsabilidade e segurança energética

A expansão da mobilidade elétrica será acompanhada por planejamento da rede de distribuição.

Antes da implantação de grandes estruturas de recarga, serão avaliados:

- Capacidade da rede.
- Demanda de energia.

- Horários de maior consumo.
- Necessidade de reforço das instalações.
- Segurança dos equipamentos.
- Sistemas de armazenamento.
- Possibilidade de geração solar local.
- Impacto tarifário.
- Continuidade do serviço.

A eletrificação não poderá comprometer a confiabilidade do fornecimento de energia para residências, hospitais, empresas e serviços essenciais.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Elaborar o Plano Distrital de Transição Energética.
- Realizar o diagnóstico do consumo energético do Governo do Distrito Federal.
- Mapear **100%** dos prédios públicos para identificar os tecnicamente aptos à geração solar.
- Publicar o inventário inicial das emissões da administração pública.
- Identificar os corredores adequados para ônibus elétricos.
- Mapear os primeiros locais da Rede Brasília Carrega.
- Levantar as necessidades de modernização da iluminação pública.
- Apresentar o programa de qualificação profissional.

PRIMEIRO ANO

- Iniciar a implantação de energia solar em pelo menos 50 prédios públicos.
- Instalar ou viabilizar os primeiros 100 pontos públicos e privados de recarga.
- Implantar projetos iniciais de ônibus elétricos ou de baixa emissão.
- Iniciar a substituição dos veículos administrativos tecnicamente adequados.
- Implantar projetos-piloto de armazenamento de energia.
- Iniciar a modernização da iluminação em regiões prioritárias.
- Oferecer pelo menos 3 mil vagas de qualificação.
- Publicar trimestralmente o consumo e a economia de energia das unidades participantes.

QUATRO ANOS

- Implantar energia solar ou contratação equivalente em pelo menos 300 prédios públicos.
- Reduzir em pelo menos **20%** a despesa de energia elétrica das unidades contempladas.
- Instalar ou viabilizar pelo menos 500 pontos públicos e privados de recarga.
- Garantir pelo menos um ponto estratégico de recarga em cada região administrativa.
- Renovar pelo menos **30%** da frota pública leve com veículos de menor emissão, condicionada à viabilidade econômica.
- Implantar ônibus elétricos ou de baixa emissão em corredores prioritários.
- Modernizar a iluminação pública das áreas definidas como prioritárias.
- Qualificar pelo menos 15 mil trabalhadores para atividades da economia verde.
- Atrair empresas de energia, tecnologia, componentes e mobilidade elétrica.
- Implantar sistema público de acompanhamento do consumo energético e das emissões governamentais.
- Reduzir progressivamente o consumo de diesel e gasolina da administração pública.

- Consolidar Brasília como referência brasileira em geração solar, mobilidade elétrica e gestão inteligente da energia.

Indicadores públicos

Será criado um painel para apresentar:

- Consumo de energia do governo.
- Despesa mensal.
- Energia renovável gerada.
- Prédios com geração solar.
- Economia financeira.
- Emissões evitadas.
- Carregadores instalados.
- Distribuição territorial dos carregadores.
- Veículos elétricos e híbridos da frota pública.
- Ônibus de baixa emissão em circulação.
- Iluminação modernizada.
- Trabalhadores qualificados.
- Empresas atraídas.
- Investimentos públicos e privados.
- Metas executadas.
- Cronograma dos projetos.

Benefícios esperados

A agenda permitirá:

- Reduzir os custos de energia da administração pública.
- Diminuir as emissões de gases de efeito estufa.
- Melhorar a qualidade do ar.
- Reduzir a poluição sonora.
- Atrair investimentos.
- Gerar empregos qualificados.
- Estimular a inovação.
- Fortalecer a cadeia produtiva da energia limpa.
- Melhorar a segurança energética.
- Modernizar a infraestrutura pública.
- Preparar Brasília para as próximas décadas.

Compromisso AGIR

“Brasília nasceu para representar o futuro do Brasil. Nosso governo fará do Distrito Federal uma referência em energia limpa, mobilidade elétrica e eficiência energética. Vamos reduzir custos, atrair investimentos, gerar empregos e modernizar os serviços públicos, sempre com responsabilidade, planejamento e proteção ao meio ambiente.”

EIXO

22

CERRADO

Secretaria responsável: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado

Objetivo

Proteger, recuperar e valorizar o Cerrado como patrimônio natural, cultural e econômico do Distrito Federal, conciliando preservação ambiental, produção sustentável, pesquisa científica, turismo e qualidade de vida.

Diretrizes

- Reconhecer o Cerrado como elemento central da identidade de Brasília.
- Proteger áreas nativas, nascentes, veredas, matas de galeria e corredores ecológicos.
- Recuperar áreas degradadas com espécies nativas.
- Prevenir e combater incêndios florestais durante todo o ano.
- Valorizar comunidades rurais, produtores e iniciativas que preservam o bioma.
- Incentivar pesquisa, inovação e atividades econômicas sustentáveis.
- Fortalecer a educação ambiental nas escolas e comunidades.
- Combater o desmatamento, a ocupação irregular e a exploração ilegal dos recursos naturais.
- Integrar a proteção do Cerrado ao planejamento urbano e à segurança hídrica.

Principais ações

- Mapear continuamente a vegetação nativa, as áreas degradadas e os corredores ecológicos.
- Ampliar a fiscalização contra desmatamentos, ocupações e queimadas ilegais.
- Criar brigadas comunitárias e rurais de prevenção e resposta aos incêndios.
- Recuperar nascentes, veredas, margens de córregos e áreas de recarga hídrica.
- Incentivar o plantio de espécies nativas em parques, escolas, vias e equipamentos públicos.
- Apoiar viveiros, coletores de sementes e produtores de mudas do Cerrado.
- Estimular pesquisas sobre biodiversidade, recursos hídricos, clima, alimentos e medicamentos.
- Apoiar o aproveitamento sustentável de frutos, sementes, plantas e produtos típicos.
- Criar atividades de turismo ecológico, científico e pedagógico.
- Ampliar campanhas contra incêndios, descarte de resíduos e retirada ilegal de plantas e animais.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Cerrado de Pé, para proteção da vegetação nativa, recuperação ambiental e conexão dos corredores ecológicos.
- Criar o projeto Sementes de Brasília, reunindo viveiros, coletores, produtores rurais, escolas e universidades na produção de mudas nativas.
- Implantar a Rede Sentinela do Cerrado, com câmeras, sensores, imagens aéreas e equipes integradas para detectar queimadas e desmatamentos.

- Criar os Caminhos do Cerrado, com trilhas, centros de visitação e rotas de educação e turismo ecológico.
- Implantar centros regionais de prevenção e combate a incêndios florestais.
- Recuperar áreas degradadas próximas a nascentes, parques e unidades de conservação.
- Criar jardins demonstrativos do Cerrado em escolas, praças, parques e prédios públicos.
- Implantar um centro de pesquisa e inovação dedicado à biodiversidade e à economia sustentável do bioma.

Prioridades territoriais

Na região norte, serão fortalecidas as ações na Estação Ecológica de Águas Emendadas, Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, com proteção das nascentes, prevenção de queimadas e recuperação de áreas degradadas.

Na região oeste, serão contempladas Brazlândia, Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol e áreas rurais próximas à Barragem do Descoberto, com proteção dos mananciais e estímulo à produção sustentável.

Na região leste, as ações alcançarão Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Manguelral, priorizando corredores ecológicos, áreas de recarga e controle da expansão urbana.

Na região sul, serão desenvolvidos projetos em Gama, Santa Maria, Park Way e áreas rurais próximas à divisa do Distrito Federal, com prevenção de incêndios e recuperação da vegetação nativa.

Na região central, serão protegidas e valorizadas áreas do Parque Nacional de Brasília, Jardim Botânico de Brasília, Reserva Ecológica do IBGE, Lago Norte, Lago Sul e Plano Piloto.

Também serão incluídas unidades de conservação e parques de Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Guará, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante, aproximando a população do patrimônio natural do Cerrado.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Atualizar o mapa das áreas nativas, degradadas e vulneráveis aos incêndios.
- Revisar o plano integrado de prevenção e combate às queimadas.
- Iniciar a Rede Sentinela do Cerrado nas áreas mais críticas.
- Reforçar brigadas e ações educativas antes do período de estiagem.
- Identificar áreas prioritárias para recuperação ambiental.

PRIMEIRO ANO

- Iniciar a recuperação de nascentes, veredas e corredores ecológicos.
- Implantar os primeiros núcleos do projeto Sementes de Brasília.
- Ampliar brigadas comunitárias e rurais.
- Criar trilhas e atividades de educação ambiental em regiões selecionadas.
- Apoiar cadeias produtivas sustentáveis relacionadas aos recursos do Cerrado.

QUATRO ANOS

- Ampliar a área recuperada com vegetação nativa.
- Reduzir os danos provocados por incêndios e desmatamentos.
- Fortalecer corredores ecológicos entre unidades de conservação.
- Expandir a produção de mudas e sementes nativas.
- Desenvolver turismo ecológico e atividades econômicas sustentáveis.
- Consolidar o Cerrado como símbolo da identidade e do desenvolvimento responsável de Brasília.

Compromisso AGIR

“O Cerrado é o berço das nossas águas, parte da nossa identidade e uma riqueza que precisa permanecer de pé. Nosso governo vai proteger, recuperar e transformar a preservação do bioma em conhecimento, oportunidades e qualidade de vida.”

EIXO

23

AGRICULTURA

Secretaria responsável: Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Objetivo

Fortalecer a agricultura do Distrito Federal, ampliar a produção de alimentos, gerar renda no campo e garantir melhores condições de infraestrutura, tecnologia, comercialização e segurança jurídica para produtores rurais de todos os portes.

Diretrizes

- Valorizar pequenos, médios e grandes produtores rurais.
- Fortalecer a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis.
- Garantir assistência técnica próxima e permanente.
- Ampliar o acesso à água, energia, conectividade e estradas rurais.
- Incentivar inovação, mecanização e uso sustentável dos recursos naturais.
- Aproximar produtores das escolas, hospitais, restaurantes comunitários e mercados consumidores.
- Apoiar cooperativas, associações e agroindústrias locais.
- Promover segurança jurídica e regularização das atividades produtivas.
- Fortalecer a defesa sanitária animal e vegetal.
- Estimular a permanência dos jovens no campo.

Principais ações

- Ampliar a assistência técnica e a extensão rural nas comunidades.
- Criar planejamento produtivo por território, identificando vocações e oportunidades.
- Recuperar estradas vicinais, pontes, passagens e acessos utilizados no escoamento da produção.
- Expandir sistemas de irrigação eficiente, reservação e aproveitamento da água da chuva.
- Fortalecer programas de aquisição pública de alimentos produzidos no Distrito Federal.
- Apoiar a implantação e modernização de pequenas agroindústrias.
- Ampliar feiras, mercados e canais diretos de comercialização.
- Incentivar cooperativas de produção, processamento, transporte e venda.
- Facilitar o acesso a crédito, seguro rural, tecnologia e equipamentos compartilhados.
- Reforçar a fiscalização sanitária e os programas de prevenção de pragas e doenças.
- Criar ações específicas para mulheres, jovens e sucessores da atividade rural.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Campo que Avança, integrando assistência técnica, crédito, tecnologia e acesso ao mercado.
- Criar o projeto Colheita Perto de Casa, conectando produtores locais a escolas, hospitais, restaurantes comunitários e demais equipamentos públicos.

- Implantar as Casas da Produção Rural, com máquinas compartilhadas, capacitação, armazenamento e apoio à comercialização.
- Criar o programa Estrada da Safra, destinado à recuperação e à manutenção permanente das vias rurais.
- Implantar o projeto Água para Produzir, com reservatórios, irrigação eficiente, proteção de nascentes e orientação técnica.
- Criar os Distritos de Valor Rural, para estimular agroindústrias, processamento, embalagem e distribuição de produtos locais.
- Implantar centros regionais de comercialização e distribuição.
- Expandir conectividade e serviços digitais nas áreas rurais.

Prioridades territoriais

Na região norte, serão priorizadas as áreas rurais de Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, com assistência técnica, recuperação de estradas e fortalecimento da produção de grãos, hortaliças, frutas, leite e criação animal.

Na região oeste, as ações contemplarão Brazlândia, Ceilândia e comunidades próximas ao Descoberto, valorizando a produção de hortaliças, frutas, flores, alimentos processados e turismo rural.

Na região leste, serão atendidas as áreas rurais de Paranoá, Itapoã, São Sebastião e Jardim Botânico, com foco na agricultura familiar, irrigação, comercialização e proteção dos recursos hídricos.

Na região sul, os investimentos alcançarão Gama, Santa Maria, Park Way e comunidades próximas à divisa do Distrito Federal, com recuperação de acessos, apoio à produção e implantação de pequenas agroindústrias.

Também serão contempladas áreas produtivas de Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Água Quente e Samambaia, respeitando suas vocações e a transição entre os espaços urbanos e rurais.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Realizar diagnóstico das cadeias produtivas e da infraestrutura rural.
- Mapear estradas, pontes, sistemas de irrigação e pontos críticos de escoamento.
- Reorganizar o atendimento da assistência técnica por território.
- Identificar oportunidades de compra pública da produção local.
- Apresentar o calendário inicial de manutenção das estradas rurais.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Casas da Produção Rural.
- Iniciar o programa Estrada da Safra nas regiões prioritárias.
- Ampliar a compra de alimentos produzidos no Distrito Federal.
- Apoiar a implantação e a regularização de agroindústrias familiares.
- Expandir assistência técnica, capacitação e acesso a crédito.

QUATRO ANOS

- Aumentar a produtividade e a renda dos produtores rurais.
- Ampliar a participação dos alimentos locais nas compras públicas.
- Melhorar estradas, conectividade e infraestrutura das comunidades rurais.
- Fortalecer cooperativas, associações e agroindústrias.
- Expandir o uso eficiente da água e das tecnologias sustentáveis.

- Consolidar o Distrito Federal como referência em produção de alimentos, inovação rural e valorização de quem trabalha no campo.

Compromisso AGIR

“O campo também é Brasília. Nosso governo vai cuidar das estradas, levar tecnologia, abrir mercados e garantir condições para que quem produz alimentos possa crescer, gerar empregos e permanecer na própria comunidade com dignidade.”

EIXO

24

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Secretaria responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Empreendedorismo

Objetivo

Transformar o Distrito Federal em um ambiente mais competitivo para investir, produzir e gerar empregos, diversificando a economia e tornando Brasília referência nacional em eletromobilidade, energia solar, inovação, serviços, indústria limpa e desenvolvimento regional.

Diretrizes

- Reduzir a dependência econômica do setor público.
- Atrair empresas, indústrias limpas e centros de tecnologia.
- Fortalecer atividades econômicas em todas as regiões administrativas.
- Simplificar licenças, autorizações e procedimentos para novos investimentos.
- Utilizar incentivos fiscais com metas de emprego, inovação e desenvolvimento local.
- Estimular a eletromobilidade e a transição para fontes renováveis de energia.
- Apoiar a instalação de fábricas de veículos elétricos, baterias, carregadores e equipamentos solares.
- Ampliar a infraestrutura pública de recarga de veículos elétricos.
- Incentivar empresas que contratem trabalhadores residentes no Distrito Federal.
- Integrar desenvolvimento econômico, qualificação profissional, ciência, tecnologia e sustentabilidade.

Principais ações

- Revisar a política distrital de incentivos econômicos e fiscais.
- Reduzir, dentro das competências legais do Distrito Federal, a carga tributária incidente sobre veículos elétricos e seus componentes.
- Estudar a redução ou compensação do ICMS para veículos elétricos, equipamentos de recarga, baterias e sistemas de energia solar.
- Manter e ampliar benefícios no IPVA para veículos totalmente elétricos, priorizando modelos de menor valor.
- Articular com o Governo Federal medidas relacionadas ao IPI e a outros tributos federais.
- Atrair fabricantes e centros de distribuição de veículos elétricos, carregadores, baterias e painéis solares.
- Criar áreas de desenvolvimento econômico voltadas à indústria limpa e à tecnologia.
- Simplificar a abertura, a ampliação e a regularização de empresas.
- Estabelecer contrapartidas de geração de empregos, qualificação e investimento local para a concessão de incentivos.
- Apoiar a instalação de pontos privados de recarga em condomínios, estacionamentos, centros comerciais e postos de serviços.
- Estimular a substituição gradual de frotas públicas e comerciais por veículos de baixa emissão.

Obras e projetos estruturantes

- Analisar, formatar e buscar a criação da Empresa Pública de Energia Limpa e Eletromobilidade do Distrito Federal, responsável por planejar, implantar e operar estruturas públicas de geração solar e recarga de veículos elétricos.
- Implantar o programa Brasília Carrega, com pontos públicos de recarga rápida e convencional distribuídos pelas regiões administrativas.
- Criar as Estações Sol e Movimento, estruturas cobertas por painéis solares para geração de energia e carregamento de carros, ônibus, bicicletas e veículos de serviço.
- Implantar o Polo de Indústria Elétrica, destinado à atração de fabricantes de veículos, baterias, carregadores, componentes e equipamentos de energia solar.
- Criar o projeto Frota que Muda, para substituição gradual dos veículos do governo por modelos elétricos ou de baixa emissão.
- Implantar centros de capacitação em manutenção de veículos elétricos, instalação de carregadores e sistemas fotovoltaicos.
- Criar corredores estratégicos de recarga nas principais entradas, rodovias e áreas comerciais do Distrito Federal.
- Utilizar telhados de prédios públicos, escolas, hospitais, terminais e estacionamentos para produção de energia solar.

Modelo da empresa pública

A nova empresa pública atuará para complementar e estimular o mercado, sem impedir a participação da iniciativa privada. Sua missão será:

- Produzir energia solar em áreas e equipamentos públicos.
- Implantar postos públicos de recarga em locais estratégicos.
- Oferecer recarga a preços acessíveis.
- Criar referência de preço que estimule a concorrência e reduza o custo para o consumidor.
- Formar parcerias com empresas, universidades e centros de pesquisa.
- Desenvolver projetos para ônibus, táxis, aplicativos, entregadores e frotas comerciais.
- Apoiar a instalação de painéis solares em equipamentos públicos.
- Publicar custos, receitas, tarifas e resultados em tempo real.

Prioridades territoriais

Os primeiros polos de eletromobilidade e indústria limpa serão planejados para SIA, SCIA/Estrutural, Gama, Santa Maria, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga, considerando os acessos logísticos, a disponibilidade de áreas econômicas e a proximidade da mão de obra.

As primeiras Estações Sol e Movimento serão distribuídas entre Plano Piloto, Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Gama, Santa Maria, Brazlândia e Recanto das Emas.

Também serão instalados pontos estratégicos no Aeroporto, Rodoviária Interestadual, Eixo Monumental, Universidade de Brasília, terminais de transporte, hospitais regionais, parques e principais corredores rodoviários.

Nas áreas rurais de Planaltina, Brazlândia, Paranoá, São Sebastião, Sobradinho e Gama, a energia solar será utilizada para apoiar produção, irrigação, armazenamento, conectividade e recarga de veículos e equipamentos.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Apresentar o plano distrital de desenvolvimento econômico e eletromobilidade.

- Elaborar a modelagem jurídica, técnica e financeira da empresa pública.
- Mapear áreas para instalação dos primeiros pontos de recarga.
- Encaminhar propostas de redução tributária dentro das competências distritais.
- Iniciar negociações para atrair fabricantes e empresas do setor.
- Auditar áreas de desenvolvimento econômico e terrenos disponíveis.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Estações Sol e Movimento.
- Iniciar a operação da rede pública de recarga.
- Lançar os primeiros incentivos para veículos elétricos e equipamentos solares.
- Instalar geração fotovoltaica em equipamentos públicos prioritários.
- Implantar cursos de formação em eletromobilidade e energia solar.
- Iniciar a substituição gradual da frota oficial.

QUATRO ANOS

- Formar uma rede de recarga presente em todas as regiões do Distrito Federal.
- Tornar Brasília uma das cidades mais competitivas do país para utilização de veículos elétricos.
- Atrair empresas e indústrias ligadas à eletromobilidade e à energia limpa.
- Ampliar a geração solar nos equipamentos públicos.
- Reduzir o custo da recarga para motoristas e empresas.
- Gerar empregos técnicos e industriais nas regiões administrativas.
- Consolidar o Distrito Federal como referência em economia limpa, inovação e mobilidade elétrica.

Compromisso AGIR

“Brasília foi criada para representar o futuro. Nosso governo vai transformar o sol, a tecnologia e a capacidade de planejamento da cidade em energia mais barata, novos empregos e desenvolvimento. Queremos fazer do Distrito Federal o melhor lugar do Brasil para produzir, comprar, carregar e utilizar um veículo elétrico.”

EIXO

25

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Secretarias responsáveis: Secretaria de Trabalho e Qualificação Profissional e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Empreendedorismo

Objetivo

Gerar empregos formais, ampliar a renda das famílias e aproximar os trabalhadores das oportunidades existentes, conectando qualificação profissional, atração de empresas e desenvolvimento econômico em todas as regiões administrativas.

Diretrizes

- Tratar a geração de empregos como responsabilidade de todo o governo.
- Qualificar trabalhadores de acordo com as vagas realmente disponíveis.
- Atrair empresas com contrapartidas de contratação local.
- Levar emprego e atividade econômica para perto das moradias.
- Priorizar jovens, mulheres, pessoas com deficiência e trabalhadores com mais de 50 anos.
- Apoiar a reinserção de desempregados de longa duração.
- Preparar profissionais para a economia digital, eletromobilidade, energia solar e indústria limpa.
- Integrar educação profissional, empresas e serviços públicos de emprego.
- Incentivar a formalização e a melhoria das condições de trabalho.
- Acompanhar publicamente as vagas criadas e os resultados dos programas.

Principais ações

- Mapear as vagas disponíveis e as necessidades profissionais de cada região.
- Reorganizar as agências do trabalhador para oferecer atendimento presencial e digital.
- Criar busca ativa de desempregados e encaminhamento personalizado às empresas.
- Oferecer cursos de curta duração associados a vagas previamente identificadas.
- Firmar parcerias com empresas para formação e contratação imediata.
- Condicionar incentivos econômicos à criação e manutenção de empregos.
- Apoiar o primeiro emprego e programas de aprendizagem profissional.
- Criar ações de reinserção para trabalhadores acima de 50 anos.
- Ampliar a qualificação de pessoas com deficiência e adaptar os processos de seleção.
- Formar profissionais para manutenção de veículos elétricos, instalação de carregadores, energia solar, tecnologia, construção, saúde, turismo e economia criativa.
- Integrar beneficiários de programas sociais às oportunidades de qualificação, trabalho e renda.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Vaga na Mão, conectando trabalhadores, cursos e empresas por meio de plataforma digital e atendimento presencial.

- Criar as Centrais de Partida Profissional, espaços regionais de orientação, qualificação, documentação e encaminhamento ao emprego.
- Implantar o projeto Aprende e Entra, com cursos organizados a partir de compromissos prévios de contratação.
- Criar o programa Experiência que Conta, voltado à reinserção de trabalhadores com mais de 50 anos.
- Implantar a iniciativa Primeiro Passo de Trabalho, destinada a jovens em busca da primeira oportunidade.
- Criar o projeto Profissões do Novo Sol, formando trabalhadores para energia solar, eletromobilidade, tecnologia e economia sustentável.
- Implantar unidades móveis de qualificação para comunidades rurais e regiões distantes.
- Criar painéis públicos com vagas abertas, cursos, contratações, salários e empresas participantes.

Prioridades territoriais

Na região oeste, serão fortalecidas as oportunidades em Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia, com qualificação para comércio, serviços, logística, construção, produção de alimentos e economia digital.

Na região sul, serão priorizados Gama, Santa Maria, Água Quente, Park Way e Núcleo Bandeirante, com formação para indústria limpa, eletromobilidade, manutenção, transporte, turismo e serviços aeroportuários.

Na região norte, as ações contemplarão Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, conectando trabalhadores às oportunidades da agricultura, agroindústria, construção, serviços e energia renovável.

Na região leste, serão atendidos Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, com formação voltada ao comércio, serviços, turismo, tecnologia, construção e atividades ambientais.

Na região central, serão ampliadas as oportunidades no Plano Piloto, SIA, Guará, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul, Varjão e Candangolândia, especialmente nos setores de tecnologia, economia criativa, turismo, saúde, serviços e administração.

Também serão implantadas ações próprias em Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Arniqueira, Vicente Pires e SCIA/Estrutural, evitando que a população precise atravessar o Distrito Federal para acessar qualificação e emprego.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear vagas, setores em expansão e perfis profissionais demandados.
- Auditar cursos existentes e cancelar formações sem relação com oportunidades reais.
- Reorganizar as agências do trabalhador e criar atendimento digital integrado.
- Firmar os primeiros compromissos de qualificação e contratação com empresas.
- Apresentar o plano regional de geração de empregos.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Centrais de Partida Profissional.
- Iniciar os programas Vaga na Mão e Aprende e Entra.
- Ofertar cursos associados a oportunidades concretas de contratação.
- Implantar as primeiras turmas de Profissões do Novo Sol.
- Ampliar ações de primeiro emprego e reinserção profissional.
- Publicar mensalmente os resultados de vagas, encaminhamentos e contratações.

QUATRO ANOS

- Ampliar a geração de empregos formais no Distrito Federal.
- Reduzir o desemprego, especialmente entre jovens e mulheres.
- Formar mão de obra para os novos setores da economia.
- Levar oportunidades de trabalho para todas as regiões administrativas.
- Aumentar a contratação de pessoas com deficiência e trabalhadores acima de 50 anos.
- Integrar qualificação, desenvolvimento econômico e proteção social.
- Consolidar uma política de emprego baseada em resultados verificáveis.

Compromisso AGIR

“Curso sem emprego não resolve a vida de ninguém. Nosso governo vai qualificar para as vagas que existem, atrair empresas para onde as pessoas moram e transformar crescimento econômico em trabalho, renda e dignidade para as famílias do Distrito Federal.”

EIXO

26

EMPREENDEDORISMO

Secretaria responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Empreendedorismo

Objetivo

Transformar o Distrito Federal no melhor ambiente do país para abrir, manter e expandir um negócio, reduzindo a burocracia, ampliando o acesso ao crédito, fortalecendo os empreendedores locais e levando oportunidades econômicas a todas as regiões administrativas.

Diretrizes

- Simplificar a abertura e a regularização de empresas.
- Reduzir o tempo e o custo para o empreendedor cumprir suas obrigações.
- Ampliar o acesso a crédito, orientação e capacitação.
- Fortalecer microempreendedores, pequenos negócios e empresas familiares.
- Incentivar a formalização sem criminalizar quem trabalha por necessidade.
- Estimular o empreendedorismo feminino, jovem, rural e das pessoas com deficiência.
- Valorizar feiras, comércio de rua, economia criativa e negócios comunitários.
- Facilitar a participação dos pequenos negócios nas compras públicas.
- Apoiar a digitalização e o crescimento das empresas.
- Criar ambientes regionais de inovação, produção e comercialização.

Principais ações

- Implantar uma porta única digital para abertura, licenciamento e acompanhamento das empresas.
- Revisar exigências, taxas e procedimentos que dificultam a atividade econômica.
- Criar atendimento presencial e itinerante para empreendedores sem acesso aos serviços digitais.
- Oferecer orientação contábil, jurídica, financeira e de gestão.
- Ampliar linhas de microcrédito com acompanhamento técnico.
- Apoiar a renegociação e a recuperação de pequenos negócios em dificuldade.
- Criar programas de capacitação em vendas, finanças, marketing digital e comércio eletrônico.
- Simplificar a participação de micro e pequenas empresas nas licitações.
- Reservar, dentro das possibilidades legais, maior participação dos negócios locais nas compras governamentais.
- Organizar e qualificar feiras, áreas comerciais, polos gastronômicos e atividades de rua.
- Apoiar cooperativas, associações produtivas e redes de empreendedores.
- Integrar os pequenos negócios às oportunidades geradas pelo turismo, cultura, esporte, agricultura, tecnologia e eletromobidade.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Negócio Descomplicado, reunindo abertura, licenciamento, regularização e orientação em um único ambiente.
- Criar as Casas de Quem Empreende, com atendimento regional, capacitação, microcrédito e apoio à comercialização.
- Implantar o projeto Começa Pequeno, Cresce Aqui, destinado ao acompanhamento dos negócios desde a formalização até a expansão.
- Criar o programa Compra de Brasília, para aproximar pequenos fornecedores das compras públicas e das grandes empresas.
- Implantar o projeto Feira que Prospera, voltado à modernização de feiras, mercados populares e áreas de comércio comunitário.
- Criar laboratórios compartilhados de produção, embalagem, fotografia, tecnologia e vendas digitais.
- Implantar unidades móveis para atender áreas rurais, comunidades distantes e empreendedores informais.
- Criar vitrines físicas e digitais para produtos e serviços de cada região administrativa.

Prioridades territoriais

Na região central, serão fortalecidos os pequenos negócios do Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Guará, SIA, Lago Norte, Lago Sul e Varjão, especialmente nos setores de serviços, turismo, alimentação, economia criativa e tecnologia.

Na região oeste, serão priorizados Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia, com apoio ao comércio popular, feiras, produção de alimentos, confecção, serviços e vendas digitais.

Na região sudoeste, as ações contemplarão Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente, Vicente Pires e Arniqueira, ampliando capacitação, crédito e espaços para comercialização.

Na região sul, serão atendidos Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way, com estímulo aos negócios ligados à logística, gastronomia, turismo, manutenção, eletromobilidade e serviços aeroportuários.

Na região norte e leste, os programas alcançarão Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, valorizando comércio local, agricultura, turismo rural, serviços e produção comunitária.

O atendimento também chegará ao SCIA/Estrutural e às comunidades rurais, com instrumentos próprios de formalização, microcrédito, capacitação e geração de renda.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Revisar as principais exigências para abertura e funcionamento dos negócios.
- Mapear taxas, licenças e procedimentos que possam ser simplificados.
- Criar atendimento integrado ao empreendedor.
- Identificar feiras, polos comerciais e atividades que precisam de regularização.
- Apresentar o plano distrital de microcrédito e compras locais.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Casas de Quem Empreende.
- Lançar a porta única digital para os serviços empresariais.
- Ampliar o microcrédito com assistência técnica.
- Iniciar o programa Compra de Brasília.
- Requalificar feiras e áreas comerciais prioritárias.

- Implantar unidades móveis de atendimento.

QUATRO ANOS

- Reduzir significativamente o tempo para abrir e regularizar empresas.
- Ampliar o número de pequenos negócios formalizados e ativos.
- Aumentar a participação das empresas locais nas compras públicas.
- Expandir o acesso ao crédito, à tecnologia e aos mercados.
- Fortalecer feiras, polos econômicos e atividades produtivas regionais.
- Aumentar a sobrevivência das empresas nos primeiros anos.
- Consolidar uma cultura de empreendedorismo presente em todo o Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“Quem trabalha e empreende não pode ser tratado como problema pelo governo. Vamos abrir portas, retirar obstáculos e garantir crédito, orientação e mercado para que os negócios de Brasília possam nascer, crescer e gerar oportunidades.”

EIXO

27

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria responsável: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital

Objetivo

Transformar o Distrito Federal em referência nacional em ciência, tecnologia e inovação, conectando governo, universidades, escolas, empresas, pesquisadores e empreendedores para gerar soluções públicas, empregos qualificados e desenvolvimento econômico.

Diretrizes

- Utilizar ciência e tecnologia para resolver problemas reais da população.
- Aproximar universidades, centros de pesquisa, empresas e governo.
- Incentivar pesquisa aplicada, inovação e criação de novas empresas.
- Ampliar o acesso à tecnologia em todas as regiões administrativas.
- Formar crianças, jovens e trabalhadores para as profissões do futuro.
- Apoiar pesquisadores, inventores, startups e empresas de base tecnológica.
- Estimular inovação nas áreas de saúde, educação, segurança, mobilidade, agricultura e meio ambiente.
- Garantir transparência, segurança e responsabilidade no uso de dados e inteligência artificial.
- Atrair centros de pesquisa, laboratórios e empresas tecnológicas.
- Reduzir desigualdades digitais entre as regiões do Distrito Federal.

Principais ações

- Criar uma política distrital de pesquisa, desenvolvimento e inovação com metas públicas.
- Financiar pesquisas que apresentem soluções para desafios do Distrito Federal.
- Implantar ambientes de experimentação para novas tecnologias e serviços.
- Fortalecer parcerias com universidades, institutos federais e centros científicos.
- Apoiar startups desde a criação até a contratação de soluções pelo poder público.
- Ampliar laboratórios de robótica, programação e fabricação digital.
- Criar bolsas e oportunidades para estudantes, pesquisadores e jovens talentos.
- Estimular projetos de inteligência artificial, proteção de dados e segurança cibernética.
- Apoiar pesquisas relacionadas à eletromobilidade, energia solar, Cerrado e recursos hídricos.
- Criar mecanismos para que pequenas empresas possam desenvolver e testar soluções para o governo.
- Promover feiras, desafios tecnológicos e competições de inovação nas regiões administrativas.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Brasília Resolve, conectando pesquisadores, empresas e órgãos públicos para solucionar desafios da cidade.

- Criar os Laboratórios de Ideias Aplicadas, espaços regionais com robótica, programação, prototipagem e fabricação digital.
- Implantar o projeto Ciência na Rua, levando experimentos, oficinas e atividades científicas às escolas, praças e comunidades.
- Criar a Rede Pública de Testes Urbanos, permitindo a experimentação controlada de tecnologias para mobilidade, saúde, segurança e sustentabilidade.
- Implantar o Centro de Tecnologias do Cerrado, dedicado à biodiversidade, agricultura, água, clima e bioeconomia.
- Criar o Núcleo de Pesquisa em Energia e Movimento, voltado à energia solar, armazenamento, eletromobilidade e sistemas de recarga.
- Implantar centros de apoio à inovação e ao desenvolvimento de empresas tecnológicas.
- Modernizar laboratórios das escolas públicas e ampliar sua integração com universidades.

Prioridades territoriais

O Plano Piloto concentrará parte das articulações com universidades, centros de pesquisa, órgãos federais e instituições científicas, sem centralizar os benefícios da política de inovação.

Em Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Brazlândia, serão implantados laboratórios e programas de formação tecnológica associados à geração de empregos e ao fortalecimento dos negócios locais.

Em Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way, as ações terão ligação com indústria limpa, eletromobilidade, logística, tecnologia aeroportuária e energia renovável.

Em Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, serão priorizadas tecnologias para agricultura, recursos hídricos, prevenção de incêndios, mineração responsável e conectividade rural.

Em Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, haverá projetos ligados ao Cerrado, planejamento urbano, construção sustentável e inclusão digital.

Também serão atendidos Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Guará, Cruzeiro, Varjão, SIA, SCIA/Estrutural, Vicente Pires e Arniqueira, garantindo uma rede de inovação distribuída por todo o Distrito Federal.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear laboratórios, pesquisadores, empresas tecnológicas e projetos existentes.
- Identificar desafios públicos que possam receber soluções inovadoras.
- Apresentar a política distrital de ciência, tecnologia e inovação.
- Criar os primeiros editais para pesquisa aplicada.
- Definir áreas para implantação dos Laboratórios de Ideias Aplicadas.
- Estabelecer normas de segurança, transparência e proteção de dados.

PRIMEIRO ANO

- Implantar os primeiros laboratórios regionais.
- Iniciar os programas Brasília Resolve e Ciência na Rua.
- Financiar projetos relacionados aos principais desafios do Distrito Federal.
- Criar bolsas para estudantes e pesquisadores.
- Implantar os primeiros ambientes de testes tecnológicos.
- Atrair parcerias com universidades, empresas e centros de pesquisa.

QUATRO ANOS

- Formar uma rede regional de laboratórios de ciência e tecnologia.

- Ampliar o número de projetos científicos transformados em serviços, produtos e empresas.
- Atrair centros de pesquisa e empresas tecnológicas.
- Criar empregos qualificados e oportunidades para jovens talentos.
- Fortalecer pesquisas em energia limpa, eletromobilidade, Cerrado, saúde e agricultura.
- Integrar inovação aos principais serviços públicos.
- Consolidar Brasília como centro nacional de conhecimento, pesquisa e tecnologia aplicada.

Compromisso AGIR

“Brasília reúne universidades, pesquisadores, empresas e instituições capazes de criar o futuro. Nosso governo vai transformar conhecimento em soluções, tecnologia em emprego e inovação em melhoria concreta na vida da população.”

EIXO

28

ECONOMIA DIGITAL

Secretaria responsável: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital

Objetivo

Fazer da economia digital uma fonte permanente de empregos, renda, inovação e competitividade, ampliando a conectividade, preparando a população para novas profissões e apoiando empresas que utilizam tecnologia para crescer e prestar serviços.

Diretrizes

- Garantir inclusão digital em todas as regiões administrativas.
- Ampliar o acesso à internet rápida e de qualidade.
- Preparar jovens e trabalhadores para as novas profissões.
- Apoiar empresas digitais, startups e profissionais autônomos.
- Incentivar comércio eletrônico, serviços digitais e trabalho remoto.
- Utilizar tecnologia para fortalecer os pequenos negócios.
- Atrair empresas de tecnologia, centros de dados e operações digitais.
- Proteger os dados pessoais e reforçar a segurança cibernética.
- Incentivar o uso responsável da inteligência artificial.
- Descentralizar empregos tecnológicos e oportunidades de qualificação.

Principais ações

- Mapear as áreas com baixa conectividade e ausência de infraestrutura digital.
- Ampliar pontos públicos de internet em escolas, bibliotecas, praças e equipamentos comunitários.
- Criar cursos gratuitos de programação, análise de dados, inteligência artificial, segurança digital, marketing e vendas pela internet.
- Apoiar a digitalização de micro e pequenas empresas.
- Capacitar comerciantes, feirantes, produtores rurais e prestadores de serviços para vendas digitais.
- Estimular a instalação de empresas de tecnologia nas regiões administrativas.
- Criar mecanismos para contratação pública de soluções desenvolvidas por empresas locais.
- Incentivar o trabalho remoto e a instalação de espaços compartilhados de trabalho.
- Fortalecer a proteção contra golpes, fraudes digitais e vazamento de dados.
- Desenvolver ações de educação digital para crianças, idosos e famílias.
- Criar programas específicos para mulheres, pessoas com deficiência e jovens em situação de vulnerabilidade.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Conecta Brasília Inteira, ampliando internet pública e infraestrutura digital nas regiões urbanas e rurais.

- Criar as Estações de Trabalho do Futuro, espaços regionais com internet rápida, computadores, salas de reunião, capacitação e apoio ao trabalho remoto.
- Implantar o projeto Meu Negócio na Rede, destinado à digitalização dos pequenos empreendimentos e à ampliação das vendas pela internet.
- Criar o programa Código Aberto para a Vida, com formação gratuita em programação, dados, inteligência artificial e segurança digital.
- Implantar a Rede Escudo Digital, para prevenção de golpes, proteção de dados e orientação à população.
- Criar ambientes regionais para instalação de startups, empresas digitais e profissionais independentes.
- Implantar infraestrutura tecnológica em feiras, mercados, áreas comerciais e polos produtivos.
- Desenvolver plataformas públicas acessíveis para aproximar trabalhadores, empresas, consumidores e serviços.

Prioridades territoriais

Na região oeste, serão implantados centros de formação e apoio aos negócios digitais em Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Brazlândia, atendendo jovens, comerciantes e empreendedores locais.

Na região sudoeste, as ações contemplarão Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente, Vicente Pires e Arniqueira, com espaços para qualificação, trabalho remoto e digitalização de pequenos negócios.

Na região norte, serão atendidos Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, incluindo conectividade para escolas, comunidades rurais, produtores e atividades econômicas.

Na região leste, os programas alcançarão Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, com formação tecnológica e apoio ao comércio e aos serviços locais.

Na região sul, serão contemplados Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way, estimulando empresas ligadas à logística, mobilidade, turismo, tecnologia e serviços aeroportuários.

No centro do Distrito Federal, as iniciativas incluirão Plano Piloto, Guará, SIA, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul, Varjão e SCIA/Estrutural, conectando instituições, empresas, universidades e trabalhadores.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear as áreas sem conectividade adequada.
- Levantar a demanda por profissionais e serviços digitais.
- Apresentar o plano distrital de inclusão e economia digital.
- Iniciar ações de prevenção a golpes e fraudes digitais.
- Selecionar os locais das primeiras Estações de Trabalho do Futuro.
- Criar os primeiros cursos voltados às profissões digitais.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Estações de Trabalho do Futuro.
- Ampliar pontos públicos de acesso à internet.
- Iniciar os programas Meu Negócio na Rede e Código Aberto para a Vida.
- Capacitar pequenos empreendedores para vendas e serviços digitais.
- Implantar atendimento regional de segurança e educação digital.
- Atrair parcerias com empresas, universidades e centros de formação.

QUATRO ANOS

- Ampliar a conectividade nas regiões urbanas e rurais.
- Formar trabalhadores para as profissões digitais.
- Aumentar a presença dos pequenos negócios no comércio eletrônico.
- Atrair empresas e investimentos tecnológicos.
- Expandir espaços públicos de trabalho remoto e capacitação.
- Reduzir desigualdades no acesso à tecnologia.
- Consolidar a economia digital como fonte de emprego e renda em todo o Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“A tecnologia não pode ser privilégio de poucos nem ficar concentrada em uma parte de Brasília. Nosso governo vai levar conexão, conhecimento e oportunidades digitais para todas as regiões, transformando inovação em trabalho, renda e liberdade para empreender.”

EIXO

29

TURISMO

Secretaria responsável: Secretaria de Turismo e Relações Internacionais

Objetivo

Transformar Brasília em um destino turístico permanente, atrativo e competitivo, ampliando o número de visitantes, a permanência média na cidade, a movimentação econômica e a geração de empregos em todas as regiões do Distrito Federal.

Diretrizes

- Fortalecer Brasília como destino de turismo cívico, arquitetônico, cultural, religioso, esportivo, rural, gastronômico, ambiental, científico e de negócios.
- Divulgar atrações localizadas além do Plano Piloto.
- Criar um calendário permanente de eventos.
- Melhorar a sinalização, a informação e o atendimento ao visitante.
- Integrar turismo, cultura, esporte, gastronomia e economia criativa.
- Incentivar a realização de congressos, feiras, shows e eventos internacionais.
- Valorizar guias, artesãos, produtores culturais e empreendedores locais.
- Qualificar trabalhadores para recepção, hospedagem, gastronomia e serviços.
- Ampliar a acessibilidade nos atrativos e equipamentos turísticos.
- Fortalecer a imagem de Brasília no Brasil e no exterior.

Principais ações

- Organizar os atrativos turísticos por regiões, temas e experiências.
- Criar roteiros que conectem patrimônio, natureza, gastronomia, cultura e história.
- Ampliar a divulgação de Brasília em aeroportos, rodoviárias, plataformas digitais e eventos nacionais e internacionais.
- Implantar sinalização turística acessível e em diferentes idiomas.
- Criar pontos de atendimento ao visitante nos principais locais de chegada e circulação.
- Apoiar eventos capazes de atrair visitantes e movimentar hotéis, restaurantes, comércio e transporte.
- Incentivar o turismo rural, ecológico, religioso e comunitário.
- Qualificar profissionais em hospitalidade, idiomas, acessibilidade e atendimento.
- Apoiar a formalização de guias, artesãos, produtores e pequenos negócios turísticos.
- Criar indicadores públicos sobre visitantes, eventos, ocupação hoteleira, permanência e impacto econômico.
- Estimular conexões entre hotéis, restaurantes, empresas de transporte, agências e atrações locais.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Brasília de Portas Abertas, reunindo promoção, atendimento, qualificação e organização dos destinos turísticos.

- Criar os Caminhos da Capital, com roteiros temáticos que conectem diferentes regiões administrativas.
- Implantar o projeto Fica Mais Brasília, oferecendo programação e experiências para ampliar a permanência do visitante na cidade.
- Criar o Calendário que Movimenta, com eventos distribuídos ao longo do ano e por diferentes territórios.
- Implantar as Janelas de Brasília, pontos modernos de informação, orientação e venda de experiências turísticas.
- Criar o projeto Sabores do Quadrado, valorizando gastronomia, feiras, produtores e identidades regionais.
- Implantar rotas acessíveis nos principais atrativos.
- Requalificar áreas turísticas com iluminação, segurança, banheiros, sinalização e acessibilidade.
- Criar plataforma digital integrada com roteiros, eventos, mapas, transporte e serviços.

Rotas prioritárias

A rota cívica e arquitetônica contemplará Plano Piloto, Eixo Monumental, Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Catedral, Torre de TV, Universidade de Brasília e demais espaços representativos da capital.

A rota do Lago reunirá atrações do Lago Sul, Lago Norte, Setor de Clubes, Orla da Ponte JK, Ermida Dom Bosco, Pontão, Parque das Garças e áreas de lazer próximas ao Lago Paranoá.

A rota histórica valorizará Planaltina, Brazlândia, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro e antigas comunidades que participaram da construção e da formação do Distrito Federal.

A rota rural e gastronômica incluirá propriedades e comunidades de Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, Paranoá, São Sebastião, Gama e regiões produtoras próximas ao Descoberto.

A rota ambiental contemplará parques, trilhas e unidades de conservação de Sobradinho, Fercal, Planaltina, Jardim Botânico, São Sebastião, Gama, Taguatinga, Samambaia, Guará e Recanto das Emas.

A rota cultural e popular integrará Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Gama, Paranoá, São Sebastião, Sol Nascente/Pôr do Sol e outras regiões com forte produção artística, gastronômica e comunitária.

Prioridades territoriais

No Plano Piloto, serão fortalecidos o turismo cívico, arquitetônico, de negócios, eventos e relações internacionais.

Em Planaltina e Brazlândia, serão valorizados o patrimônio histórico, o turismo rural, as festas tradicionais, a gastronomia e a produção agrícola.

Em Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Sol Nascente/Pôr do Sol, haverá apoio às expressões culturais, à gastronomia, às feiras, aos eventos populares e à economia criativa.

Em Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, serão desenvolvidas experiências ligadas à história de Brasília, ao esporte, à gastronomia e à proximidade do Aeroporto.

Em Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, serão estimulados o turismo ambiental, religioso, rural e de aventura.

Em Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Varjão, Guará, Cruzeiro, Recanto das Emas e Riacho Fundo, serão estruturados roteiros de identidade local, parques, gastronomia, eventos e patrimônio comunitário.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Atualizar o inventário turístico de todas as regiões administrativas.
- Mapear atrativos, eventos, serviços, guias, artesãos e empreendedores.
- Apresentar o calendário turístico inicial do governo.

- Definir os primeiros Caminhos da Capital.
- Criar plano emergencial de sinalização e atendimento ao visitante.
- Estabelecer estratégia de promoção nacional e internacional de Brasília.

PRIMEIRO ANO

- Implantar os primeiros roteiros turísticos integrados.
- Criar as primeiras Janelas de Brasília.
- Lançar a plataforma digital de turismo.
- Qualificar trabalhadores e empreendedores do setor.
- Apoiar eventos distribuídos ao longo do ano.
- Iniciar a requalificação dos atrativos prioritários.
- Ampliar a divulgação das regiões administrativas como destinos turísticos.

QUATRO ANOS

- Aumentar o número de visitantes e a permanência média na cidade.
- Ampliar a realização de eventos nacionais e internacionais.
- Consolidar roteiros turísticos em diferentes regiões administrativas.
- Gerar mais empregos e renda no turismo, na gastronomia e na economia criativa.
- Tornar os principais atrativos mais acessíveis, seguros e bem sinalizados.
- Fortalecer Brasília como destino de lazer, cultura, negócios, natureza e grandes eventos.
- Distribuir os benefícios econômicos do turismo por todo o Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“Brasília não pode ser apenas uma cidade de passagem ou de trabalho. Vamos mostrar ao Brasil e ao mundo que a nossa capital tem história, cultura, natureza, gastronomia e experiências em todas as suas regiões. Turismo será emprego, renda e orgulho para quem vive aqui.”

EIXO

30

CULTURA

Secretaria responsável: Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Objetivo

Democratizar o acesso à cultura, valorizar os artistas e produtores do Distrito Federal, preservar a memória de Brasília e transformar a produção cultural em instrumento de identidade, inclusão, desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Diretrizes

- Garantir acesso à cultura em todas as regiões administrativas.
- Valorizar artistas, produtores, técnicos e trabalhadores da cultura.
- Descentralizar investimentos, eventos e equipamentos culturais.
- Preservar o patrimônio material, imaterial e a memória das comunidades.
- Fortalecer a economia criativa e as cadeias produtivas culturais.
- Ampliar a formação artística de crianças, jovens e adultos.
- Garantir transparência e critérios técnicos nos editais e incentivos.
- Apoiar manifestações populares, tradicionais, urbanas, religiosas e comunitárias.
- Tornar os equipamentos culturais mais acessíveis e bem utilizados.
- Integrar cultura, educação, turismo, esporte e desenvolvimento econômico.

Principais ações

- Mapear artistas, grupos, espaços, manifestações e cadeias produtivas de cada região.
- Criar calendário cultural permanente e descentralizado.
- Simplificar editais, inscrições, prestações de contas e pagamentos.
- Ampliar a participação de artistas iniciantes, coletivos periféricos e pequenos produtores.
- Reformar, equipar e ativar espaços culturais públicos.
- Utilizar escolas, praças, parques e equipamentos comunitários para programação cultural.
- Fortalecer bibliotecas, cineclubes, bandas, corais, orquestras, companhias de teatro e grupos de dança.
- Apoiar música, audiovisual, literatura, artes visuais, circo, moda, design, artesanato, cultura popular e cultura urbana.
- Criar ações de preservação da memória das regiões administrativas e dos trabalhadores que construíram Brasília.
- Incentivar a circulação de artistas do Distrito Federal pelo Brasil e pelo exterior.
- Estimular compras e contratações públicas de produtos e serviços culturais locais.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Cultura na Roda, com programação itinerante e circulação de artistas entre as regiões administrativas.

- Criar as Casas de Criação Livre, espaços regionais para ensaios, oficinas, gravações, exposições e produção cultural.
- Implantar o projeto Palco de Cada Cidade, com calendário permanente de apresentações em praças, parques, feiras e equipamentos públicos.
- Criar o programa Memória de Quem Fez Brasília, para registrar e preservar histórias, imagens, documentos e relatos das comunidades.
- Implantar a Rede de Oficinas Criativas, oferecendo formação em música, dança, teatro, audiovisual, literatura, artesanato, design e produção cultural.
- Criar o projeto Tela Aberta DF, com cinema itinerante e apoio à produção audiovisual local.
- Implantar centros compartilhados de produção, figurino, cenografia, gravação e edição.
- Requalificar teatros, bibliotecas, centros culturais e espaços de memória.

Prioridades territoriais

No Plano Piloto, serão preservados e melhor utilizados os grandes equipamentos culturais, o patrimônio arquitetônico e os espaços de circulação artística, garantindo conexão com a produção cultural das demais regiões.

Em Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Brazlândia, serão fortalecidas a música, o hip-hop, o audiovisual, a literatura, a dança, as culturas populares, as feiras e os espaços independentes.

Em Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Riacho Fundo II, haverá ampliação de oficinas, apresentações, cinema, teatro comunitário e apoio aos produtores locais.

Em Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, serão valorizadas as tradições religiosas, rurais, populares, o patrimônio histórico, a música e o artesanato.

Em Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, serão apoiadas as manifestações comunitárias, a cultura popular, a produção juvenil e os projetos ligados ao Cerrado.

Também serão contemplados Guará, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Varjão, SCIA/Estrutural, SIA, Vicente Pires, Arniqueira, Lago Norte, Lago Sul e Park Way, respeitando as identidades e vocações culturais de cada território.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear equipamentos, projetos, artistas, coletivos e espaços culturais.
- Auditar obras, contratos, editais e pagamentos pendentes.
- Apresentar o calendário cultural descentralizado do primeiro ano.
- Simplificar os procedimentos de inscrição e prestação de contas.
- Definir os locais das primeiras Casas de Criação Livre.
- Criar o plano emergencial de recuperação dos equipamentos culturais.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Casas de Criação Livre.
- Iniciar os programas Cultura na Roda, Palco de Cada Cidade e Tela Aberta DF.
- Ampliar oficinas de formação artística.
- Reabrir ou reativar equipamentos culturais prioritários.
- Lançar projetos de memória das regiões administrativas.
- Garantir programação cultural distribuída ao longo do ano.

QUATRO ANOS

- Estabelecer uma rede cultural presente em todas as regiões administrativas.
- Ampliar o público atendido e a circulação dos artistas locais.
- Modernizar teatros, bibliotecas, centros culturais e espaços de memória.
- Aumentar a participação da cultura na geração de emprego e renda.
- Preservar a memória de Brasília e das comunidades que formam o Distrito Federal.
- Consolidar políticas culturais transparentes, acessíveis e permanentes.
- Fazer de Brasília uma referência nacional em produção cultural e economia criativa.

Compromisso AGIR

“Brasília não é feita apenas de monumentos. É feita pelas histórias, pelos artistas, pelas tradições e pela criatividade de quem vive em cada região. Nosso governo vai levar cultura para perto das pessoas e transformar talento em oportunidade, renda e orgulho.”

EIXO

31

ESPORTE

Secretaria responsável: Secretaria de Esporte e Juventude

Objetivo

Transformar o esporte em política permanente de saúde, educação, inclusão social, prevenção à violência e geração de oportunidades, garantindo atividades gratuitas e infraestrutura adequada em todas as regiões do Distrito Federal.

Diretrizes

- Levar esporte gratuito para perto das comunidades.
- Recuperar e manter quadras, campos, ginásios, pistas e centros esportivos.
- Integrar esporte, escola, saúde, segurança e assistência social.
- Retomar e modernizar projetos esportivos de prevenção à violência.
- Ampliar as oportunidades para crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência.
- Valorizar atletas, treinadores, professores, árbitros e profissionais do setor.
- Fortalecer o esporte feminino, paralímpico, amador e de base.
- Apoiar eventos esportivos que gerem turismo, empregos e movimentação econômica.
- Garantir transparência na utilização dos equipamentos e recursos públicos.
- Oferecer atividades esportivas nos períodos noturnos e nos finais de semana.

Principais ações

- Retomar e ampliar o Esporte à Meia-Noite, com atividades esportivas, culturais e educativas nas regiões com maior vulnerabilidade.
- Mapear e recuperar equipamentos esportivos abandonados ou subutilizados.
- Criar programação esportiva regular nas escolas, praças, parques e centros olímpicos e paralímpicos.
- Ampliar escolinhas gratuitas em diferentes modalidades.
- Implantar atividades para pessoas idosas, pessoas com deficiência e cidadãos em tratamento de saúde.
- Fortalecer competições escolares, universitárias, comunitárias e de servidores.
- Apoiar atletas de alto rendimento com critérios técnicos e transparentes.
- Criar formação continuada para treinadores, professores e gestores esportivos.
- Estabelecer parcerias com clubes, federações, universidades e projetos sociais.
- Incentivar corridas de rua, ciclismo, esportes aquáticos, artes marciais, skate, futebol, futsal, vôlei, basquete e modalidades tradicionais.
- Ampliar a utilização dos equipamentos públicos nos períodos ociosos.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Movimento em Cada Cidade, com atividades esportivas gratuitas e calendário permanente nas regiões administrativas.

- Criar as Praças de Todas as Modalidades, reunindo quadras, pista de caminhada, academia ao ar livre, espaço infantil e estrutura acessível.
- Implantar o projeto Talento em Movimento, para identificação, formação e acompanhamento de atletas desde a escola.
- Criar o programa Arquibancada Viva, destinado à recuperação de campos, ginásios e equipamentos comunitários.
- Implantar o projeto Brasília Joga Junto, integrando esporte escolar, comunitário, paralímpico e de alto rendimento.
- Criar centros regionais de treinamento e desenvolvimento esportivo.
- Implantar unidades móveis com equipamentos, profissionais e atividades em comunidades rurais e territórios sem estrutura adequada.
- Modernizar os centros esportivos com iluminação, acessibilidade, segurança e controle transparente de uso.

Prioridades territoriais

Na região oeste, serão fortalecidos projetos em Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia, com recuperação de campos, quadras, ginásios e implantação de atividades noturnas.

Na região sudoeste, as ações contemplarão Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente, Vicente Pires e Arniqueira, ampliando escolinhas, competições comunitárias e espaços de caminhada e convivência.

Na região sul, serão atendidos Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way, com incentivo ao esporte de base, corridas, ciclismo, futebol, artes marciais e modalidades escolares.

Na região norte, os programas chegarão a Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, incluindo comunidades rurais e equipamentos esportivos distantes dos centros urbanos.

Na região leste, serão priorizados Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, com esporte comunitário, atividades ao ar livre, projetos juvenis e prevenção à violência.

Na região central, serão ampliadas as atividades no Plano Piloto, Guará, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul, Varjão, SIA e SCIA/Estrutural, aproveitando parques, centros esportivos, orla e equipamentos existentes.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear a situação dos equipamentos esportivos públicos.
- Auditar contratos, obras, programas e utilização dos espaços.
- Apresentar o plano de retomada e ampliação do Esporte à Meia-Noite.
- Iniciar operação emergencial de iluminação, limpeza e reparos.
- Organizar o calendário esportivo do primeiro ano.
- Criar critérios públicos para apoio a atletas, projetos e eventos.

PRIMEIRO ANO

- Retomar o Esporte à Meia-Noite nas primeiras regiões prioritárias.
- Implantar o programa Movimento em Cada Cidade.
- Recuperar quadras, campos, pistas e ginásios.
- Ampliar escolinhas gratuitas e atividades para pessoas com deficiência e idosos.
- Iniciar o projeto Talento em Movimento.
- Realizar competições escolares e comunitárias em todas as áreas do Distrito Federal.

QUATRO ANOS

- Garantir programação esportiva permanente em todas as regiões administrativas.
- Recuperar e modernizar os principais equipamentos esportivos.
- Ampliar a participação de crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência.
- Fortalecer o esporte feminino, paralímpico, amador e de base.
- Apoiar a formação e o desenvolvimento de atletas locais.
- Consolidar Brasília como sede de eventos esportivos nacionais e internacionais.
- Utilizar o esporte como instrumento efetivo de saúde, inclusão e prevenção à violência.

Compromisso AGIR

“Esporte não será apenas evento ou promessa. Será atividade permanente, perto da casa das pessoas, com quadras abertas, profissionais presentes e oportunidades para todas as idades. Vamos colocar Brasília em movimento.”

EIXO

32

BEM-ESTAR ANIMAL

Secretaria responsável: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado

Objetivo

Garantir proteção, saúde e tratamento digno aos animais, enfrentando o abandono, os maus-tratos e a reprodução descontrolada, com atendimento público regionalizado e políticas de responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade.

Diretrizes

- Tratar o bem-estar animal como política pública permanente.
- Ampliar a prevenção por meio de castração, vacinação e educação.
- Regionalizar o atendimento veterinário.
- Combater o abandono, os maus-tratos e o comércio irregular.
- Fortalecer a adoção responsável.
- Apoiar protetores independentes e organizações que atuem com transparência.
- Implantar identificação e registro dos animais atendidos pelo poder público.
- Garantir resposta rápida a animais feridos, doentes ou em situação de risco.
- Integrar saúde animal, saúde pública, meio ambiente e vigilância sanitária.
- Proteger também os animais de grande porte e aqueles presentes em áreas rurais.

Principais ações

- Ampliar as campanhas permanentes de castração e vacinação.
- Criar atendimento veterinário regional e unidades móveis.
- Implantar cadastro público de animais, tutores, protetores e organizações parceiras, respeitando a proteção de dados.
- Fortalecer a fiscalização e a investigação de denúncias de maus-tratos.
- Criar protocolo integrado para resgate, tratamento, acolhimento e adoção.
- Realizar campanhas educativas contra abandono e reprodução irresponsável.
- Apoiar feiras permanentes de adoção e ações comunitárias.
- Estabelecer critérios transparentes para apoio a protetores e entidades.
- Criar atendimento específico para animais de famílias em vulnerabilidade social.
- Ampliar o controle de zoonoses e o monitoramento sanitário.
- Implantar programas de identificação por microchip nos atendimentos públicos.
- Melhorar o manejo de animais de grande porte encontrados em vias públicas.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Vida Animal por Inteiro, reunindo prevenção, tratamento, identificação e adoção responsável.

- Criar as Bases de Cuidado Animal, unidades regionais para consultas, vacinação, castração, exames básicos e orientação.
- Implantar o projeto Rota do Resgate, com equipes preparadas para atendimento de animais feridos, abandonados ou vítimas de maus-tratos.
- Criar o programa Lar de Passagem Solidário, com rede temporária de acolhimento apoiada e fiscalizada pelo governo.
- Implantar o projeto Adote com Segurança, integrando cadastro, avaliação, orientação e acompanhamento das adoções.
- Criar unidades veterinárias móveis para áreas rurais e regiões distantes.
- Implantar um centro de referência para casos de maior complexidade, reabilitação e apoio aos resgates.
- Criar espaços adequados para convivência animal em parques e áreas públicas, respeitando as regras sanitárias e ambientais.

Prioridades territoriais

Na região oeste, serão priorizadas ações em Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia, com castração, vacinação, atendimento veterinário e combate ao abandono.

Na região sudoeste, o atendimento contemplará Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Água Quente, Vicente Pires e Arniqueira, incluindo unidades móveis e campanhas comunitárias.

Na região norte, serão atendidos Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, com atenção aos animais domésticos, rurais e de grande porte.

Na região leste, as ações alcançarão Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, com prevenção, resgate, fiscalização e orientação aos tutores.

Na região sul, serão contemplados Gama, Santa Maria, Park Way, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, fortalecendo o atendimento veterinário e o controle de animais abandonados.

Na região central, haverá atuação no Plano Piloto, Guará, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul, Varjão, SIA e SCIA/Estrutural, com fiscalização, adoção, identificação e estruturas de convivência responsável.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Mapear a demanda por atendimento, castração, resgate e acolhimento.
- Auditar contratos, estruturas e recursos destinados à proteção animal.
- Criar protocolo integrado para denúncias, resgates e casos de maus-tratos.
- Apresentar o plano regional de castração e atendimento veterinário.
- Organizar cadastro transparente de protetores, entidades e lares temporários.
- Iniciar campanhas educativas contra abandono e violência.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Bases de Cuidado Animal.
- Ampliar campanhas de castração, vacinação e identificação.
- Colocar em funcionamento as unidades veterinárias móveis.
- Iniciar os projetos Rota do Resgate e Adote com Segurança.
- Ampliar as feiras de adoção e o apoio aos lares temporários.
- Reforçar a fiscalização contra maus-tratos e comércio irregular.

QUATRO ANOS

- Regionalizar o atendimento veterinário público.

- Ampliar significativamente a quantidade de animais castrados, vacinados e identificados.
- Reduzir o abandono e a reprodução descontrolada.
- Melhorar a resposta às denúncias e aos resgates.
- Fortalecer a rede de adoção responsável.
- Garantir atendimento às áreas urbanas, rurais e comunidades mais distantes.
- Consolidar uma política permanente de proteção e bem-estar animal no Distrito Federal.

Compromisso AGIR

“Cuidar dos animais também é cuidar das famílias, da saúde pública e da nossa cidade. Nosso governo vai enfrentar o abandono com prevenção, atendimento, fiscalização e responsabilidade, garantindo respeito a toda forma de vida.”

EIXO

33

RELAÇÕES COM A RIDE E O ENTORNO

Secretaria responsável: Secretaria de Planejamento Estratégico, Brasília 2060 e Relações com a RIDE

Objetivo

Construir uma gestão integrada entre o Distrito Federal, os municípios da RIDE e os governos de Goiás e Minas Gerais, enfrentando conjuntamente os desafios de saúde, transporte, segurança, emprego, habitação, saneamento e desenvolvimento econômico.

Diretrizes

- Reconhecer que os problemas metropolitanos ultrapassam os limites territoriais do Distrito Federal.
- Estabelecer cooperação permanente com os municípios da RIDE.
- Dividir responsabilidades, custos, metas e resultados dos serviços compartilhados.
- Planejar de forma integrada o transporte e a mobilidade regional.
- Organizar o atendimento de saúde prestado à população do Entorno.
- Fortalecer a segurança nas áreas de divisa e nos corredores rodoviários.
- Incentivar emprego, serviços públicos e desenvolvimento econômico nos municípios próximos.
- Proteger mananciais, rios, áreas rurais e corredores ambientais compartilhados.
- Buscar recursos federais e financiamentos para projetos metropolitanos.
- Garantir transparência sobre acordos, repasses e resultados.

Principais ações

- Criar instância permanente de governança entre o Distrito Federal, municípios da RIDE, Goiás, Minas Gerais e Governo Federal.
- Implantar planejamento conjunto para transporte, saúde, segurança, saneamento e meio ambiente.
- Criar protocolos de compensação financeira pelos serviços públicos compartilhados.
- Integrar dados sobre pacientes, linhas de transporte, ocorrências policiais, empregos e deslocamentos.
- Organizar o acesso regional aos hospitais, evitando sobrecarga e descontinuidade no atendimento.
- Planejar linhas de transporte e terminais de integração entre o DF e o Entorno.
- Implantar operações conjuntas de segurança e fiscalização nas divisas.
- Atrair empresas para os corredores econômicos que conectam o DF aos municípios vizinhos.
- Fortalecer a agricultura, a logística e o abastecimento regional.
- Criar ações comuns de preservação dos recursos hídricos e prevenção de queimadas.
- Apoiar a capacitação técnica das prefeituras e a elaboração de projetos para captação de recursos.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Fronteira que Coopera, reunindo ações integradas de saúde, segurança, transporte e serviços públicos.

- Criar o Fórum Permanente da Capital Regional, com participação dos governos, municípios e representantes da sociedade.
- Implantar o projeto Caminhos de Integração, para qualificar os corredores de transporte entre o Distrito Federal e o Entorno.
- Criar a Rede Regional de Cuidado, organizando referências de saúde, compartilhamento de informações e responsabilidades financeiras.
- Implantar o programa Divisa Protegida, com operações conjuntas, inteligência e monitoramento dos acessos.
- Criar os Corredores de Oportunidades, destinados à atração de empresas, centros logísticos e serviços próximos às áreas de maior deslocamento.
- Implantar um observatório regional com indicadores sobre mobilidade, saúde, segurança, emprego, habitação e meio ambiente.
- Elaborar projetos conjuntos de saneamento, drenagem, proteção de mananciais e gestão de resíduos.

Prioridades territoriais

No eixo sul, serão priorizadas as relações de Gama e Santa Maria com Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia, especialmente em transporte, saúde, segurança, saneamento e geração de empregos.

No eixo oeste, a articulação de Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Samambaia e Brazlândia contemplará Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia e municípios próximos à bacia do Descoberto.

No eixo norte, as ações de Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal serão integradas a Planaltina de Goiás, Formosa, Padre Bernardo e municípios vizinhos, com atenção à mobilidade, agricultura, segurança e proteção ambiental.

No eixo leste, a atuação de Paranoá, Itapoã, São Sebastião e Jardim Botânico considerará as conexões com Cidade Ocidental, Cristalina e áreas rurais próximas às divisas, respeitando os corredores produtivos e ambientais.

Também serão desenvolvidas ações com os demais municípios integrantes da RIDE, respeitando suas características e assegurando que a cooperação não fique limitada apenas às cidades mais próximas do Distrito Federal.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Instalar o Fórum Permanente da Capital Regional.
- Mapear os fluxos de pacientes, passageiros, trabalhadores e serviços entre o DF e os municípios vizinhos.
- Levantar acordos existentes, repasses pendentes e projetos paralisados.
- Criar protocolos emergenciais de saúde, segurança e transporte.
- Apresentar a agenda inicial de cooperação com Goiás, Minas Gerais e Governo Federal.
- Implantar o observatório regional de indicadores.

PRIMEIRO ANO

- Formalizar acordos de responsabilidade e financiamento compartilhado.
- Iniciar projetos de integração do transporte regional.
- Implantar operações permanentes de segurança nas divisas.
- Organizar os fluxos de atendimento de saúde.
- Elaborar projetos conjuntos de saneamento, mobilidade e proteção ambiental.
- Iniciar os primeiros Corredores de Oportunidades.

QUATRO ANOS

- Consolidar um modelo permanente de governança regional.
- Melhorar o transporte entre o Distrito Federal e os municípios do Entorno.
- Reduzir a sobrecarga desorganizada dos serviços públicos do DF.
- Ampliar a cooperação em segurança, saúde e proteção ambiental.
- Atrair investimentos e empregos para os corredores regionais.
- Captar recursos federais para projetos estruturantes.
- Transformar a RIDE em território de desenvolvimento integrado e responsabilidade compartilhada.

Compromisso AGIR

“O Distrito Federal não é uma ilha. Milhares de pessoas atravessam nossas divisas todos os dias para trabalhar, estudar, buscar atendimento e movimentar a economia. Nosso governo vai substituir o improviso pela cooperação, com responsabilidades claras, recursos compartilhados e soluções que beneficiem toda a região.”

EIXO

34

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretarias responsáveis: Secretaria da Fazenda, Planejamento e Gestão e Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital

Objetivo

Construir uma administração pública mais simples, eficiente, integrada e orientada a resultados, reduzindo burocracias, desperdícios e o tempo de espera do cidadão, sem retirar direitos dos servidores nem comprometer a qualidade dos serviços.

Diretrizes

- Colocar o cidadão no centro da administração pública.
- Digitalizar serviços sem excluir quem necessita de atendimento presencial.
- Integrar órgãos, sistemas, cadastros e bases de dados.
- Estabelecer metas claras para secretarias, empresas públicas e administrações regionais.
- Valorizar e qualificar os servidores públicos.
- Reduzir cargos desnecessários, estruturas sobrepostas e despesas administrativas.
- Simplificar processos, licenças, autorizações e contratações.
- Utilizar dados e tecnologia para melhorar decisões e prevenir desperdícios.
- Garantir transparência sobre metas, gastos, contratos e resultados.
- Descentralizar o atendimento e fortalecer as administrações regionais.

Principais ações

- Revisar a estrutura administrativa para eliminar sobreposições e melhorar a integração.
- Avaliar cargos comissionados, contratos, imóveis alugados, veículos e despesas administrativas.
- Digitalizar processos internos e serviços ao cidadão.
- Criar cadastro único para reduzir a repetição de documentos e informações.
- Implantar protocolo digital com acompanhamento de prazos.
- Unificar canais de atendimento por aplicativo, portal, telefone e unidades presenciais.
- Estabelecer acordos anuais de resultados para cada órgão.
- Criar avaliação permanente da qualidade dos serviços públicos.
- Ampliar a capacitação dos servidores em gestão, tecnologia, dados e atendimento.
- Automatizar tarefas repetitivas, mantendo supervisão humana e segurança das informações.
- Implantar planejamento integrado de compras e compartilhamento de estruturas.
- Fortalecer a segurança cibernética e a proteção dos dados pessoais.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Governo em Um Só Lugar, reunindo serviços, solicitações, documentos e acompanhamento de processos.

- Criar o sistema Fila que Anda, com prazo, responsável e andamento visível para cada serviço solicitado.
- Implantar as Unidades Resolve DF, oferecendo atendimento integrado e humanizado nas regiões administrativas.
- Criar o projeto Servidor que Transforma, com formação, valorização e reconhecimento por inovação e melhoria dos serviços.
- Implantar o Painel de Entregas do Governo, com metas, indicadores, custos e resultados de cada órgão.
- Criar o Laboratório de Gestão Prática, para testar e aplicar soluções que reduzam burocracia e tempo de atendimento.
- Implantar centrais compartilhadas de compras, tecnologia, patrimônio e serviços administrativos.
- Modernizar a infraestrutura digital e os sistemas utilizados pelos órgãos públicos.

Modelo de gestão por resultados

Cada secretaria e órgão deverá apresentar:

- Diagnóstico inicial da área.
- Metas para os primeiros 100 dias.
- Metas anuais e para os quatro anos.
- Indicadores objetivos de desempenho.
- Orçamento necessário para cada entrega.
- Cronograma de execução.
- Responsável por cada resultado.
- Relatórios públicos de acompanhamento.
- Medidas corretivas para metas não cumpridas.

Os resultados serão apresentados em painéis físicos instalados no Palácio do Buriti, na Residência Oficial do Governador e no CENTRAD, com reprodução em plataforma digital acessível à população.

Prioridades territoriais

A modernização alcançará todas as regiões administrativas, com soluções adaptadas às condições de cada território.

As primeiras Unidades Resolve DF serão implantadas em regiões com grande demanda por serviços públicos e deslocamentos até o centro, contemplando Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Gama, Planaltina, Sobradinho, Paranoá e São Sebastião.

Unidades móveis atenderão Fercal, Brazlândia, Água Quente, Arapoanga, áreas rurais de Planaltina, Paranoá, Sobradinho, São Sebastião e Gama, além de comunidades com acesso limitado aos serviços digitais.

O atendimento será modernizado também em Sol Nascente/Pôr do Sol, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Itapoã, Santa Maria, SCIA/Estrutural e Varjão, ampliando a presença do governo nos territórios de maior vulnerabilidade.

No Plano Piloto, Guará, SIA, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Lago Norte, Lago Sul, Vicente Pires, Arniqueira e Park Way, serão priorizadas a integração digital, a simplificação dos serviços e a modernização das estruturas existentes.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Realizar auditoria da estrutura administrativa, dos cargos, contratos, aluguéis e sistemas.
- Identificar serviços com maiores filas, atrasos e número de reclamações.

- Definir os indicadores e metas de cada órgão.
- Iniciar a integração dos canais de atendimento.
- Apresentar a primeira etapa do Painel de Entregas do Governo.
- Criar plano de valorização, capacitação e modernização do trabalho dos servidores.
- Publicar o cronograma de revisão e digitalização dos principais serviços.

PRIMEIRO ANO

- Implantar as primeiras Unidades Resolve DF.
- Disponibilizar serviços prioritários no Governo em Um Só Lugar.
- Implantar o sistema Fila que Anda.
- Integrar cadastros e bases de dados prioritárias.
- Reduzir despesas administrativas sem afetar serviços essenciais.
- Implantar acordos de resultados nas secretarias.
- Ampliar capacitação e ferramentas tecnológicas para os servidores.

QUATRO ANOS

- Digitalizar e simplificar a maior parte dos serviços públicos.
- Reduzir prazos, filas e exigências documentais desnecessárias.
- Eliminar estruturas sobrepostas e despesas administrativas improdutivas.
- Integrar órgãos, sistemas e canais de atendimento.
- Garantir atendimento presencial e móvel a quem precisar.
- Consolidar a gestão por metas e resultados públicos.
- Valorizar os servidores e melhorar suas condições de trabalho.
- Tornar o Governo do Distrito Federal referência em eficiência, transparência e atendimento ao cidadão.

Compromisso AGIR

“O cidadão não pode continuar peregrinando entre órgãos, repetindo documentos e esperando meses por uma resposta. Nosso governo vai simplificar o Estado, integrar os serviços e cobrar resultados, valorizando quem trabalha e respeitando quem precisa do poder público.”

EIXO

35

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Secretarias responsáveis: Secretaria de Governo e Relações Institucionais e Casa Civil

Objetivo

Garantir que a população participe de forma permanente das decisões do Governo do Distrito Federal, acompanhando prioridades, obras, orçamento, metas e qualidade dos serviços públicos em todas as regiões administrativas.

Diretrizes

- Escutar a população antes das principais decisões.
- Transformar demandas populares em planejamento, orçamento e entregas.
- Fortalecer a participação presencial e digital.
- Garantir espaço para todas as regiões, inclusive áreas rurais e comunidades mais distantes.
- Divulgar de forma clara o que foi solicitado, aprovado, executado ou rejeitado.
- Criar mecanismos de participação acessíveis às pessoas com deficiência.
- Ampliar a participação de jovens, mulheres, idosos, trabalhadores e lideranças comunitárias.
- Fortalecer conselhos públicos com transparência e representatividade.
- Proteger os espaços de participação contra aparelhamento político.
- Fazer das administrações regionais pontos permanentes de escuta e prestação de contas.

Principais ações

- Realizar reuniões públicas periódicas em todas as regiões administrativas.
- Criar consultas populares sobre obras, serviços e prioridades orçamentárias.
- Implantar plataforma para envio, acompanhamento e votação de propostas.
- Publicar a resposta oficial do governo para cada proposta analisada.
- Realizar prestação de contas regional do governador, secretários e administradores.
- Fortalecer conselhos de políticas públicas, com divulgação de pautas, atas e votações.
- Criar canais específicos para comunidades rurais e pessoas sem acesso digital.
- Implantar escuta popular para avaliação dos serviços de saúde, educação, transporte, segurança e infraestrutura.
- Garantir participação social na elaboração do orçamento e dos planos setoriais.
- Criar formação cidadã sobre orçamento público, fiscalização e funcionamento do governo.
- Integrar manifestações recebidas por ouvidorias, administrações regionais e canais digitais.
- Publicar indicadores sobre demandas recebidas, atendidas, em execução e não atendidas.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Brasília Decide Junto, reunindo consultas, votação de prioridades e acompanhamento das decisões.

- Criar as Rodas de Governo, encontros periódicos entre população, governador, secretários e administradores regionais.
- Implantar o projeto Pedido com Resposta, garantindo número de protocolo, prazo e retorno público para as demandas coletivas.
- Criar o Orçamento de Cada Cidade, permitindo que a população indique prioridades de investimento em sua região.
- Implantar as Caravanas da Escuta, levando atendimento e consultas públicas às áreas rurais e comunidades distantes.
- Criar o Painel da Voz Popular, mostrando as principais solicitações, decisões, recursos destinados e andamento das entregas.
- Implantar espaços permanentes de participação nas administrações regionais.
- Criar mecanismo de avaliação popular dos serviços públicos, com divulgação dos resultados.

Modelo de participação

Cada demanda coletiva apresentada ao governo deverá receber:

- Número de protocolo.
- Identificação da região e do órgão responsável.
- Análise técnica, jurídica e orçamentária.
- Prazo previsto para resposta.
- Informação sobre aprovação, rejeição ou necessidade de adequação.
- Justificativa pública da decisão.
- Cronograma de execução, quando aprovada.
- Atualizações periódicas sobre o andamento.
- Divulgação do custo e da fonte dos recursos.
- Avaliação da população após a entrega.

Prioridades territoriais

As Rodas de Governo serão realizadas de forma rotativa em todas as regiões administrativas, começando pelos territórios com maiores carências de infraestrutura, atendimento público e canais permanentes de diálogo.

As primeiras agendas contemplarão Sol Nascente/Pôr do Sol, SCIA/Estrutural, Varjão, Fercal, Água Quente, Arapoanga, Itapoã e São Sebastião.

Também serão realizadas plenárias regionais em Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Brazlândia, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Gama, Santa Maria, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Paranoá.

As áreas rurais receberão as Caravanas da Escuta, especialmente nas comunidades de Planaltina, Brazlândia, Paranoá, São Sebastião, Sobradinho, Gama e Santa Maria.

No Plano Piloto, Guará, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul, Jardim Botânico, Park Way, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Vicente Pires, Arniqueira, SIA e Jardins Mangueiral, serão criados canais presenciais e digitais adaptados às necessidades locais.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Publicar o calendário das primeiras Rodas de Governo.
- Criar o modelo de protocolo e resposta às demandas coletivas.
- Mapear conselhos, fóruns, ouvidorias e canais de participação existentes.
- Apresentar a plataforma Brasília Decide Junto.

- Iniciar as primeiras Caravanas da Escuta.
- Definir critérios para escolha popular de prioridades regionais.
- Publicar as demandas recebidas durante o processo de transição.

PRIMEIRO ANO

- Realizar Rodas de Governo em todas as regiões administrativas.
- Implantar o Orçamento de Cada Cidade.
- Colocar em funcionamento o Painel da Voz Popular.
- Garantir prestação de contas periódica das secretarias e administrações regionais.
- Ampliar a participação de jovens, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.
- Integrar os canais presenciais, digitais e de ouvidoria.

QUATRO ANOS

- Consolidar a participação popular como etapa permanente das decisões públicas.
- Garantir consultas e prestações de contas em todas as regiões administrativas.
- Ampliar a participação da população na definição do orçamento.
- Reduzir o tempo de resposta às demandas coletivas.
- Tornar públicas as justificativas para decisões e prioridades do governo.
- Fortalecer conselhos, lideranças e organizações comunitárias.
- Fazer do Distrito Federal referência em governo aberto, escuta e participação cidadã.

Compromisso AGIR

“A população não será chamada apenas na eleição. Nosso governo vai ouvir antes de decidir, responder depois de ouvir e mostrar o que foi feito com cada prioridade apresentada. Brasília será governada com as pessoas, e não distante delas.”

EIXO

36

BRASÍLIA 2060

Secretaria responsável: Secretaria de Planejamento Estratégico, Brasília 2060 e Relações com a RIDE

Objetivo

Preparar o Distrito Federal para o seu centenário, em 2060, com planejamento de longo prazo, metas permanentes e projetos estruturantes que ultrapassem mandatos, assegurando crescimento organizado, qualidade de vida, sustentabilidade, inovação e redução das desigualdades entre as regiões administrativas.

Diretrizes

- Planejar Brasília para as próximas décadas, e não apenas para o próximo mandato.
- Transformar o centenário da capital em compromisso permanente de Estado.
- Integrar crescimento urbano, habitação, mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento econômico.
- Preservar o patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e ambiental.
- Preparar a cidade para mudanças climáticas, escassez hídrica e eventos extremos.
- Reduzir desigualdades entre o centro, as periferias, as áreas rurais e as regiões de expansão.
- Antecipar as necessidades futuras de saúde, educação, transporte e infraestrutura.
- Utilizar tecnologia, ciência e dados para orientar o desenvolvimento.
- Integrar o Distrito Federal aos municípios da RIDE e do Entorno.
- Garantir participação popular na definição da cidade que será entregue às próximas gerações.

Principais ações

- Elaborar o Plano Estratégico Brasília 2060, com metas para 2030, 2040, 2050 e 2060.
- Criar indicadores públicos de desenvolvimento urbano, social, ambiental e econômico.
- Atualizar permanentemente as projeções de crescimento populacional e demanda por serviços.
- Estabelecer planejamento integrado para novas moradias, empregos, escolas, hospitais e transporte.
- Criar reservas estratégicas de áreas para equipamentos públicos e infraestrutura.
- Proteger mananciais, corredores ecológicos, áreas rurais e unidades de conservação.
- Planejar novas centralidades econômicas para reduzir deslocamentos.
- Preparar a cidade para a mobilidade elétrica, autônoma, coletiva e de baixa emissão.
- Ampliar geração solar, eficiência energética e reaproveitamento de água.
- Criar projetos de adaptação climática, arborização, drenagem e redução de ilhas de calor.
- Implantar mecanismos para impedir que projetos estratégicos sejam abandonados a cada troca de governo.
- Produzir relatórios periódicos sobre o cumprimento das metas de longo prazo.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o programa Brasília Cem Anos, organizando os projetos necessários para o centenário da capital.
- Criar o Observatório do Amanhã, responsável por acompanhar população, clima, mobilidade, habitação, economia, água e serviços públicos.
- Implantar o projeto Cidade que Antecipa, para identificar demandas futuras e reservar áreas para equipamentos públicos.
- Criar os Corredores do Próximo Século, integrando transporte coletivo, ciclovias, arborização, energia limpa e desenvolvimento urbano.
- Implantar o programa Bairros do Futuro Presente, com infraestrutura completa, serviços próximos, acessibilidade e sustentabilidade.
- Criar o projeto Água para as Próximas Gerações, com proteção dos mananciais, reúso, redução de perdas e segurança hídrica.
- Implantar a iniciativa Brasília Mais Fresca, ampliando arborização, áreas permeáveis, parques e soluções contra ilhas de calor.
- Criar o Arquivo Vivo do Centenário, preservando documentos, imagens, histórias e transformações da capital.
- Implantar uma carteira permanente de projetos estratégicos com estudos, custos, prazos e fontes de financiamento.

Visão de Brasília para 2060

A Brasília do centenário deverá ser:

- Uma cidade com transporte público rápido, limpo, integrado e acessível.
- Um território com moradia digna e crescimento urbano organizado.
- Uma capital com água protegida e segurança hídrica.
- Uma referência em energia solar e eletromobilidade.
- Uma cidade conectada, digital e preparada para novas tecnologias.
- Um polo de ciência, inovação, saúde, educação e economia criativa.
- Uma capital com empregos distribuídos pelas regiões administrativas.
- Um território mais arborizado, resiliente e adaptado ao clima.
- Uma cidade segura e inclusiva para crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.
- Uma capital integrada à RIDE, com responsabilidades e desenvolvimento compartilhados.
- Uma cidade que preserve seu patrimônio sem impedir sua modernização.
- Uma Brasília com menos desigualdade entre o centro e as demais regiões.

Prioridades territoriais

No Plano Piloto, a prioridade será preservar o patrimônio urbanístico e arquitetônico, modernizar a infraestrutura, recuperar espaços públicos e fortalecer sua vocação institucional, científica, cultural e turística.

Em Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Brazlândia, o planejamento priorizará novas centralidades de emprego, transporte de alta capacidade, habitação, saneamento e equipamentos públicos.

Em Gama, Santa Maria, Água Quente, Núcleo Bandeirante e Candangolândia, serão estruturados corredores econômicos, logísticos, tecnológicos e de mobilidade conectados ao Aeroporto e ao eixo sul.

Em Planaltina, Arapoanga, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, haverá integração entre desenvolvimento urbano, agricultura, proteção hídrica, turismo, indústria responsável e preservação ambiental.

Em Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, o crescimento será planejado com infraestrutura, mobilidade, preservação do Cerrado e proteção dos recursos hídricos.

Em Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Vicente Pires, Arniqueira, Guará, Cruzeiro, Varjão, SCIA/Estrutural, SIA, Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal e Park Way, serão definidas metas territoriais próprias de mobilidade, infraestrutura, serviços, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

As áreas rurais serão protegidas como espaços estratégicos de produção de alimentos, conservação ambiental, segurança hídrica, turismo e qualidade de vida.

Governança de longo prazo

O Plano Brasília 2060 deverá conter:

- Diagnóstico atualizado do Distrito Federal.
- Projeções populacionais, econômicas, sociais e ambientais.
- Metas intermediárias para cada década.
- Projetos estruturantes e seus respectivos cronogramas.
- Estimativas de custos e possíveis fontes de financiamento.
- Indicadores públicos de acompanhamento.
- Responsáveis institucionais por cada entrega.
- Participação das regiões administrativas e da sociedade.
- Revisões periódicas com justificativas públicas.
- Proteção legal dos projetos considerados estratégicos.
- Prestação de contas anual sobre o avanço das metas.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Instalar a estrutura de planejamento Brasília 2060.
- Reunir dados, planos, projetos e estudos existentes.
- Criar o Observatório do Amanhã.
- Definir os indicadores iniciais de longo prazo.
- Iniciar consultas com regiões administrativas, universidades e setores da sociedade.
- Identificar áreas que precisam ser protegidas para futuras escolas, hospitais, parques e corredores de transporte.
- Publicar a primeira carteira de projetos estruturantes.

PRIMEIRO ANO

- Apresentar o Plano Estratégico Brasília 2060.
- Definir metas para 2030, 2040, 2050 e 2060.
- Implantar o acompanhamento público dos indicadores.
- Iniciar os projetos Cidade que Antecipa, Água para as Próximas Gerações e Brasília Mais Fresca.
- Integrar o planejamento das secretarias ao plano de longo prazo.
- Estabelecer acordos de cooperação com universidades, setor produtivo, Governo Federal e municípios da RIDE.

QUATRO ANOS

- Consolidar o planejamento de longo prazo como política permanente de Estado.
- Garantir reservas de áreas para equipamentos e infraestrutura futuros.
- Iniciar corredores estruturantes de transporte, energia limpa e desenvolvimento urbano.
- Ampliar a segurança hídrica, a arborização e a adaptação climática.
- Organizar novas centralidades econômicas nas regiões administrativas.

- Deixar projetos técnicos preparados para os governos seguintes.
- Assegurar que Brasília avance para o centenário com metas públicas e continuidade administrativa.

Compromisso AGIR

“Nosso governo não vai pensar apenas nos próximos quatro anos. Vamos cuidar dos problemas de hoje e preparar a cidade que nossos filhos e netos receberão. Em 2060, Brasília completará cem anos. Até lá, queremos entregar uma capital planejada, humana, sustentável, tecnológica e com oportunidades em todas as regiões. O futuro começa agora.”



PLANO DE GOVERNO | AGIR DISTRITO FEDERAL

METAS URGENTES QUE SERÃO TRATADAS NA TRANSIÇÃO

Prioridades detalhadas para auditoria, reorganização, execução e transparência desde o início do governo.



PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

RECUPERAR, PROTEGER E RECONSTRUIR O BRB

Diagnóstico

O BRB é um patrimônio estratégico do Distrito Federal. O banco administra contas, presta serviços à população, concede crédito, financia empresas e funciona como agente financeiro do governo.

A prioridade será preservar o banco, os clientes, os trabalhadores e os recursos públicos, mas sem oferecer um cheque em branco para cobrir decisões erradas.

O presidente do BRB declarou que a instituição poderá precisar de até **R\$ 8,8 bilhões** para fazer frente às possíveis perdas relacionadas às operações com o Banco Master. O valor definitivo, entretanto, depende da conclusão das auditorias, do balanço financeiro e da avaliação do Banco Central.

A legislação aprovada em 2026 autorizou diferentes instrumentos de recuperação, incluindo aportes, utilização ou monetização de imóveis e operação de crédito de até **R\$ 6,6 bilhões** com o Fundo Garantidor de Créditos ou outras instituições financeiras.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Auditoria completa e publicação da situação real

Nos primeiros dias de governo, será determinada auditoria independente sobre:

- Todas as operações relacionadas ao Banco Master.
- Ativos adquiridos, valores pagos e garantias existentes.
- Responsabilidades de diretores, conselheiros e agentes externos.
- Patrimônio, liquidez, provisões e necessidade real de capital.
- Contratos de consultoria, auditoria, intermediação e avaliação.
- Possibilidades de recuperação judicial e extrajudicial dos valores.

O relatório público apresentará o tamanho real do problema, preservando apenas informações protegidas pelo sigilo bancário e pelas investigações.

2. Recuperar primeiro, aportar depois

Antes de utilizar dinheiro do contribuinte, o governo cobrará a execução de todas as alternativas de recuperação dos recursos:

- Cobrança de garantias.
- Bloqueio e recuperação de ativos.
- Ações contra responsáveis pelos prejuízos.
- Participação nos processos de liquidação e recuperação de créditos.
- Venda ou gestão especializada dos ativos recebidos.
- Acordos de ressarcimento que sejam economicamente vantajosos.
- Acionamento de seguradoras, auditores e prestadores que tenham responsabilidade comprovada.

O BRB já informou que estuda a venda dos ativos recuperados relacionados ao Banco Master. Também foi divulgada uma estrutura para administrar e monetizar ativos de aproximadamente **R\$ 15 bilhões**, com possibilidade de recebimento inicial em dinheiro e manutenção do restante em cotas de um fundo. Essa alternativa deverá passar por análise independente para verificar o valor efetivamente recuperável e os riscos para o banco.

3. Criar uma unidade temporária de recuperação

Será instituída uma estrutura técnica, com prazo determinado, exclusivamente para recuperar valores e administrar os ativos problemáticos.

Essa unidade não poderá se transformar em uma nova estrutura permanente do governo. Terá metas, orçamento limitado e encerramento obrigatório após o cumprimento de sua missão.

4. Separar o banco saudável dos ativos problemáticos

Os ativos relacionados às operações investigadas serão segregados contabilmente e administrados de maneira especializada, evitando que contaminem a operação cotidiana do banco.

O BRB deverá voltar sua atenção para atividades sustentáveis:

- Crédito habitacional.
- Financiamento de pequenas e médias empresas.
- Crédito para servidores e trabalhadores.
- Infraestrutura e desenvolvimento regional.
- Agricultura e economia rural.
- Energia solar e eletromobilidade.
- Serviços bancários digitais.
- Apoio aos empreendedores do Distrito Federal.

5. Capitalização em etapas

Qualquer capitalização será realizada em etapas, condicionada ao cumprimento de metas.

A ordem de utilização das fontes será:

1. Recuperação e monetização dos ativos problemáticos.
2. Retenção temporária de resultados e dividendos.
3. Venda de ativos e participações não estratégicas do próprio banco.
4. Entrada de investidores minoritários, mantendo o controle público.
5. Instrumentos privados de capital e dívida subordinada, quando autorizados.
6. Utilização de patrimônio público não essencial, após avaliação independente e autorização legal.
7. Operação com o FGC, apenas na parcela estritamente necessária.
8. Aporte direto do Tesouro somente como última alternativa.

O objetivo é impedir que todo o custo seja transferido imediatamente ao cidadão.

6. Manter o controle público, com governança profissional

A proposta não é vender o BRB nem perder o controle do banco.

Será possível avaliar a entrada de capital privado minoritário, desde que:

- O Distrito Federal mantenha o controle acionário.
- Haja avaliação independente do banco.
- O processo seja público e competitivo.
- Não sejam concedidos poderes desproporcionais ao investidor.
- Os recursos entrem diretamente para reforçar o banco.
- Não haja venda de ações por preço artificialmente baixo.

7. Trocar a governança e aumentar os controles

O novo modelo de governança contará com:

- Conselheiros independentes com experiência bancária e de risco.
- Comitê permanente de auditoria e integridade.

- Limites para concentração em uma única instituição ou grupo econômico.
- Avaliação independente para operações de maior risco.
- Dupla aprovação para negócios de grande impacto.
- Publicação de exposição por setor e nível de risco.
- Proibição de interferência político-partidária na concessão de crédito.
- Responsabilização administrativa, civil e criminal de quem causar prejuízos.

8. Proteger os serviços essenciais

A recuperação do banco não poderá comprometer:

- Pagamento de servidores.
- Contas dos clientes.
- Cartões e meios de pagamento.
- Financiamentos habitacionais.
- Operações de crédito regulares.
- Programas sociais.
- Atendimento nas agências.
- Empregos dos trabalhadores que não participaram das decisões investigadas.

Custo estimado

Cenário máximo conhecido

Até **R\$ 8,8 bilhões**, considerando a estimativa pública apresentada pela direção do BRB para possíveis perdas e necessidade de provisionamento ou capitalização. Esse número não deverá ser tratado automaticamente como valor a ser pago pelo Tesouro.

Exposição direta pretendida do Tesouro

O governo trabalhará para reduzir ao máximo o aporte direto do orçamento distrital.

A meta será que pelo menos **50%** da necessidade final de recuperação seja coberta por:

- Recuperação de créditos.
- Monetização de ativos.
- Entrada de capital minoritário.
- Venda de participações não estratégicas.
- Resultados futuros do próprio banco.
- Responsabilização e ressarcimento.

A operação de crédito de até **R\$ 6,6 bilhões**, já autorizada legalmente, será tratada como limite emergencial disponível, e não como autorização para gastar automaticamente todo o valor.

Fontes possíveis

- Recuperação dos ativos relacionados ao Banco Master.
- Venda competitiva ou gestão especializada de créditos e ativos.
- Capital privado minoritário.
- Venda de ativos não estratégicos pertencentes ao BRB.
- Retenção temporária de dividendos.
- Emissão de instrumentos de capital autorizados pelo Banco Central.
- Operação de crédito com o FGC, dentro do limite legal.
- Imóveis públicos sem destinação essencial, somente após avaliação, transparência e demonstração de vantagem.
- Ressarcimento obtido em ações judiciais contra os responsáveis.

- Dividendos futuros do banco para compensar eventual apoio do Distrito Federal.

Proteção do patrimônio público

Todo bem ou recurso do Distrito Federal destinado ao BRB deverá estar acompanhado de:

- Avaliação independente.
- Finalidade específica.
- Meta de reforço patrimonial.
- Prazo de recuperação.
- Remuneração ou retorno para o Distrito Federal.
- Possibilidade de devolução do patrimônio excedente.
- Prestação de contas à Câmara Legislativa e à sociedade.
- Divulgação dos custos financeiros e das garantias oferecidas.

A legislação já prevê que eventual patrimônio excedente poderá retornar ao Distrito Federal ou ser compensado por meio de dividendos futuros.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Instalar auditoria independente e unidade de recuperação.
- Publicar o inventário das operações investigadas.
- Suspender novas operações de alto risco sem aprovação reforçada.
- Divulgar o cronograma completo da recuperação.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Apresentar o valor auditado da necessidade de capital.
- Identificar **100%** dos ativos, garantias e responsáveis relacionados às operações investigadas.
- Apresentar plano para recuperação ou monetização de cada ativo.
- Implantar novo sistema de controle de risco e governança.
- Publicar relatório mensal de capital, liquidez e recuperação de valores.

PRIMEIRO ANO

- Recuperar ou converter em ativos líquidos pelo menos **25%** do valor recuperável identificado.
- Reduzir em pelo menos **50%** a exposição a ativos problemáticos, considerando venda, segregação, provisão ou recuperação.
- Concluir a substituição e profissionalização dos órgãos de governança.
- Restabelecer os índices prudenciais exigidos pelo Banco Central.
- Destinar **100%** dos valores recuperados à recomposição financeira do banco.

QUATRO ANOS

- Recuperar, monetizar ou responsabilizar juridicamente o equivalente a pelo menos **50%** das perdas definitivamente reconhecidas, respeitando decisões judiciais e condições de mercado.
- Reduzir a participação de ativos problemáticos a níveis compatíveis com instituições financeiras sólidas.
- Reconstruir a capacidade de geração sustentável de resultados.
- Retomar o pagamento de dividendos ao Distrito Federal após a normalização financeira.
- Compensar o Tesouro por eventuais aportes, por meio de dividendos, redução de capital excedente ou devolução de ativos.
- Manter o controle público do banco e uma estrutura profissional de governança.

Indicadores públicos

O Painel de Recuperação do BRB apresentará mensalmente:

- Necessidade de capital reconhecida.
- Valor efetivamente aportado.
- Origem de cada recurso.
- Valores recuperados.
- Ativos vendidos ou monetizados.
- Dívida assumida pelo Distrito Federal.
- Juros e garantias das operações.
- Índices de capital e liquidez.
- Resultados do banco.
- Processos de responsabilização em andamento.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“O BRB será preservado, mas não haverá cheque em branco. Primeiro vamos descobrir toda a verdade, recuperar os recursos, cobrar os responsáveis e utilizar os ativos do próprio banco. Somente depois será analisada qualquer participação do Tesouro. O banco continuará público, mas será administrado com profissionalismo, controle e transparência.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

REESTRUTURAR O IGESDF E REORGANIZAR A SAÚDE

Diagnóstico

O IgesDF administra o Hospital de Base, o Hospital Regional de Santa Maria, o Hospital Cidade do Sol e diversas Unidades de Pronto Atendimento. O Instituto informa possuir aproximadamente 11,9 mil colaboradores, o que demonstra a dimensão de sua atuação e a impossibilidade de realizar qualquer mudança de forma improvisada.

O problema central não é apenas decidir se o IgesDF deve continuar ou acabar. O Distrito Federal precisa saber:

- Quanto custa efetivamente cada unidade.
- Qual é o passivo total do Instituto.
- Quais metas foram ou não cumpridas.
- Quanto foi gasto com pessoal, fornecedores e estrutura administrativa.
- Quais contratos apresentam sobrepreço, atraso ou baixa eficiência.
- Quais serviços funcionam melhor no modelo atual.
- Quais atividades precisam retornar à gestão direta da Secretaria de Saúde.

Em abril de 2026, o Ministério Público de Contas apontou que o programa de trabalho destinado aos repasses do IgesDF apresentava déficit de **25,26%** e solicitou que fosse informado o passivo integral do Instituto. O órgão também registrou que, desde 2018, os repasses ultrapassaram **R\$ 7 bilhões**, sem julgamento definitivo das respectivas prestações de contas pelo Tribunal de Contas.

O contrato principal foi firmado por 20 anos e possui valor global registrado de aproximadamente **R\$ 12 bilhões**. Ao longo de sua execução, recebeu dezenas de alterações, o que reforça a necessidade de revisão completa do modelo, das obrigações e das metas.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Não extinguir de forma irresponsável

O IgesDF não será extinto por decisão política tomada sem planejamento.

Uma dissolução imediata poderia provocar:

- Interrupção de contratos.
- Falta de medicamentos e materiais.
- Atrasos nos pagamentos.
- Insegurança para os trabalhadores.
- Desorganização das escalas médicas.
- Prejuízo ao funcionamento das UPAs e dos hospitais.

Durante a transição, os atendimentos, contratos essenciais, empregos e pagamentos necessários à assistência serão preservados.

2. Realizar auditoria completa nos primeiros 100 dias

Será contratada auditoria independente para verificar:

- Passivo trabalhista, tributário, contratual e financeiro.

- Contratos vigentes e pagamentos realizados.
- Compras emergenciais e contratações sem competição.
- Estoques, perdas, vencimentos e desabastecimentos.
- Folha de pagamento, cargos de direção e gratificações.
- Metas assistenciais previstas e efetivamente entregues.
- Custo de cada hospital e de cada UPA.
- Tempo de espera, produtividade e qualidade do atendimento.
- Responsabilidades por prejuízos e irregularidades.

A partir de 2025, as prestações de contas passaram a ser disponibilizadas por processos administrativos no SEI. O novo governo transformará essas informações em painéis compreensíveis, com valores, metas e resultados de cada unidade.

3. Criar um contrato de desempenho por unidade

O contrato atual será substituído ou profundamente revisado para estabelecer metas específicas para cada hospital e cada UPA.

Não haverá mais uma avaliação genérica do Instituto. Cada unidade terá metas próprias para:

- Número de atendimentos.
- Consultas, exames e cirurgias.
- Tempo de espera.
- Ocupação dos leitos.
- Taxa de cancelamento.
- Disponibilidade de medicamentos.
- Controle de infecções.
- Satisfação dos pacientes.
- Custo por atendimento.
- Cumprimento das escalas profissionais.

O IgesDF afirma ter alcançado **77%** de suas metas estratégicas em 2025. O governo exigirá que as metas sejam também assistenciais, comparáveis, auditáveis e compreensíveis para o cidadão.

4. Implantar transparência total

Será criado o Painel Saúde sem Segredo, atualizado mensalmente com:

- Valor transferido ao IgesDF.
- Despesas por hospital e por UPA.
- Contratos, fornecedores e pagamentos.
- Estoques de medicamentos e materiais.
- Número de profissionais por unidade.
- Escalas previstas e cumpridas.
- Metas contratadas e resultados alcançados.
- Filas, tempo de espera e produção assistencial.
- Dívidas vencidas e compromissos futuros.
- Relatórios dos órgãos de controle.

O Instituto já disponibiliza contratos, pagamentos, auditorias e relatórios em páginas distintas. A proposta será integrar os dados e apresentá-los em formato de fácil fiscalização.

5. Reduzir a estrutura administrativa e proteger a assistência

A prioridade será cortar despesas que não cheguem ao paciente.

Serão revistos:

- Cargos de direção.
- Assessorias.
- Consultorias.
- Serviços administrativos duplicados.
- Aluguéis.
- Contratos de publicidade e eventos.
- Compras fragmentadas.
- Terceirizações desnecessárias.
- Gratificações sem relação com desempenho.

Nenhuma economia poderá reduzir equipes assistenciais indispensáveis, medicamentos, alimentação hospitalar, exames ou materiais cirúrgicos.

6. Centralizar compras estratégicas

Será implantada uma central integrada de compras entre a Secretaria de Saúde e o IgesDF para medicamentos, materiais, equipamentos e serviços comuns.

O objetivo será:

- Comprar em maior escala.
- Evitar preços diferentes para o mesmo produto.
- Reduzir compras emergenciais.
- Criar estoques mínimos de segurança.
- Monitorar validade e consumo.
- Impedir o desabastecimento previsível.
- Responsabilizar quem deixar contratos vencerem sem substituição.

O próprio IgesDF informa redução de custos de estoque e economia em novas contratações. Esses resultados deverão ser submetidos a validação externa e transformados em metas permanentes.

7. Integrar o IgesDF à rede pública

O paciente não poderá ser tratado como se existissem duas redes separadas.

Os sistemas do IgesDF e da Secretaria de Saúde serão integrados para permitir:

- Prontuário eletrônico único.
- Regulação centralizada.
- Histórico médico acessível.
- Fila única de exames e cirurgias.
- Transferência de pacientes sem repetição de procedimentos.
- Acompanhamento de leitos em tempo real.
- Controle integrado de medicamentos.
- Planejamento conjunto das escalas.

8. Profissionalizar a direção

Os cargos de direção serão ocupados com base em qualificação técnica e experiência comprovada.

Os dirigentes deverão apresentar:

- Currículo público.
- Declaração de conflitos de interesse.
- Plano de gestão.
- Metas anuais.
- Avaliação periódica.

- Prestação pública de contas.

Indicações exclusivamente partidárias não serão admitidas nas funções responsáveis por compras, finanças, contratos, assistência e controle.

9. Criar uma regra de permanência por desempenho

O governo avaliará cada unidade administrada pelo IgesDF separadamente.

Poderão ocorrer três situações:

Manutenção no IgesDF: quando a unidade demonstrar melhor atendimento, custo adequado e cumprimento das metas.

Intervenção administrativa: quando existirem problemas corrigíveis de gestão, compras, pessoal ou contratos.

Retorno planejado à Secretaria de Saúde: quando auditoria independente demonstrar que a gestão direta oferece melhor resultado, menor custo e segurança para a continuidade do serviço.

Nenhuma transferência será feita sem plano para trabalhadores, contratos, estoques, equipamentos e atendimento aos pacientes.

10. Coordenar a transformação por meio do vice-governador

Sérgio Prado acompanhará diretamente a reestruturação, trabalhando com a Secretaria de Saúde, a direção do IgesDF e os órgãos de controle.

A coordenação do vice terá como responsabilidades:

- Cobrar o cumprimento das metas.
- Acompanhar a digitalização.
- Integrar as unidades.
- Verificar estoques e escalas.
- Monitorar contratos e despesas.
- Apresentar relatórios ao governador.
- Prestar contas à população.

O vice não substituirá o secretário de Saúde nem os gestores das unidades. Sua função será garantir integração, velocidade e cumprimento das decisões estratégicas.

Custo estimado

Manutenção dos serviços

A operação dos hospitais e das UPAs continuará sendo financiada pelo orçamento regular da Saúde. O contrato principal possui valor global registrado de aproximadamente **R\$ 12 bilhões** ao longo de 20 anos, mas esse número não representa o custo adicional da reestruturação.

Custo adicional da reestruturação

Será estabelecido um limite de até **1%** do valor anual efetivamente repassado ao IgesDF para:

- Auditoria independente.
- Integração tecnológica.
- Implantação dos painéis.
- Revisão dos processos.
- Reorganização dos estoques.
- Capacitação das equipes.

Esse limite somente poderá ser utilizado mediante projeto, cronograma e comprovação de retorno.

Meta de economia

O governo buscará reduzir em pelo menos **8%** as despesas administrativas e os custos evitáveis nos primeiros dois anos, preservando integralmente a assistência.

Os recursos economizados serão destinados exclusivamente a:

- Medicamentos.
- Exames.
- Cirurgias.
- Equipamentos.
- Manutenção das unidades.
- Ampliação das equipes assistenciais.

Fontes de recursos

- Orçamento regular da Saúde.
- Recursos do Fundo de Saúde do Distrito Federal.
- Transferências do Sistema Único de Saúde.
- Recursos constitucionais destinados à Saúde.
- Emendas parlamentares.
- Economia obtida com revisão de contratos.
- Redução da estrutura administrativa.
- Compras centralizadas.
- Recuperação de pagamentos indevidos.
- Aplicação de multas e ressarcimentos por descumprimentos contratuais.
- Financiamentos específicos para digitalização e modernização hospitalar.

Não haverá criação de novo imposto para financiar a reestruturação.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Instalar a coordenação da reestruturação.
- Preservar **100%** dos serviços essenciais.
- Levantar todos os contratos, dívidas e estoques.
- Publicar a relação de unidades, gestores e metas vigentes.
- Criar protocolo para impedir novos contratos sem disponibilidade financeira.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Concluir auditoria inicial em **100%** das unidades.
- Identificar o passivo financeiro integral.
- Publicar o custo de cada hospital e de cada UPA.
- Implantar painéis de estoques, escalas e contratos.
- Revisar **100%** dos cargos de direção e assessoramento.
- Apresentar o novo contrato de desempenho.
- Definir quais unidades permanecerão, sofrerão intervenção ou passarão por estudo de retorno à Secretaria de Saúde.

PRIMEIRO ANO

- Implantar metas individualizadas em **100%** das unidades.
- Integrar os dados assistenciais do IgesDF à regulação da Secretaria de Saúde.

- Reduzir em pelo menos **20%** o tempo médio de espera nas UPAs, considerando a linha de base auditada.
- Reduzir em pelo menos **30%** as compras emergenciais evitáveis.
- Garantir estoque mínimo dos medicamentos essenciais em todas as unidades.
- Reduzir em pelo menos **5%** os gastos administrativos e custos evitáveis.
- Publicar mensalmente **100%** dos contratos e pagamentos.

QUATRO ANOS

- Reduzir em pelo menos **40%** o tempo médio de espera nas unidades, comparado à linha de base do início do governo.
- Reduzir em pelo menos **60%** as compras emergenciais evitáveis.
- Garantir integração de **100%** dos prontuários, filas e leitos com a rede da Secretaria de Saúde.
- Alcançar pelo menos **90%** das metas assistenciais contratadas.
- Reduzir em pelo menos **8%** os custos administrativos e evitáveis.
- Manter disponibilidade mínima de **95%** dos medicamentos e materiais essenciais.
- Garantir avaliação pública de desempenho para cada hospital e UPA.
- Eliminar o déficit estrutural do contrato de gestão.

Indicadores públicos

O Painel Saúde sem Segredo apresentará:

- Repasses realizados.
- Passivo total.
- Despesa por unidade.
- Custo por atendimento.
- Número de profissionais.
- Escalas cumpridas.
- Estoque de medicamentos.
- Tempo médio de espera.
- Leitos disponíveis.
- Consultas, exames e cirurgias.
- Contratos emergenciais.
- Metas cumpridas.
- Avaliação dos pacientes.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“Não vamos acabar com o IgesDF por impulso, nem manter um modelo sem controle. Vamos descobrir a verdade, proteger os pacientes e os trabalhadores, cortar desperdícios e cobrar resultados de cada hospital e de cada UPA. O que funcionar será fortalecido. O que não funcionar será corrigido ou devolvido de forma planejada à Secretaria de Saúde.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

REDUÇÃO PROGRESSIVA DA TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO

Objetivo

Reduzir o peso das passagens no orçamento das famílias, aumentar o uso do transporte coletivo e melhorar a qualidade do serviço, com responsabilidade fiscal, transparência nos subsídios e cobrança rigorosa das empresas operadoras.

A redução será gradual. Não haverá anúncio de tarifa barata sem a definição de quem pagará a diferença e sem garantia de ônibus, metrô, manutenção e trabalhadores em atividade.

Diagnóstico

Atualmente, o sistema do Distrito Federal trabalha principalmente com tarifas de **R\$ 2,70, R\$ 3,80 e R\$ 5,50**, conforme o tipo e a extensão da viagem. A tarifa máxima também é aplicada ao Metrô-DF.

A tarifa paga pelo passageiro não corresponde necessariamente ao custo integral da viagem. O governo complementa a diferença entre a tarifa do usuário e a tarifa técnica de remuneração das empresas.

Em 2026, atos oficiais registraram tarifas técnicas superiores ao valor pago pelo passageiro. Entre os valores homologados estavam aproximadamente **R\$ 8,35, R\$ 9,32 e R\$ 10,26**, dependendo da concessionária e da área operada.

Isso demonstra que simplesmente reduzir o preço na catraca, sem revisar os custos do sistema, poderá ampliar significativamente a necessidade de subsídio público.

O sistema registra mais de 1,4 milhão de acessos diários, incluindo usuários pagantes, integrações e gratuidades, e possui mais de 900 linhas em operação.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Congelar a tarifa no início do governo

Nos primeiros 100 dias, não haverá aumento da tarifa paga pelo passageiro.

Durante esse período, será realizada auditoria completa para identificar:

- Custo real de cada linha.
- Quantidade de passageiros transportados.
- Quilometragem realizada.
- Consumo de combustível e energia.
- Gastos com pessoal, manutenção e administração.
- Viagens atrasadas ou não realizadas.
- Subsídios pagos a cada empresa.
- Multas aplicadas e efetivamente cobradas.
- Linhas sobrepostas ou com baixa eficiência.
- Possíveis fraudes ou falhas na bilhetagem.

A própria Secretaria de Mobilidade suspendeu, em maio de 2026, processos de revisão da tarifa técnica até a conclusão de estudos para padronizar sua metodologia de cálculo. O ato reconheceu a necessidade de subsídios transparentes, focalizados e fiscalmente responsáveis.

2. Reduzir primeiro a tarifa mais cara

A primeira etapa concentrará o benefício nos passageiros que pagam a tarifa máxima de **R\$ 5,50**, utilizada nas viagens mais longas, no metrô e nas integrações.

A proposta inicial será:

- Reduzir de **R\$ 5,50** para **R\$ 5,00** no primeiro ano.
- Avaliar a redução para **R\$ 4,50** até o final do mandato, condicionada ao equilíbrio financeiro, à revisão dos contratos e ao aumento da eficiência.
- Preservar inicialmente as tarifas de **R\$ 2,70** e **R\$ 3,80**, evitando que o benefício seja concentrado em trajetos curtos já menos onerosos.
- Reavaliar todas as faixas após a auditoria e a implantação do novo modelo.

A prioridade será beneficiar quem percorre maiores distâncias e normalmente mora mais longe das áreas centrais de emprego.

3. Criar o benefício para quem usa todos os dias

Será implantado um modelo de desconto progressivo pelo uso do Cartão Mobilidade.

O passageiro frequente poderá receber:

- Desconto após determinada quantidade de viagens no mês.
- Limite máximo mensal de gasto.
- Benefício especial para trabalhadores de baixa renda.
- Integração ampliada sem nova cobrança dentro do período definido.
- Créditos com validade maior e restituição em caso de falha comprovada.

O sistema digital já está presente em todas as linhas e permite ampliar o controle das viagens, dos pagamentos e dos benefícios.

4. Implantar o Teto Mensal de Mobilidade

Será criado o programa Passe até o Limite, pelo qual o passageiro cadastrado não pagará acima de um valor máximo mensal.

Após atingir o limite estabelecido, as viagens adicionais dentro daquele mês terão tarifa reduzida ou serão integralmente subsidiadas, conforme a faixa de renda.

A implantação começará com:

- Trabalhadores inscritos no Cadastro Único.
- Desempregados em busca de recolocação.
- Famílias com renda mais baixa.
- Usuários que realizem grande quantidade de deslocamentos mensais.

O benefício será ampliado de acordo com a disponibilidade financeira e os resultados do programa.

5. Reduzir o custo do sistema

A redução da tarifa não será financiada apenas pelo aumento do subsídio.

O governo atuará para diminuir o custo operacional por meio de:

- Revisão das tarifas técnicas.
- Eliminação de linhas sobrepostas.
- Planejamento integrado entre ônibus e metrô.
- Redução de viagens vazias.

- Combate às fraudes.
- Cobrança de multas por viagens não realizadas.
- Compras coletivas de combustível, peças e equipamentos.
- Renovação da frota por veículos mais eficientes.
- Transição gradual para ônibus elétricos.
- Redução de despesas administrativas das concessionárias.
- Utilização de dados para adaptar horários e itinerários à demanda real.

6. Pagar por quilômetro e qualidade, não apenas por passageiro

O novo modelo deverá reduzir a dependência exclusiva da quantidade de passageiros transportados.

A remuneração considerará:

- Quilometragem efetivamente cumprida.
- Pontualidade.
- Limpeza.
- Conservação dos veículos.
- Ar-condicionado em funcionamento.
- Acessibilidade.
- Número de viagens realizadas.
- Índice de reclamações.
- Lotação.
- Satisfação do usuário.

Viagem não realizada não será paga como se tivesse acontecido.

7. Criar transparência completa sobre os subsídios

A legislação distrital passou a exigir a divulgação, em dados abertos, dos custos do transporte, valores recebidos pelas empresas, despesas, investimentos e descumprimentos operacionais.

O governo implantará o Painel Tarifa Aberta, apresentando mensalmente:

- Quanto o passageiro pagou.
- Qual foi o custo técnico da viagem.
- Quanto o governo complementou.
- Quanto cada empresa recebeu.
- Número de passageiros transportados.
- Quilometragem contratada e realizada.
- Multas aplicadas e pagas.
- Viagens atrasadas ou canceladas.
- Custo por linha e por região.
- Evolução da tarifa e do subsídio.

8. Criar um fundo específico para o transporte

Será implantado o Fundo Distrital de Transporte Público e Mobilidade, com recursos vinculados à redução tarifária e à melhoria do serviço.

O fundo impedirá que o dinheiro reservado ao transporte seja utilizado sem transparência para outras finalidades.

Sua execução será publicada em tempo real, com receitas, despesas, contratos e resultados.

9. Manter a gratuidade aos domingos e feriados

O programa de gratuidade aos domingos e feriados será mantido durante a avaliação do novo modelo, desde que acompanhado por controle de demanda, custo e qualidade.

O Metrô-DF informa que a gratuidade nesses dias está em vigor desde março de 2025.

A expansão para novos dias ou horários somente ocorrerá após demonstração de viabilidade financeira.

10. Integrar a redução tarifária à melhoria do serviço

A tarifa não será analisada de forma isolada.

O passageiro precisa pagar menos, mas também precisa encontrar:

- Ônibus no horário.
- Veículos limpos e seguros.
- Menor tempo de espera.
- Integração com o metrô.
- Informação em tempo real.
- Terminais adequados.
- Pontos de parada iluminados e protegidos.
- Fiscalização permanente.

O Distrito Federal possui milhares de pontos de parada, mas parte deles ainda necessita de abrigo, iluminação, acessibilidade e manutenção.

Custo estimado

Redução inicial de R\$ 0,50

Considerando o volume atual de acessos, integrações, gratuidades e passageiros pagantes, a redução de **R\$ 0,50** na tarifa máxima poderá exigir aproximadamente:

R\$ 180 milhões a R\$ 250 milhões por ano.

Essa é uma estimativa inicial de planejamento, calculada a partir do volume de acessos divulgado pelo sistema. O custo definitivo dependerá da quantidade exata de usuários pagantes da tarifa máxima, das integrações e do aumento de demanda provocado pela redução.

Redução acumulada de R\$ 1,00

A redução da tarifa máxima de **R\$ 5,50** para **R\$ 4,50** poderá representar custo bruto estimado entre:

R\$ 360 milhões e R\$ 500 milhões por ano.

Essa segunda etapa não será automática. Somente será executada após auditoria, revisão contratual, redução dos custos operacionais e identificação das fontes permanentes de financiamento.

Meta de economia operacional

Antes da segunda redução, o governo buscará economizar pelo menos:

R\$ 150 milhões por ano, por meio da revisão das tarifas técnicas, redução de ineficiências, cobrança de multas, combate às fraudes e reorganização das linhas.

Fontes de recursos

A redução progressiva será financiada por uma combinação de fontes:

- Economia gerada pela auditoria e revisão dos contratos.
- Redução dos custos administrativos do sistema.
- Multas e ressarcimentos cobrados das concessionárias.
- Recursos do orçamento regular do transporte.

- Fundo Distrital de Transporte Público e Mobilidade.
- Receitas de publicidade em ônibus, terminais e estações.
- Exploração comercial organizada dos terminais.
- Receitas de estacionamentos públicos integrados ao transporte.
- Compensações de empreendimentos que gerem grande fluxo de veículos.
- Recursos federais destinados à mobilidade urbana.
- Financiamentos para renovação e eletrificação da frota.
- Aumento da arrecadação decorrente do crescimento do número de passageiros.
- Redução de despesas gerada pela utilização de ônibus elétricos e tecnologias mais eficientes.

Não será criado novo imposto sobre a população para financiar a primeira etapa da redução.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Congelar a tarifa paga pelo passageiro.
- Instalar auditoria independente do sistema.
- Levantar **100%** dos contratos, subsídios, multas e tarifas técnicas.
- Publicar os valores recebidos por cada operadora.
- Identificar todas as linhas sobrepostas ou com baixa eficiência.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Apresentar o custo real por linha, passageiro e quilômetro.
- Criar o Painel Tarifa Aberta.
- Publicar o plano de redução da tarifa.
- Instituir o Fundo Distrital de Transporte Público e Mobilidade.
- Apresentar o novo modelo de remuneração por desempenho.
- Iniciar o projeto-piloto do teto mensal para famílias de baixa renda.

PRIMEIRO ANO

- Reduzir a tarifa máxima de **R\$ 5,50** para **R\$ 5,00**.
- Implantar o Passe até o Limite para o público prioritário.
- Reduzir em pelo menos **10%** os custos operacionais evitáveis.
- Reduzir em pelo menos **20%** as viagens não realizadas.
- Aumentar em pelo menos **10%** o número de passageiros pagantes.
- Publicar mensalmente **100%** dos subsídios e pagamentos.
- Garantir monitoramento digital de **100%** das viagens.

QUATRO ANOS

- Buscar a redução da tarifa máxima para **R\$ 4,50**, condicionada à sustentabilidade financeira.
- Reduzir em pelo menos **20%** o custo operacional evitável do sistema.
- Reduzir em pelo menos **50%** as viagens atrasadas ou não realizadas.
- Ampliar em pelo menos **25%** o número de usuários do transporte coletivo.
- Garantir integração tarifária entre ônibus e metrô.
- Implantar teto mensal de gasto para trabalhadores de baixa renda.
- Manter a publicação integral dos custos, receitas, subsídios e metas.
- Vincular **100%** da remuneração variável das empresas à qualidade do serviço.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“Não vamos prometer passagem barata e entregar ônibus atrasado, lotado ou sem manutenção. Vamos abrir os custos, revisar os contratos, cortar desperdícios e reduzir progressivamente a tarifa, começando por quem percorre as maiores distâncias. O passageiro pagará menos e exigirá mais qualidade.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO METRÔ-DF

Objetivo

Concluir as expansões já planejadas em Samambaia e Ceilândia, avançar com a chegada do metrô à Asa Norte, modernizar o sistema existente e deixar a Linha 2 preparada tecnicamente para ligar o eixo sul ao centro de Brasília.

A prioridade será entregar obras, aumentar a capacidade e reduzir os intervalos. Não serão anunciadas linhas sem projeto, licença, orçamento e fonte de financiamento.

Diagnóstico

O Metrô-DF possui aproximadamente 42 quilômetros de linhas e 24 estações operacionais, ligando a região central a Ceilândia e Samambaia, com passagem por Guará, Águas Claras e Taguatinga. A expansão atualmente planejada prevê 6,6 quilômetros de novas vias e cinco novas estações, sendo duas em Samambaia, duas em Ceilândia e a primeira estação da Asa Norte.

O sistema transporta normalmente entre 160 mil e 180 mil passageiros por dia útil. Em 2024, foram aproximadamente 42,4 milhões de passageiros e 108.952 viagens.

Expandir os trilhos sem comprar novos trens, reforçar a energia, modernizar a sinalização e reorganizar as linhas de ônibus poderá aumentar a lotação e não resolver o problema. A proposta será atuar simultaneamente em cinco frentes:

1. Expansão dos trilhos.
2. Aquisição e recuperação de trens.
3. Modernização da energia e da sinalização.
4. Integração com os ônibus.
5. Redução dos intervalos.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Concluir a expansão de Samambaia

A expansão de Samambaia prevê:

- Aproximadamente 3,6 quilômetros de novas vias.
- Duas novas estações.
- Três viadutos.
- Quatro passarelas para pedestres.
- Novas estruturas de drenagem, energia, telecomunicações e segurança.

O contrato da obra foi firmado por aproximadamente **R\$ 319,75 milhões**, chegando a cerca de **R\$ 400 milhões** com os demais custos associados. O financiamento de **R\$ 400 milhões** foi aprovado pelo BNDES, com contrapartida do Distrito Federal.

O governo realizará fiscalização técnica permanente, publicação do cronograma e acompanhamento físico e financeiro mensal.

2. Executar a expansão de Ceilândia

A expansão de Ceilândia prevê:

- Aproximadamente 2,3 quilômetros de novas vias.
- Duas novas estações.
- Duas subestações de energia.
- Sistemas de sinalização, telecomunicações e operação.
- Ligação até as proximidades da BR-070, na direção de Águas Lindas.
- Acréscimo projetado de cerca de 12 mil passageiros por dia.

Após a assinatura do contrato, o prazo previsto oficialmente para a execução é de aproximadamente 45 meses.

Parte dos recursos foi inserida no pacote de **R\$ 600 milhões** do Novo PAC destinado à expansão do ramal de Ceilândia.

3. Levar o metrô à Asa Norte

O planejamento atual prevê a primeira extensão da Linha 1 para a Asa Norte, com aproximadamente 800 metros, partindo da área central até as proximidades da Galeria do Trabalhador, no Setor Comercial Norte.

A estratégia será executar o projeto em etapas:

1. Concluir estudos geológicos, estruturais e de demanda.
2. Atualizar os projetos de engenharia.
3. Obter licenciamento ambiental e urbanístico.
4. Definir interferências subterrâneas.
5. Contratar a primeira estação.
6. Planejar a continuidade até a região do HRAN.

O próprio Metrô-DF inclui a primeira estação da Asa Norte entre as cinco novas estações previstas para a expansão do sistema.

4. Preparar a Linha 2

A Linha 2 deverá conectar o eixo sul ao centro de Brasília, considerando regiões como:

- Gama.
- Santa Maria.
- Recanto das Emas.
- Riacho Fundo.
- Núcleo Bandeirante.
- Candangolândia.
- Cruzeiro.
- Área central de Brasília.

Em setembro de 2025, foi autorizada a elaboração dos estudos preliminares funcional e de viabilidade técnica, econômica e ambiental da nova linha.

O compromisso para o primeiro mandato será:

- Concluir os estudos.
- Definir o traçado.
- Realizar as consultas públicas.
- Elaborar os projetos básicos.
- Concluir o licenciamento.
- Dividir a implantação em trechos executáveis.

- Garantir fontes de financiamento.
- Deixar a primeira etapa pronta para contratação ou com obras iniciadas, caso os estudos confirmem a viabilidade.

Não será prometida a conclusão integral da Linha 2 em quatro anos sem que existam estudos e orçamento compatíveis.

5. Comprar novos trens

A expansão precisa ser acompanhada de aumento da frota.

Será elaborado um programa para:

- Adquirir novos trens.
- Recuperar composições existentes.
- Modernizar sistemas de portas, frenagem, comunicação e segurança.
- Ampliar a disponibilidade diária da frota.
- Reduzir o número de trens parados por manutenção.
- Criar estoque estratégico de peças.

A aquisição será organizada em lotes, evitando uma contratação maior do que a capacidade financeira e operacional do sistema.

6. Modernizar energia, sinalização e controle

O governo priorizará a modernização dos sistemas que limitam a capacidade do metrô:

- Alimentação elétrica.
- Subestações.
- Sinalização.
- Controle centralizado.
- Telecomunicações.
- Trilhos e aparelhos de mudança de via.
- Sistemas de segurança.
- Informação aos passageiros.

A expansão de trilhos precisa ocorrer junto com a modernização da infraestrutura para permitir mais trens em circulação e intervalos menores. O Metrô-DF reconhece que melhorias de energia, sinalização e controle são necessárias para ampliar a capacidade do sistema.

7. Integrar ônibus e metrô

As linhas de ônibus serão reorganizadas para alimentar as estações, sem obrigar o passageiro a pagar uma nova tarifa.

Serão implantados:

- Linhas circulares regionais.
- Integração física nos terminais.
- Horários coordenados entre ônibus e trens.
- Informação em tempo real.
- Bilhete único plenamente integrado.
- Estacionamentos de integração.
- Bicicletários seguros.
- Pontos para táxis e transporte por aplicativo.

A integração tarifária já permite até dois transbordos, no mesmo sentido e dentro do período estabelecido, com pagamento de uma tarifa total. O governo ampliará a integração operacional para que os horários também funcionem de maneira coordenada.

8. Reduzir os intervalos

A prioridade não será apenas construir novas estações. Será fazer o sistema existente funcionar melhor.

O governo estabelecerá metas diferentes para:

- Horários de pico.
- Horários de menor movimento.
- Finais de semana.
- Eventos de grande porte.
- Situações emergenciais.

A redução dependerá da aquisição de trens e da modernização dos sistemas de energia, controle e sinalização.

9. Criar transparência das obras

Será implantado o Painel Metrô em Movimento, apresentando:

- Valor total de cada obra.
- Fonte dos recursos.
- Percentual executado.
- Cronograma atualizado.
- Pagamentos realizados.
- Aditivos.
- Imagens das obras.
- Número de trabalhadores.
- Licenças pendentes.
- Previsão de entrega.
- Responsáveis pela fiscalização.

Toda obra terá placa física com QR Code para acompanhamento em tempo real.

10. Planejar a rede para além de um mandato

Além da Linha 2, serão desenvolvidos estudos para futuras conexões com regiões que não possuem trilhos, utilizando metrô, VLT, BRT ou outros sistemas de alta capacidade conforme a demanda.

As decisões serão baseadas em:

- Quantidade de passageiros.
- Tempo de deslocamento.
- Densidade populacional.
- Custo de implantação.
- Impacto ambiental.
- Integração com a rede existente.
- Potencial de desenvolvimento urbano.
- Capacidade de financiamento.

Custo estimado

Etapa 1: Samambaia

Aproximadamente **R\$ 400 milhões**, considerando a obra e os custos associados já divulgados.

Etapa 2: Ceilândia

O custo definitivo será o valor resultante da contratação. A obra integra o conjunto de investimentos apoiados pelo Novo PAC, com recursos federais já anunciados para o projeto.

Para fins de planejamento, será criada reserva financeira compatível com o projeto executivo, a supervisão, as desapropriações ou interferências e a atualização dos preços.

Etapa 3: Asa Norte

O custo será definido após atualização dos projetos, estudos geológicos, licenciamento e orçamento de engenharia.

Não será publicado valor político sem projeto técnico concluído.

Modernização e novos trens

O próprio Metrô-DF anunciou um pacote de aproximadamente **R\$ 2,5 bilhões**, previsto para expansão, modernização, aquisição de equipamentos e fortalecimento do sistema ao longo de três a cinco anos, combinando recursos locais, federais e financiamentos.

Envelope preliminar do governo

A previsão inicial será trabalhar com uma carteira de aproximadamente:

R\$ 2,5 bilhões a R\$ 4 bilhões em quatro anos, incluindo:

- Continuidade das expansões.
- Novos trens.
- Modernização elétrica e de sinalização.
- Projetos da Asa Norte.
- Estudos e projetos da Linha 2.
- Acessibilidade e recuperação das estações.

Esse intervalo é uma estimativa de planejamento e será atualizado após a auditoria dos contratos, a conclusão dos projetos e a definição das fontes de financiamento.

Fontes de recursos

- Novo PAC.
- Orçamento Geral da União.
- Financiamento do BNDES.
- Financiamentos da Caixa Econômica Federal.
- Recursos do FGTS destinados à mobilidade.
- Orçamento do Distrito Federal.
- Recursos próprios do Metrô-DF.
- Emendas parlamentares.
- Operações de crédito com garantia e capacidade de pagamento.
- Bancos nacionais e internacionais de desenvolvimento.
- Receitas de publicidade e exploração comercial das estações.
- Parcerias para estacionamentos e áreas de integração.
- Compensações urbanísticas vinculadas a grandes empreendimentos.
- Concessões específicas de serviços não essenciais à operação.

O Novo PAC permite financiar sistemas de trilhos, BRTs, terminais, estações e sistemas inteligentes de transporte. A RIDE do Distrito Federal está entre os territórios habilitados à apresentação de projetos metropolitanos.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Auditar **100%** dos contratos de expansão e modernização.
- Publicar o cronograma físico e financeiro de Samambaia e Ceilândia.

- Levantar a situação de todos os trens.
- Identificar as limitações de energia e sinalização.
- Criar o Painel Metrô em Movimento.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Apresentar o plano integrado de expansão e modernização.
- Definir o cronograma da estação da Asa Norte.
- Publicar o diagnóstico da Linha 2.
- Apresentar o plano de aquisição e recuperação dos trens.
- Definir metas para redução dos intervalos.
- Integrar os projetos metroviários ao planejamento dos ônibus.

PRIMEIRO ANO

- Garantir continuidade física e financeira das obras de Samambaia.
- Iniciar ou acelerar a execução da expansão de Ceilândia.
- Concluir os estudos prioritários da estação da Asa Norte.
- Apresentar o traçado tecnicamente recomendado para a Linha 2.
- Iniciar a modernização dos sistemas de energia e sinalização.
- Contratar o primeiro lote de novos trens, caso a auditoria confirme a necessidade e a capacidade financeira.
- Reduzir em pelo menos **10%** as falhas operacionais em comparação com a linha de base auditada.

QUATRO ANOS

- Entregar as duas novas estações de Samambaia.
- Entregar ou alcançar estágio final de execução das duas novas estações de Ceilândia, respeitando o prazo contratual.
- Acrescentar aproximadamente 5,9 quilômetros de trilhos nos ramais de Samambaia e Ceilândia.
- Ampliar o sistema em quatro estações nessas duas regiões.
- Entregar ou deixar contratada e em execução a primeira estação da Asa Norte.
- Concluir projetos e licenciamento da primeira etapa da Linha 2.
- Ampliar a frota operacional de trens.
- Reduzir em pelo menos **20%** o intervalo médio nos horários de pico, após a modernização necessária.
- Aumentar em pelo menos **30%** a capacidade diária de transporte.
- Garantir monitoramento em tempo real de **100%** dos trens e estações.
- Integrar todas as estações às linhas alimentadoras de ônibus.

Indicadores públicos

O Painel Metrô em Movimento apresentará:

- Quilômetros em construção.
- Quilômetros entregues.
- Estações em obras e concluídas.
- Valor contratado e valor pago.
- Percentual de execução.
- Quantidade de trens disponíveis.
- Intervalo médio.
- Número de passageiros.
- Falhas e interrupções.

- Consumo de energia.
- Pontualidade.
- Satisfação dos usuários.
- Integração com os ônibus.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“Brasília não precisa de mais linhas desenhadas apenas em mapas. Precisa de obras concluídas, trens funcionando e estações conectadas aos ônibus. Vamos terminar Samambaia, avançar em Ceilândia, levar o metrô à Asa Norte e preparar seriamente a Linha 2. Cada etapa terá projeto, dinheiro, prazo e prestação de contas.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

SAÚDE 100% DIGITAL E FILAS TRANSPARENTES

Objetivo

Implantar uma rede pública de Saúde integrada, com prontuário eletrônico único, fila regulada e rastreável, agendamento digital, acompanhamento pelo celular e informações em tempo real para gestores, profissionais e pacientes.

O cidadão deverá saber:

- Se o pedido foi registrado.
- Em qual fila está.
- Qual é a sua classificação de prioridade.
- Qual unidade será responsável pelo atendimento.
- Se existe alguma pendência documental ou clínica.
- Qual é a previsão estimada de atendimento.
- Quando a consulta, o exame ou a cirurgia forem agendados.

A posição individual será acessada de forma segura pelo paciente. Para a população, serão publicados dados gerais das filas, sem exposição de nomes, diagnósticos ou informações pessoais.

Diagnóstico

O Distrito Federal já utiliza sistemas eletrônicos, mas ainda precisa integrar plenamente as informações produzidas pelas UBSs, hospitais, UPAs, policlínicas, unidades administradas pelo IgesDF, laboratórios, farmácias e centrais de regulação.

Atualmente, solicitações de cirurgias eletivas são inseridas nos sistemas de regulação e organizadas conforme a prioridade clínica e a ordem da lista de espera. Entretanto, o paciente ainda enfrenta dificuldades para acompanhar todas as etapas do processo de forma simples.

Desde novembro de 2025, o Distrito Federal permite o agendamento de parte das consultas das UBSs pelo aplicativo Meu SUS Digital. A implantação começou após testes com mais de 20 mil usuários, e mais de 170 UBSs já disponibilizam o serviço.

O Meu SUS Digital permite consultar histórico de saúde, vacinação, exames, medicamentos, atendimentos e procedimentos agendados. As informações são alimentadas pela Rede Nacional de Dados em Saúde, que permite o intercâmbio seguro e auditável dos registros.

O próximo passo será integrar toda a jornada do paciente e garantir que nenhuma solicitação desapareça entre sistemas, unidades ou estruturas administrativas diferentes.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Criar o Prontuário Único da Saúde do DF

Será implantado um prontuário integrado para acompanhar o paciente desde a UBS até o hospital, incluindo:

- Consultas.

- Exames.
- Internações.
- Cirurgias.
- Medicamentos prescritos e dispensados.
- Alergias.
- Vacinação.
- Encaminhamentos.
- Resultados laboratoriais.
- Atendimentos de urgência.
- Acompanhamento após a alta.

A integração utilizará os padrões da Rede Nacional de Dados em Saúde, plataforma oficial de interoperabilidade do Ministério da Saúde. A RNDS permite que o histórico clínico acompanhe o cidadão entre diferentes unidades e níveis de atenção, com regras de segurança e proteção de dados.

Não será necessário substituir todos os sistemas ao mesmo tempo. O governo criará uma camada de integração capaz de fazer os sistemas existentes trocarem informações com segurança.

2. Implantar a Fila Única e Rastreável

Consultas especializadas, exames, cirurgias, terapias e procedimentos regulados serão organizados em filas únicas por especialidade e prioridade clínica.

Cada solicitação receberá:

- Número de protocolo.
- Data de entrada.
- Classificação clínica.
- Região de origem.
- Especialidade ou procedimento solicitado.
- Unidade responsável pela regulação.
- Situação atual.
- Pendências existentes.
- Previsão estimada.
- Histórico de alterações.

A fila respeitará critérios médicos e de vulnerabilidade. O sistema não permitirá que pessoas sejam inseridas, retiradas ou ultrapassadas sem justificativa registrada.

3. Criar o aplicativo Saúde na Palma

O paciente poderá acompanhar pelo celular:

- Encaminhamentos.
- Posição e situação na fila.
- Agendamentos.
- Resultados de exames.
- Prescrições.
- Medicamentos disponíveis.
- Histórico de atendimentos.
- Avisos de retorno.
- Preparação para exames e cirurgias.
- Alterações de data ou local.

A solução será integrada ao Meu SUS Digital, evitando a criação de um aplicativo isolado quando a funcionalidade puder ser incorporada à plataforma nacional.

O Ministério da Saúde já disponibiliza integração entre o prontuário eletrônico da Atenção Primária e o Meu SUS Digital para agendamento online.

4. Garantir atendimento para quem não utiliza internet

A digitalização não eliminará os canais presenciais.

O paciente poderá consultar sua situação por:

- Aplicativo.
- Portal.
- Telefone 160.
- WhatsApp institucional, quando juridicamente e tecnicamente seguro.
- Totens nas unidades.
- Atendimento nas UBSs.
- Unidades Resolve DF.
- Agentes comunitários de saúde.

Será oferecida impressão do comprovante da solicitação e da situação atual da fila.

5. Publicar o Painel Fila Aberta

O governo publicará diariamente dados gerais sobre:

- Número de pessoas aguardando.
- Tempo médio e máximo de espera.
- Quantidade de novos pedidos.
- Procedimentos realizados.
- Capacidade disponível.
- Cancelamentos.
- Faltas.
- Filas por especialidade.
- Filas por região.
- Filas por unidade executante.
- Evolução mensal.

Nenhum nome, diagnóstico ou dado pessoal será publicado.

A transparência será combinada com as regras da Lei Geral de Proteção de Dados. A RNDS adota padrões de segurança e restringe o acesso aos dados individuais para finalidades assistenciais e de gestão.

6. Criar alerta automático para vagas e agendamentos

O paciente receberá confirmação por:

- Aplicativo.
- SMS.
- Ligação automatizada.
- E-mail.
- Comunicação pela UBS de referência.

O sistema solicitará confirmação prévia. Caso o paciente não possa comparecer, a vaga será oferecida imediatamente a outra pessoa.

Na experiência já implantada nas UBSs, agendamentos digitais não confirmados podem ser liberados para atendimento presencial, ajudando a reduzir faltas e melhorar o uso das agendas.

7. Implantar a lista de encaixe inteligente

Quando houver cancelamento, falta ou abertura extraordinária de agenda, o sistema buscará automaticamente o próximo paciente compatível com:

- Prioridade clínica.
- Procedimento necessário.
- Localização.
- Disponibilidade.
- Preparação exigida.
- Prazo de validade dos exames.

O objetivo será evitar que consultórios, equipamentos e centros cirúrgicos fiquem ociosos enquanto existem pacientes aguardando.

8. Integrar Secretaria de Saúde e IgesDF

Hospitais, UPAs e demais unidades administradas pelo IgesDF deverão compartilhar informações com a regulação e com o prontuário integrado da Secretaria de Saúde.

O cidadão não poderá ter registros separados conforme a instituição que administra a unidade.

A integração abrangerá:

- Prontuários.
- Leitos.
- Exames.
- Cirurgias.
- Estoques.
- Escalas.
- Transferências.
- Altas.
- Filas reguladas.

9. Implantar o Centro de Comando da Saúde

Será criado um ambiente de gestão em tempo real para acompanhar:

- Ocupação dos leitos.
- Disponibilidade de UTIs.
- Filas de urgência.
- Estoques críticos.
- Ambulâncias.
- Salas cirúrgicas.
- Equipamentos parados.
- Escalas incompletas.
- Taxa de faltas.
- Demanda de cada região.

O centro não será uma nova estrutura burocrática. Funcionará com equipes técnicas da Secretaria de Saúde e da regulação, utilizando dados integrados para acelerar decisões.

10. Utilizar telemedicina para reduzir deslocamentos

A telemedicina será ampliada para:

- Avaliação inicial de casos regulados.
- Retornos.
- Acompanhamento de pacientes crônicos.
- Laudos de exames.
- Apoio aos profissionais das UBSs.
- Atendimento de comunidades rurais.
- Saúde mental.
- Dermatologia.
- Cardiologia.
- Monitoramento após cirurgias.

O Programa SUS Digital prevê a ampliação da telemedicina, da telessaúde, dos prontuários eletrônicos interoperáveis e da infraestrutura digital no SUS.

Proteção e segurança dos dados

Os dados de Saúde são sensíveis e terão proteção reforçada.

O sistema contará com:

- Acesso individual por usuário e senha.
- Autenticação em dois fatores para funções críticas.
- Registro de todas as consultas e alterações.
- Perfis de acesso conforme a função do profissional.
- Criptografia.
- Cópias de segurança.
- Monitoramento de invasões.
- Plano de continuidade em caso de falha.
- Comunicação obrigatória de incidentes.
- Responsabilização pelo acesso indevido.

O paciente poderá consultar quais unidades acessaram seu prontuário, respeitadas as regras assistenciais e de segurança.

Custo estimado

O custo preliminar para implantação completa em quatro anos será de:

R\$ 120 milhões a R\$ 200 milhões.

A estimativa inclui:

- Integração dos sistemas.
- Infraestrutura de dados.
- Equipamentos.
- Segurança cibernética.
- Conectividade das unidades.
- Desenvolvimento das plataformas.
- Totens de atendimento.
- Capacitação dos profissionais.
- Suporte e manutenção.
- Centro de Comando da Saúde.

O valor definitivo será estabelecido após o inventário dos sistemas, contratos, equipamentos e estruturas que já pertencem ao Distrito Federal.

Não será comprado um novo sistema completo antes de verificar o que pode ser integrado, atualizado ou reaproveitado.

Fontes de recursos

- Orçamento regular da Saúde.
- Fundo de Saúde do Distrito Federal.
- Programa SUS Digital.
- Transferências do Ministério da Saúde.
- Recursos da Rede Nacional de Dados em Saúde.
- Emendas parlamentares.
- Financiamentos para modernização digital.
- Economia obtida com revisão de contratos de tecnologia.
- Redução de exames repetidos.
- Diminuição de faltas e vagas ociosas.
- Redução do uso de papel e armazenamento físico.
- Integração de contratos atualmente fragmentados.
- Parcerias com universidades e instituições públicas de pesquisa.

O Programa SUS Digital permite a conjugação de recursos financeiros, tecnológicos e materiais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Inventariar **100%** dos sistemas e contratos de tecnologia da Saúde.
- Identificar as filas existentes em cada especialidade.
- Mapear o caminho de consultas, exames e cirurgias.
- Criar protocolo único para novas solicitações reguladas.
- Instalar a coordenação da transformação digital.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Publicar o número real de pacientes aguardando em cada fila.
- Implantar a primeira versão do Painel Fila Aberta.
- Integrar os dados prioritários da Secretaria de Saúde e do IgesDF.
- Permitir consulta individual da situação dos primeiros procedimentos.
- Definir o padrão único de identificação dos pacientes.
- Publicar o plano de segurança e proteção dos dados.
- Apresentar o cronograma de integração de todas as unidades.

PRIMEIRO ANO

- Garantir protocolo digital para **100%** das novas solicitações reguladas.
- Permitir acompanhamento digital de pelo menos **50%** das filas de consultas, exames e cirurgias.
- Integrar **100%** das UBSs ao agendamento eletrônico.
- Enviar aviso automático para pelo menos **80%** dos agendamentos.
- Reduzir em pelo menos **20%** as faltas às consultas agendadas.
- Reduzir em pelo menos **15%** a repetição desnecessária de exames.
- Disponibilizar dados gerais de todas as filas prioritárias.
- Integrar leitos e cirurgias dos principais hospitais ao Centro de Comando.

QUATRO ANOS

- Integrar **100%** das unidades públicas de Saúde do DF ao prontuário único.
- Garantir acompanhamento digital de **100%** das filas reguladas.
- Disponibilizar ao paciente a situação de consultas, exames, cirurgias e terapias.
- Reduzir em pelo menos **50%** as faltas sem aviso prévio.
- Reduzir em pelo menos **30%** o tempo médio das filas prioritárias, combinado com ampliação da oferta.
- Garantir notificação automática para **95%** dos agendamentos.
- Integrar **100%** dos leitos, salas cirúrgicas e exames regulados.
- Registrar digitalmente todas as alterações realizadas nas filas.
- Alcançar disponibilidade mínima de **99,5%** dos sistemas críticos.
- Publicar mensalmente os indicadores de todas as regiões e unidades.

Indicadores públicos

O Painel Fila Aberta apresentará:

- Total de pessoas aguardando.
- Tempo médio de espera.
- Maior tempo de espera.
- Pedidos inseridos.
- Procedimentos realizados.
- Cancelamentos.
- Faltas.
- Vagas disponíveis.
- Produção por unidade.
- Demanda por região.
- Evolução das filas.
- Índice de sistemas integrados.
- Percentual de pacientes notificados.
- Disponibilidade da plataforma.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“A fila da Saúde não pode ser um mistério. Cada paciente terá protocolo, informação e acompanhamento. Vamos integrar os sistemas, mostrar os números e impedir alterações sem justificativa. Tecnologia não substitui médico, exame ou cirurgia, mas acaba com o desaparecimento de pedidos, reduz desperdícios e ajuda o atendimento a chegar mais rápido a quem precisa.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

CRIAÇÃO DE 8 MIL NOVAS VAGAS EM CRECHES

Objetivo

Criar 8 mil novas vagas em creches para crianças de até 3 anos, com prioridade para famílias de baixa renda, mães responsáveis pelo sustento da casa, crianças em situação de vulnerabilidade e regiões com maior demanda reprimida.

A expansão será realizada por um modelo misto:

- Construção de novas creches públicas.
- Ampliação de unidades existentes.
- Parcerias fiscalizadas com instituições qualificadas.
- Aproveitamento de prédios públicos adequados.
- Aquisição temporária de vagas somente onde não houver capacidade pública imediata.

A creche será tratada como política de educação, proteção da infância, geração de empregos e autonomia das famílias.

Diagnóstico

O déficit de vagas não será enfrentado apenas com a construção de prédios. Uma nova creche precisa de profissionais, alimentação, materiais, limpeza, segurança, manutenção e recursos permanentes para funcionar.

Em 2025, o Distrito Federal foi selecionado para receber três creches do Tipo 2 pelo Novo PAC, com investimento federal total de **R\$ 10,7 milhões**. Juntas, essas unidades poderão atender até 282 crianças em tempo integral ou 564 em dois turnos.

Esse modelo representa aproximadamente:

- 94 vagas integrais por unidade.
- Custo médio de construção próximo de **R\$ 3,6 milhões** por unidade.
- Custo inicial aproximado de **R\$ 38 mil** por vaga integral, sem considerar despesas permanentes de funcionamento.

As parcerias educacionais também representam uma alternativa para abertura mais rápida de vagas. Em 2026, o valor mensal pago pela Secretaria de Educação às instituições parceiras para o atendimento no Maternal I e II foi atualizado para **R\$ 1.085,92** por criança.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Publicar a fila real das creches

Nos primeiros 100 dias, será realizada uma revisão completa da demanda.

Cada inscrição receberá:

- Número de protocolo.
- Data de cadastramento.
- Região de residência.

- Faixa etária da criança.
- Critérios de prioridade aplicados.
- Situação atual.
- Unidades disponíveis próximas à residência ou ao trabalho.
- Registro de convocações e respostas.

A lista pública apresentará dados gerais por região e faixa etária, sem divulgar nomes ou informações pessoais das crianças.

2. Criar 8 mil vagas por diferentes caminhos

A meta será dividida da seguinte forma:

- 3 mil vagas em novas unidades públicas ou ampliações.
- 4 mil vagas por parcerias educacionais fiscalizadas.
- 1 mil vagas por aproveitamento de prédios públicos, cessões, locações adaptadas e soluções emergenciais regionais.

Essa distribuição poderá ser ajustada após o diagnóstico da demanda, desde que a meta total de 8 mil vagas seja mantida.

3. Construir novas creches públicas

Serão implantadas aproximadamente 30 a 35 novas unidades ou ampliações equivalentes, considerando a capacidade dos terrenos, os projetos arquitetônicos e as necessidades de cada comunidade.

As novas creches deverão contar com:

- Salas adequadas por faixa etária.
- Berçário.
- Espaços para alimentação e repouso.
- Cozinha e armazenamento.
- Área externa segura.
- Banheiros infantis.
- Acessibilidade.
- Climatização adequada.
- Energia solar, quando tecnicamente viável.
- Captação ou reaproveitamento de água.
- Controle de acesso e segurança.
- Espaço para atendimento às famílias.

Os projetos padronizados serão utilizados quando reduzirem custos e prazos, mas poderão ser adaptados às condições de cada terreno.

4. Ampliar parcerias com controle de qualidade

As parcerias com instituições sem fins lucrativos ou entidades educacionais qualificadas serão utilizadas para reduzir rapidamente a fila, especialmente enquanto as novas unidades públicas estiverem em construção.

As instituições deverão cumprir requisitos de:

- Credenciamento educacional.
- Licenciamento.
- Segurança.
- Alimentação.
- Qualificação dos profissionais.
- Acessibilidade.

- Prestação de contas.
- Frequência das crianças.
- Proposta pedagógica aprovada.
- Vistorias regulares.

O Distrito Federal já utiliza termos de colaboração para financiar vagas na educação infantil, com valor per capita definido em norma própria.

Nenhuma parceria será realizada apenas para cumprir uma meta numérica. Vaga sem segurança, qualidade e fiscalização não será aceita.

5. Criar o programa Creche Perto de Casa

As vagas serão planejadas de acordo com a residência das famílias, os corredores de transporte e os locais de trabalho.

O sistema apresentará as unidades mais próximas e permitirá que a família indique alternativas de atendimento.

A prioridade será reduzir deslocamentos longos de crianças pequenas e responsáveis.

6. Criar creches em áreas de grande concentração de trabalhadores

Serão avaliadas unidades próximas a:

- Hospitais.
- Centros administrativos.
- Áreas comerciais.
- Polos industriais.
- Terminais de transporte.
- Regiões com grande concentração de servidores.
- Áreas rurais com demanda comprovada.

Poderão ser firmadas parcerias com empresas e instituições para implantação de unidades, desde que as vagas atendam também à comunidade e o patrimônio público seja protegido.

7. Ampliar unidades existentes

Escolas e centros de educação infantil com terrenos ou estruturas disponíveis poderão receber:

- Novos blocos.
- Salas adicionais.
- Berçários.
- Cozinhas ampliadas.
- Áreas de convivência.
- Melhorias de acessibilidade.
- Reforço das redes elétrica e hidráulica.

A ampliação será escolhida quando apresentar menor custo e entrega mais rápida do que a construção de uma nova unidade.

8. Garantir profissionais e funcionamento

Cada nova vaga deverá estar vinculada ao planejamento de:

- Professores.
- Monitores e profissionais de apoio.
- Coordenação pedagógica.
- Cozinha.
- Limpeza.

- Segurança.
- Atendimento especializado.
- Alimentação e materiais.
- Manutenção.

A obra somente será considerada entregue quando estiver equipada, com profissionais disponíveis e data definida para receber as crianças.

9. Integrar creche, Saúde e assistência social

As unidades atuarão de forma articulada com UBSs e serviços sociais para acompanhar:

- Vacinação.
- Crescimento e desenvolvimento.
- Saúde bucal.
- Alimentação.
- Possíveis atrasos no desenvolvimento.
- Situações de violência ou abandono.
- Necessidades das crianças com deficiência.
- Apoio às famílias em vulnerabilidade.

A creche não substituirá a família, mas será uma rede de educação, cuidado e proteção.

10. Criar transparência sobre obras e vagas

Será implantado o Painel Primeira Vaga, com:

- Número de crianças aguardando.
- Vagas disponíveis.
- Convocações realizadas.
- Vagas criadas por região.
- Creches em construção.
- Percentual de execução das obras.
- Custos.
- Fontes de financiamento.
- Instituições parceiras.
- Valores pagos por criança.
- Resultados das inspeções.
- Previsão de entrega.

Prioridades territoriais

A abertura de vagas começará pelas regiões com maior demanda identificada na auditoria, considerando população infantil, vulnerabilidade social e distância até as unidades existentes.

A primeira etapa deverá contemplar especialmente:

- Sol Nascente/Pôr do Sol.
- Ceilândia.
- Samambaia.
- Recanto das Emas.
- Santa Maria.
- Gama.
- Itapoã.
- Paranoá.

- São Sebastião.
- Planaltina.
- Arapoanga.
- SCIA/Estrutural.
- Água Quente.
- Riacho Fundo II.
- Brazlândia.

Também serão planejadas soluções para comunidades rurais e regiões em crescimento urbano acelerado.

Custo estimado

Construção e ampliação das unidades públicas

Para aproximadamente 3 mil novas vagas públicas, o investimento preliminar será de:

R\$ 180 milhões a R\$ 260 milhões em quatro anos.

A estimativa inclui:

- Projetos.
- Obras.
- Equipamentos.
- Mobiliário.
- Cozinhas.
- Áreas externas.
- Acessibilidade.
- Tecnologia.
- Adequação dos terrenos.
- Ampliação de unidades existentes.

Como referência, as três unidades do Tipo 2 selecionadas pelo Novo PAC para o Distrito Federal possuem investimento total previsto de **R\$ 10,7 milhões** e capacidade conjunta de 282 vagas integrais.

O custo definitivo dependerá do tamanho das unidades, do valor dos terrenos, das condições das áreas e dos projetos executivos.

Parcerias para 4 mil vagas

Considerando o valor per capita mensal de **R\$ 1.085,92**, quatro mil vagas representam aproximadamente:

R\$ 52,1 milhões por ano, sem considerar futuros reajustes, vagas de berçário com custos diferenciados ou despesas extraordinárias.

Soluções complementares para mil vagas

Para adequação de imóveis públicos, locações, ampliações rápidas e outras soluções regionais:

R\$ 20 milhões a R\$ 40 milhões em investimentos iniciais.

Custo operacional permanente

A manutenção das 8 mil vagas poderá representar aproximadamente:

R\$ 110 milhões a R\$ 160 milhões por ano, após a implantação total.

Esse valor inclui pessoal, alimentação, materiais, manutenção e pagamentos às unidades parceiras. Será atualizado após a definição da proporção final entre vagas públicas e conveniadas.

Fontes de recursos

- Orçamento da Secretaria de Educação.
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
- Salário-educação.
- Novo PAC.
- FNDE.
- Transferências do Ministério da Educação.
- Emendas parlamentares.
- Operações de crédito para infraestrutura educacional.
- Compensações urbanísticas de grandes empreendimentos.
- Cessão de terrenos públicos.
- Reaproveitamento de imóveis do Distrito Federal.
- Economia obtida com revisão de contratos administrativos.
- Parcerias com instituições sem fins lucrativos.
- Contrapartidas de empresas, sem transferência indevida da responsabilidade pública.

O Novo PAC financia a construção de creches e pré-escolas e já selecionou três unidades para Brasília.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Criar a coordenação de expansão das vagas.
- Levantar todas as obras, terrenos e unidades com possibilidade de ampliação.
- Auditar as parcerias existentes.
- Identificar a demanda por região e faixa etária.
- Publicar o número inicial de crianças aguardando.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Apresentar o plano territorial das 8 mil vagas.
- Publicar o cronograma das primeiras obras.
- Selecionar os primeiros imóveis e terrenos.
- Abrir processo para ampliação das parcerias.
- Implantar o Painel Primeira Vaga.
- Atualizar os critérios de prioridade e convocação.
- Garantir protocolo rastreável para **100%** das inscrições.

PRIMEIRO ANO

- Criar pelo menos 2 mil novas vagas.
- Iniciar obras ou ampliações capazes de gerar outras 2.500 vagas.
- Reduzir em pelo menos **25%** a fila inicial, considerando a demanda auditada.
- Inspeccionar **100%** das instituições parceiras.
- Publicar mensalmente vagas, convocações e obras.
- Garantir que **100%** das novas vagas tenham profissionais e estrutura de funcionamento.

Segundo ano

- Alcançar pelo menos 4.500 novas vagas acumuladas.
- Entregar as primeiras novas creches públicas.
- Ampliar o atendimento nas regiões com maior demanda.

- Reduzir em pelo menos **45%** a fila inicial.

Terceiro ano

- Alcançar pelo menos 6.500 novas vagas acumuladas.
- Concluir a maior parte das obras previstas.
- Reduzir em pelo menos **60%** a fila inicial.
- Garantir atendimento prioritário às famílias em maior vulnerabilidade.

QUATRO ANOS

- Entregar 8 mil novas vagas em creches.
- Garantir que pelo menos 3 mil vagas sejam públicas.
- Manter **100%** das instituições parceiras sob fiscalização periódica.
- Garantir transparência sobre todas as inscrições e convocações.
- Reduzir em pelo menos **75%** a fila identificada no início do governo, sem considerar novas demandas surgidas pelo crescimento populacional.
- Garantir que nenhuma unidade seja inaugurada sem profissionais, alimentação, mobiliário e condições de funcionamento.
- Disponibilizar atendimento inclusivo às crianças com deficiência em todas as novas unidades.

Indicadores públicos

O Painel Primeira Vaga apresentará:

- Crianças inscritas.
- Crianças atendidas.
- Tempo médio de espera.
- Vagas por região.
- Vagas públicas e conveniadas.
- Obras em execução.
- Valor investido.
- Custo por vaga.
- Instituições parceiras.
- Inspeções realizadas.
- Convocações não respondidas.
- Profissionais por unidade.
- Frequência das crianças.
- Atendimento inclusivo.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“Criar 8 mil vagas não será apenas levantar paredes. Cada vaga terá sala, alimentação, profissionais, segurança e acompanhamento. A creche protege a criança, permite que mães e responsáveis trabalhem e ajuda a construir uma Brasília com mais igualdade desde o começo da vida.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

SEGURANÇA PÚBLICA PRESENTE, INTEGRADA E INTELIGENTE

Objetivo

Fortalecer a Segurança Pública do Distrito Federal com presença policial nos territórios, integração entre as forças, inteligência, tecnologia, prevenção à violência e valorização dos profissionais.

O governo terá como compromisso preservar os avanços alcançados nos crimes contra a vida e enfrentar com mais intensidade os delitos que atingem diretamente a rotina da população, como roubos, furtos, violência contra a mulher, crimes digitais, tráfico de drogas, invasões, vandalismo e atuação de organizações criminosas.

O Distrito Federal registrou, em 2024, taxa de 6,8 homicídios por 100 mil habitantes, a menor desde o início da série histórica, em 1977. Em fevereiro de 2026, foram registrados cinco homicídios, também o menor resultado para esse mês em toda a série. Os números reforçam que integração, inteligência e análise criminal funcionam e precisam ser aprofundadas.

Diagnóstico

A Segurança Pública do Distrito Federal conta com estrutura diferenciada e financiamento relevante do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Para 2026, a projeção apresentada durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias indicou aproximadamente **R\$ 12,72 bilhões** do Fundo Constitucional destinados à Segurança Pública.

Esse orçamento sustenta principalmente pessoal, custeio e funcionamento das forças. A prioridade proposta neste plano acrescentará investimentos em tecnologia, infraestrutura, equipamentos, proteção dos profissionais, integração operacional e prevenção.

Os dados criminais serão avaliados por região administrativa e por Região Integrada de Segurança Pública. A Secretaria de Segurança Pública já disponibiliza séries por território, permitindo que as decisões sejam baseadas na realidade de cada comunidade.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Implantar o Comando Integrado de Segurança

Será criado um sistema permanente de coordenação entre:

- Polícia Militar.
- Polícia Civil.
- Corpo de Bombeiros Militar.
- Polícia Penal.
- Detran.
- Defesa Civil.
- Administrações regionais.
- Saúde e assistência social.
- Órgãos federais, quando necessário.

- Guardas e forças dos municípios da RIDE, por meio de acordos de cooperação.

O objetivo será compartilhar informações, planejar operações e evitar que cada órgão trabalhe isoladamente.

O comando integrado funcionará com metas territoriais e acompanhamento diário dos principais indicadores.

2. Definir a missão de Sérgio Prado na Segurança

O vice-governador Sérgio Prado coordenará estrategicamente a integração da Segurança Pública.

Sua atuação incluirá:

- Reuniões periódicas com os comandantes e dirigentes.
- Acompanhamento das metas de redução criminal.
- Integração entre Segurança, Saúde e Defesa Civil.
- Cobrança da execução dos investimentos.
- Monitoramento das regiões com aumento de ocorrências.
- Articulação com o Governo Federal e os municípios do Entorno.
- Prestação de contas ao governador e à população.

O vice não substituirá os comandos das corporações nem o secretário de Segurança. Sua missão será garantir que os órgãos trabalhem juntos, que as decisões sejam executadas e que os resultados sejam apresentados com transparência.

3. Criar o programa Presença que Protege

O policiamento será planejado a partir de dados sobre:

- Crimes registrados.
- Horários de maior risco.
- Fluxo de pessoas.
- Transporte público.
- Escolas.
- Hospitais.
- Áreas comerciais.
- Parques e espaços públicos.
- Violência contra mulheres.
- Reclamações da comunidade.

As escalas e rotas serão adaptadas de acordo com a dinâmica de cada região.

A prioridade será aumentar a presença visível nos pontos de maior vulnerabilidade, sem abandonar a investigação e a inteligência.

4. Implantar o Cerco Inteligente do Distrito Federal

Será ampliada a rede integrada de videomonitoramento, leitura de placas e análise de imagens.

O sistema deverá alcançar:

- Entradas e saídas do Distrito Federal.
- Divisas com o Entorno.
- Terminais de transporte.
- Estações de metrô.
- Áreas comerciais.
- Hospitais e UPAs.
- Escolas e creches.

- Parques.
- Pontes e vias estratégicas.
- Locais com alta incidência criminal.

As câmeras serão conectadas a centros de monitoramento, com protocolos para identificação de veículos roubados, pessoas desaparecidas e ocorrências em andamento.

Como referência, uma intervenção na Ponte JK instalou 16 câmeras, 162 luminárias e 66 projetores dentro de um investimento total de **R\$ 831 mil**. O valor mostra que câmeras, iluminação e recuperação da infraestrutura podem ser contratadas de forma integrada, embora cada local precise de projeto próprio.

5. Integrar as câmeras públicas existentes

O governo realizará inventário de todas as câmeras pertencentes a:

- Segurança Pública.
- Detran.
- Metrô-DF.
- Rodoviária.
- Hospitais e UPAs.
- Escolas.
- Administrações regionais.
- Empresas públicas.
- Órgãos de trânsito.
- Parques e equipamentos públicos.

As imagens serão integradas dentro dos limites legais, com controle de acesso, registro das consultas e proteção dos dados.

As UPAs do Distrito Federal já iniciaram a implantação de sistemas próprios, com previsão de aproximadamente 40 câmeras por unidade. Esses equipamentos devem conversar com a estratégia geral de segurança, sem perder sua finalidade assistencial.

6. Fortalecer a investigação e a inteligência

O governo investirá em:

- Investigação de homicídios e crimes violentos.
- Combate ao crime organizado.
- Inteligência financeira.
- Crimes digitais.
- Fraudes contra idosos.
- Tráfico de drogas e armas.
- Roubo e receptação de veículos.
- Desmanches clandestinos.
- Lavagem de dinheiro.
- Crimes contra o patrimônio público.
- Violência doméstica e feminicídio.

Serão adquiridos equipamentos e ferramentas dentro da legislação, com autorização, auditoria e controle de uso.

O objetivo será identificar redes criminosas, alcançar financiadores e reduzir a reincidência, e não apenas realizar prisões pontuais.

7. Criar segurança específica para mulheres

Será ampliada a proteção às mulheres por meio de:

- Atendimento policial especializado.
- Resposta rápida para casos de alto risco.
- Monitoramento de agressores quando determinado judicialmente.
- Integração entre delegacias, Justiça, Saúde e assistência social.
- Acompanhamento das medidas protetivas.
- Patrulhamento preventivo.
- Canais discretos de denúncia.
- Abrigamento emergencial.
- Formação permanente dos profissionais.

Em 2025, o Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal recebeu parcela superior a **R\$ 1 milhão** do Fundo Nacional de Segurança Pública especificamente para o enfrentamento da violência contra a mulher. A proposta será garantir execução rápida e transparente desses recursos.

8. Retomar e modernizar o Esporte à Meia-Noite

O programa será retomado em regiões com maior vulnerabilidade e presença de jovens expostos à violência.

As atividades incluirão:

- Esporte.
- Cultura.
- Qualificação.
- Orientação profissional.
- Prevenção ao uso de drogas.
- Atendimento social.
- Apoio às famílias.
- Presença comunitária das forças de segurança.

O programa não será utilizado apenas como evento. Terá calendário permanente, profissionais responsáveis, controle de frequência e avaliação de resultados.

9. Proteger escolas, hospitais e transporte público

Será implantado o programa Caminho Público Seguro, reunindo:

- Policiamento em horários críticos.
- Iluminação.
- Câmeras.
- Botões de emergência.
- Rotas seguras.
- Fiscalização de áreas abandonadas.
- Combate ao comércio ilegal.
- Proteção de profissionais.
- Protocolos para situações de crise.

Escolas, hospitais, UPAs, terminais e estações terão planos próprios de segurança definidos conforme o risco.

10. Valorizar os profissionais da Segurança

A política de valorização contemplará:

- Equipamentos adequados.
- Viaturas em condições de uso.
- Formação continuada.
- Proteção individual.
- Apoio à saúde mental.
- Prevenção ao suicídio.
- Atendimento às famílias.
- Estruturas de descanso e alimentação.
- Redução da burocracia operacional.
- Reconhecimento por atuação técnica e resultados.
- Planejamento responsável de concursos e reposição dos efetivos.

A valorização não será apenas salarial. O profissional precisa de condições para trabalhar, proteção jurídica dentro da lei, atendimento de saúde e equipamentos confiáveis.

Obras e projetos estruturantes

- Implantar o Comando Integrado de Segurança e Proteção Civil.
- Criar o programa Presença que Protege, com metas territoriais.
- Implantar o Cerco Inteligente do Distrito Federal.
- Criar as Bases de Proteção Regional, com estruturas compartilhadas quando tecnicamente adequadas.
- Implantar o programa Caminho Público Seguro.
- Criar a Rede Escudo para Mulheres, integrando prevenção e resposta.
- Retomar e modernizar o Esporte à Meia-Noite.
- Implantar centros regionais de monitoramento e análise criminal.
- Modernizar delegacias, batalhões, unidades do Corpo de Bombeiros e estruturas da Polícia Penal.
- Reforçar a segurança nas divisas por meio do programa Divisa Protegida.

Prioridades territoriais

A distribuição dos investimentos será baseada nos dados criminais e nas necessidades de cada região.

As primeiras ações intensivas contemplarão áreas com grandes fluxos populacionais, vulnerabilidade social, corredores de transporte e registros relevantes de crimes contra o patrimônio ou violência.

Serão priorizadas:

- Ceilândia.
- Sol Nascente/Pôr do Sol.
- Samambaia.
- Taguatinga.
- Recanto das Emas.
- Santa Maria.
- Gama.
- Planaltina.
- Arapoanga.
- Paranoá.
- Itapoã.
- São Sebastião.
- SCIA/Estrutural.
- Fercal.
- Sobradinho e Sobradinho II.

As regiões centrais, comerciais, turísticas e administrativas também terão estratégias específicas, incluindo Plano Piloto, SIA, Guará, Águas Claras, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal e Núcleo Bandeirante.

Custo estimado

A prioridade terá investimento adicional preliminar de:

R\$ 450 milhões a R\$ 700 milhões em quatro anos.

Esse valor será destinado principalmente a:

- Videomonitoramento.
- Integração dos centros de comando.
- Viaturas e equipamentos.
- Modernização tecnológica.
- Proteção das escolas, hospitais e terminais.
- Reformas e adequações das unidades.
- Saúde e proteção dos profissionais.
- Programas de prevenção.
- Segurança nas divisas.
- Estruturas para o Esporte à Meia-Noite.

O valor não inclui a folha regular das corporações, financiada principalmente pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.

O custo definitivo será estabelecido após o inventário de câmeras, viaturas, prédios, sistemas, contratos e recursos já disponíveis.

Fontes de recursos

- Fundo Constitucional do Distrito Federal.
- Orçamento da Secretaria de Segurança Pública.
- Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal.
- Fundo Nacional de Segurança Pública.
- Fundo Penitenciário Nacional.
- Novo PAC e programas federais compatíveis.
- Emendas parlamentares.
- Recursos recuperados em ações de combate à corrupção e ao crime organizado.
- Alienação de bens apreendidos, conforme autorização legal.
- Convênios com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Financiamentos para modernização tecnológica.
- Parcerias entre órgãos públicos para compartilhamento de infraestrutura.
- Economia obtida com compras integradas e revisão de contratos.

O Fundo Nacional de Segurança Pública financia projetos de prevenção, equipamentos, capacitação, inteligência e enfrentamento à criminalidade. Em 2025, o Governo Federal empenhou **R\$ 1,166** bilhão para transferências aos estados e ao Distrito Federal.

O Distrito Federal também precisa melhorar a velocidade de execução dos recursos recebidos. Auditoria nacional divulgada em 2026 apontou bilhões de reais do Fundo Nacional ainda sem utilização pelos entes federativos.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Instalar a coordenação estratégica comandada pelo vice-governador.
- Levantar **100%** das câmeras, viaturas, sistemas e contratos.
- Publicar os indicadores criminais de cada região.
- Identificar os primeiros 50 pontos prioritários de intervenção.
- Apresentar plano emergencial para escolas, hospitais e terminais.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Colocar em funcionamento o Comando Integrado.
- Publicar as metas de segurança por território.
- Implantar a primeira etapa do painel público de indicadores.
- Integrar os primeiros sistemas de videomonitoramento.
- Apresentar o plano de saúde mental e proteção dos profissionais.
- Retomar o Esporte à Meia-Noite nas primeiras regiões.
- Publicar o plano de execução dos recursos dos fundos de segurança.

PRIMEIRO ANO

- Integrar pelo menos 2 mil câmeras públicas ao sistema central, após inventário e avaliação técnica.
- Implantar monitoramento em 100 pontos estratégicos.
- Retomar o Esporte à Meia-Noite em pelo menos 10 regiões administrativas.
- Reduzir em pelo menos **10%** os roubos nas áreas prioritárias, comparados à linha de base auditada.
- Reduzir em pelo menos **10%** os furtos de veículos nas áreas monitoradas.
- Garantir plano integrado de segurança para **100%** dos grandes terminais e estações prioritárias.
- Capacitar pelo menos **50%** dos profissionais operacionais nos novos protocolos de integração e tecnologia.
- Executar pelo menos **80%** dos recursos federais disponíveis para o exercício, respeitando os planos aprovados.

QUATRO ANOS

- Integrar pelo menos 5 mil câmeras públicas e pontos de monitoramento, condicionados ao inventário e à viabilidade técnica.
- Cobrir com leitura de placas os principais acessos e corredores do Distrito Federal.
- Reduzir em pelo menos **25%** os roubos nas regiões prioritárias.
- Reduzir em pelo menos **30%** os furtos e roubos de veículos nos corredores monitorados.
- Reduzir em pelo menos **20%** a reincidência de crimes patrimoniais identificados, por meio de investigação, inteligência e integração.
- Preservar a taxa de homicídios em patamar inferior a 7 por 100 mil habitantes, buscando redução adicional sustentável.
- Garantir protocolo integrado para **100%** dos casos classificados como alto risco de violência doméstica.
- Manter o Esporte à Meia-Noite em pelo menos 20 regiões administrativas.
- Modernizar as unidades prioritárias das forças de segurança.
- Garantir execução anual mínima de **90%** dos recursos disponíveis nos fundos, sem prejuízo da legalidade e do controle.
- Disponibilizar indicadores mensais de todas as regiões administrativas.

Indicadores públicos

O Painel Segurança Presente apresentará:

- Homicídios.
- Feminicídios.
- Roubos.
- Furtos.
- Crimes contra veículos.
- Violência doméstica.
- Crimes digitais.
- Tempo de resposta.
- Ocorrências por região.
- Prisões e investigações concluídas.
- Armas e veículos recuperados.
- Câmeras em funcionamento.
- Viaturas disponíveis.
- Recursos recebidos e executados.
- Metas territoriais.
- Resultados dos programas preventivos.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“Brasília já demonstrou que integração, inteligência e trabalho profissional reduzem a violência. Nosso governo vai preservar o que funciona e avançar onde a população ainda sente medo. Sérgio Prado terá missão definida: reunir as forças, acompanhar os indicadores e garantir presença, tecnologia e resposta rápida em todas as regiões. Segurança será comandada com experiência, disciplina e resultado.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INFRAESTRUTURA URBANA

Objetivo

Atender pelo menos 20 mil famílias em quatro anos, combinando construção de moradias, regularização fundiária, melhoria habitacional e urbanização de comunidades.

A meta será dividida em:

- 6 mil novas unidades habitacionais contratadas ou entregues.
- 8 mil escrituras, títulos ou processos de regularização concluídos.
- 6 mil moradias beneficiadas por reformas, acessibilidade ou melhorias sanitárias.

O compromisso não será apenas entregar uma chave ou um documento. Cada projeto deverá considerar água, esgoto, drenagem, iluminação, transporte, escola, creche, unidade de saúde e acesso ao emprego.

Diagnóstico

O problema habitacional do Distrito Federal exige soluções diferentes para situações diferentes.

Existem famílias:

- Sem moradia própria.
- Pagando aluguel que compromete grande parte da renda.
- Vivendo em ocupações sem regularização.
- Com moradias construídas, mas sem escritura.
- Em imóveis com problemas estruturais, sanitários ou de acessibilidade.
- Aguardando atendimento em cadastros habitacionais.
- Morando longe dos empregos e dos serviços públicos.

O Minha Casa, Minha Vida possui modalidades subsidiadas para as famílias de menor renda e linhas financiadas para diferentes faixas. Em 2026, o programa passou a considerar, na produção subsidiada, famílias urbanas com renda mensal de até **R\$ 3,2 mil**, além de faixas financiadas que chegam a rendas mais elevadas.

O novo ciclo do MCMV com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial prevê 110 mil unidades urbanas no país, priorizando propostas localizadas próximas a equipamentos públicos e serviços urbanos. O Distrito Federal deverá apresentar terrenos e projetos tecnicamente prontos para disputar esses recursos.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Realizar auditoria do cadastro habitacional

Nos primeiros 100 dias, o governo revisará o cadastro para identificar:

- Famílias realmente habilitadas.
- Inscrições duplicadas.
- Renda e composição familiar.

- Pessoas com deficiência.
- Mulheres responsáveis pela família.
- Idosos.
- Famílias em áreas de risco.
- Tempo de espera.
- Região onde a família vive e trabalha.
- Modalidade habitacional adequada para cada caso.

Cada família terá protocolo e poderá acompanhar sua situação.

A ordem de atendimento não poderá ser alterada sem justificativa registrada e critérios públicos.

2. Criar 6 mil novas unidades habitacionais

A produção será dividida entre:

- Moradias subsidiadas para famílias de menor renda.
- Financiamentos com subsídio para entrada.
- Projetos em terrenos públicos.
- Parcerias com o Governo Federal.
- Empreendimentos de entidades habitacionais fiscalizadas.
- Reaproveitamento de imóveis públicos adequados.
- Locação social para situações específicas.

O programa Minha Casa, Minha Vida permite que estados, municípios e o Distrito Federal aportem contrapartidas para reduzir ou eliminar a entrada exigida das famílias financiadas.

3. Criar o Entrada que Cabe

Será criado um subsídio distrital complementar para ajudar famílias que conseguem pagar uma prestação, mas não possuem dinheiro para a entrada.

O benefício será definido de acordo com:

- Renda familiar.
- Número de dependentes.
- Valor do imóvel.
- Capacidade de pagamento.
- Subsídio federal ou do FGTS já recebido.
- Localização do empreendimento.
- Condição de primeira moradia.

O recurso será pago diretamente na operação habitacional, nunca entregue livremente ao beneficiário.

4. Regularizar 8 mil imóveis

Será implantada uma força-tarefa entre:

- Secretaria de Habitação.
- Codhab.
- Terracap.
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
- Administrações regionais.
- Cartórios.
- Órgãos ambientais.
- Defensoria Pública e órgãos jurídicos, quando necessário.

Cada área terá um plano com:

- Situação dominial.
- Levantamento topográfico.
- Cadastro das famílias.
- Estudos ambientais.
- Projeto urbanístico.
- Obras necessárias.
- Cronograma de titulação.
- Responsável por cada etapa.

A regularização não será tratada apenas como entrega de escritura. Quando necessário, deverá incluir infraestrutura e correção de riscos urbanos ou ambientais.

5. Criar o Documento da Minha Casa

O cidadão poderá acompanhar digitalmente todas as etapas da regularização:

- Cadastro.
- Análise documental.
- Levantamento do lote.
- Aprovação urbanística.
- Licenciamento ambiental.
- Emissão do título.
- Registro em cartório.
- Pendências existentes.

O sistema mostrará o órgão responsável e o prazo estimado de cada processo.

6. Reformar 6 mil moradias

Será implantado o programa Casa Segura por Dentro, destinado a famílias de baixa renda que já possuem moradia, mas vivem com:

- Infiltrações.
- Instalações elétricas perigosas.
- Falta de banheiro adequado.
- Problemas no telhado.
- Ausência de acessibilidade.
- Ventilação insuficiente.
- Estruturas comprometidas.
- Ligações precárias de água e esgoto.

O atendimento poderá incluir:

- Material de construção.
- Assistência técnica.
- Mão de obra credenciada.
- Reforma de banheiro.
- Cobertura.
- Instalações elétricas e hidráulicas.
- Adaptação para pessoas com deficiência e idosos.
- Eficiência energética.

O programa federal Reforma Casa Brasil oferece financiamento para materiais, mão de obra, acessibilidade, segurança e melhoria das condições habitacionais, com recursos do Fundo Social. O Distrito Federal buscará integrar essa linha ao atendimento local.

7. Priorizar moradia perto de emprego e transporte

Novos empreendimentos deverão ser avaliados conforme a proximidade de:

- Transporte coletivo.
- Escolas e creches.
- UBSs.
- Comércio.
- Empregos.
- Redes de água e esgoto.
- Vias de acesso.
- Equipamentos de assistência social.

Não será aceitável produzir grandes conjuntos isolados, obrigando famílias a enfrentar horas de deslocamento e viver sem serviços básicos.

Essa orientação está alinhada ao novo processo do MCMV-FAR, que prioriza terrenos próximos a equipamentos públicos e serviços urbanos.

8. Implantar infraestrutura antes ou junto das moradias

Cada empreendimento terá matriz de responsabilidade definindo quem executará:

- Água.
- Esgoto.
- Drenagem.
- Pavimentação.
- Iluminação.
- Calçadas.
- Transporte.
- Escola.
- Creche.
- Saúde.
- Coleta de resíduos.
- Áreas de esporte e convivência.

A unidade não será considerada plenamente entregue enquanto a infraestrutura essencial prevista no projeto não estiver disponível.

9. Utilizar imóveis públicos ociosos

Será realizado inventário de:

- Terrenos sem utilização.
- Prédios públicos desocupados.
- Estruturas abandonadas.
- Áreas próximas ao transporte coletivo.
- Imóveis que possam receber locação social ou adaptação residencial.

Cada imóvel será analisado tecnicamente. Não serão realizadas conversões em áreas inadequadas, contaminadas, isoladas ou sem infraestrutura.

10. Combater invasões organizadas e proteger famílias vulneráveis

O governo distinguirá:

- Famílias em necessidade habitacional.
- Ocupações consolidadas passíveis de regularização.

- Áreas de risco ou proteção ambiental.
- Parcelamentos clandestinos.
- Grupos que comercializam terrenos públicos ilegalmente.

Famílias vulneráveis receberão atendimento social e habitacional. Organizadores de invasões e vendedores ilegais de terras públicas serão investigados e responsabilizados.

Prioridades territoriais

A produção habitacional, a regularização e as melhorias serão distribuídas conforme cadastro, viabilidade urbanística e demanda.

As primeiras frentes deverão contemplar:

- Sol Nascente/Pôr do Sol.
- Ceilândia.
- Samambaia.
- Recanto das Emas.
- Riacho Fundo II.
- Água Quente.
- Santa Maria.
- São Sebastião.
- Itapoã.
- Paranoá.
- Planaltina.
- Arapoanga.
- Sobradinho II.
- Fercal.
- SCIA/Estrutural.
- Brazlândia.

Também serão analisadas situações de regularização e melhoria em Vicente Pires, Arniqueira, Jardim Botânico, áreas rurais e demais territórios com processos pendentes.

Custo estimado

Produção de 6 mil unidades

Considerando valores médios nacionais das modalidades habitacionais e as diferenças de terreno, infraestrutura e padrão construtivo, o custo bruto preliminar será de:

R\$ 1,05 bilhão a R\$ 1,35 bilhão.

Como referência nacional, a carteira do Novo PAC para um milhão de unidades da Faixa 1 representa aproximadamente **R\$ 183 bilhões**, média próxima de **R\$ 183 mil** por unidade. Esse valor é apenas uma referência e não substitui os orçamentos dos projetos do Distrito Federal.

A maior parte do custo deverá ser financiada por recursos federais, FGTS, Fundo de Arrendamento Residencial, financiamentos habitacionais e participação das famílias conforme a renda.

Contrapartida do Distrito Federal

A exposição distrital estimada para terrenos, infraestrutura, subsídio de entrada e contrapartidas será de:

R\$ 300 milhões a R\$ 500 milhões em quatro anos.

Esse valor poderá ser reduzido com cessão de terrenos públicos e captação federal.

Regularização de 8 mil imóveis

Estimativa preliminar:

R\$ 80 milhões a R\$ 140 milhões.

O valor inclui estudos, projetos, levantamentos, licenciamento, assistência jurídica, registros e intervenções urbanas pontuais.

Grandes obras de saneamento, drenagem e pavimentação serão orçadas separadamente nos projetos de infraestrutura.

Melhoria de 6 mil moradias

Estimativa preliminar:

R\$ 90 milhões a R\$ 180 milhões.

O investimento médio poderá variar entre **R\$ 15 mil** e **R\$ 30 mil** por residência, conforme o tipo de intervenção.

Investimento distrital total estimado

O orçamento próprio e as contrapartidas do Distrito Federal deverão ficar entre:

R\$ 470 milhões e R\$ 820 milhões em quatro anos.

O investimento total mobilizado, somando União, FGTS, financiamentos e recursos distritais, poderá superar **R\$ 1,5** bilhão.

Os valores serão atualizados após auditoria dos terrenos, projetos, contratos e cadastros.

Fontes de recursos

- Minha Casa, Minha Vida.
- Fundo de Arrendamento Residencial.
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.
- Fundo Social.
- Novo PAC.
- Orçamento do Distrito Federal.
- Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social.
- Terrenos públicos da Codhab, Terracap e Distrito Federal.
- Financiamentos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.
- BRB, após sua recuperação e respeitados os limites prudenciais.
- Emendas parlamentares.
- Compensações urbanísticas.
- Contrapartidas de empreendimentos.
- Recuperação de áreas e imóveis públicos ociosos.
- Pagamentos proporcionais das famílias com capacidade financeira.

O Governo Federal utiliza recursos do Orçamento Geral da União, FAR, FGTS, Fundo Social e outras fontes para produção, financiamento e melhoria habitacional.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Instalar a coordenação da prioridade habitacional.
- Auditar o cadastro de famílias.
- Levantar terrenos, imóveis públicos e projetos existentes.

- Mapear as áreas em regularização.
- Identificar obras habitacionais paradas.
- Suspender alterações sem justificativa na ordem do cadastro.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Publicar a demanda habitacional por região e faixa de renda.
- Apresentar a carteira inicial de terrenos e projetos.
- Implantar o acompanhamento digital do cadastro.
- Selecionar as primeiras 2 mil famílias para análise habitacional.
- Definir as primeiras áreas da força-tarefa de regularização.
- Apresentar o regulamento do Entrada que Cabe.
- Publicar o cronograma do Casa Segura por Dentro.

PRIMEIRO ANO

- Contratar ou entregar pelo menos 1.500 unidades habitacionais.
- Concluir pelo menos 2 mil títulos ou processos de regularização.
- Atender pelo menos 1.500 moradias com reformas e melhorias.
- Protocolar propostas para captação federal.
- Garantir que **100%** dos novos empreendimentos tenham matriz de infraestrutura.
- Publicar todos os beneficiários, critérios, custos e obras, preservando dados pessoais protegidos.

Segundo ano

- Alcançar 3 mil unidades contratadas ou entregues.
- Alcançar 4 mil regularizações concluídas.
- Alcançar 3 mil melhorias habitacionais.
- Implantar os primeiros projetos de locação social ou reaproveitamento de imóveis públicos.

Terceiro ano

- Alcançar 4.500 unidades contratadas ou entregues.
- Alcançar 6 mil regularizações concluídas.
- Alcançar 4.500 melhorias habitacionais.
- Garantir infraestrutura essencial nos empreendimentos entregues.

QUATRO ANOS

- Contratar ou entregar 6 mil novas unidades habitacionais.
- Concluir 8 mil escrituras, títulos ou processos de regularização.
- Beneficiar 6 mil residências com reformas ou melhorias.
- Atender diretamente pelo menos 20 mil famílias.
- Garantir acompanhamento digital de **100%** do cadastro.
- Evitar empreendimentos novos sem água, esgoto, iluminação e acesso ao transporte.
- Destinar pelo menos **50%** das unidades subsidiadas às famílias da menor faixa de renda.
- Garantir prioridade legal às mulheres responsáveis pela família, pessoas com deficiência, idosos e famílias em áreas de risco.
- Manter publicação integral dos critérios de seleção e dos resultados.

Indicadores públicos

O Painel Moradia com Respeito apresentará:

- Famílias cadastradas.

- Tempo de espera.
- Unidades contratadas.
- Unidades em obras.
- Unidades entregues.
- Custo por empreendimento.
- Fonte dos recursos.
- Terrenos utilizados.
- Títulos emitidos.
- Registros concluídos.
- Moradias reformadas.
- Infraestrutura disponível.
- Beneficiários por faixa de renda.
- Cronograma e percentual de execução.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“Habitação não será sorteio, favor político nem entrega de apartamento sem escola, transporte e saneamento. Vamos abrir o cadastro, construir onde houver infraestrutura, ajudar quem consegue financiar, regularizar quem espera há anos e reformar a casa de quem vive em situação precária. Moradia digna começa com endereço, documento, serviço público e respeito.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

EMPREGO, ENERGIA SOLAR E ELETROMOBILIDADE

Objetivo

Transformar Brasília em referência nacional na geração de empregos ligados à energia limpa, à mobilidade elétrica, à tecnologia e à nova indústria.

O governo trabalhará para atrair empresas, qualificar trabalhadores, reduzir o custo da energia pública, ampliar a infraestrutura de recarga e facilitar a adoção de veículos elétricos e híbridos.

A meta central será gerar ou viabilizar 50 mil oportunidades de trabalho e renda em quatro anos, sendo pelo menos:

- 20 mil empregos formais atraídos ou criados por novos investimentos.
- 15 mil trabalhadores qualificados e encaminhados ao mercado.
- 10 mil pequenos empreendedores apoiados.
- 5 mil oportunidades ligadas diretamente à energia solar, eletromobilidade e economia verde.

Diagnóstico

O Distrito Federal possui mercado consumidor relevante, elevada concentração de serviços, universidades, centros de pesquisa, órgãos públicos e localização estratégica no centro do país.

Apesar dessas vantagens, Brasília ainda depende fortemente do setor público e do comércio. É necessário diversificar a economia e criar empregos de qualidade nas regiões administrativas.

A política nacional para o setor automotivo já caminha em direção à descarbonização. O Programa Mobilidade Verde e Inovação, Mover, apoia investimentos em eficiência energética, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção de veículos menos poluentes e integração das empresas às cadeias produtivas.

O programa federal prevê créditos financeiros para empresas que realizem investimentos em pesquisa, desenvolvimento e produção no país. O volume nacional de incentivos programados supera **R\$ 19 bilhões** entre 2024 e 2028.

Brasília deverá aproveitar essa transformação para atrair empresas de componentes, software, baterias, carregadores, manutenção, reciclagem, energia solar e serviços relacionados à mobilidade sustentável.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Criar o programa Brasília Produz Futuro

Será implantada uma política de atração de investimentos voltada para:

- Energia solar.
- Carregadores elétricos.
- Baterias e armazenamento de energia.
- Componentes para veículos elétricos.
- Software automotivo.
- Gestão de frotas.

- Reciclagem de baterias.
- Manutenção especializada.
- Fabricação de equipamentos eletrônicos.
- Centros de pesquisa e desenvolvimento.
- Serviços digitais.
- Logística sustentável.

As empresas interessadas deverão apresentar investimento, empregos, salários, prazo de implantação e contrapartidas.

Não haverá benefício fiscal sem geração comprovada de atividade econômica.

2. Criar o Distrito de Tecnologia Limpa

Será estruturado um polo econômico para receber empresas de energia, tecnologia e mobilidade sustentável.

O polo poderá ser instalado em área com acesso viário, energia, conectividade e possibilidade de expansão, considerando regiões como:

- SIA.
- SCIA.
- Ceilândia.
- Samambaia.
- Santa Maria.
- Gama.
- Sobradinho.
- Planaltina.
- Áreas de desenvolvimento econômico já existentes.

O governo não começará obrigatoriamente com uma nova área. Primeiro serão recuperados terrenos, galpões e polos econômicos que já possuem infraestrutura e permanecem subutilizados.

3. Criar a Rede Brasília Carrega

Será implantada uma rede de recarga para veículos elétricos em pontos estratégicos:

- Estacionamentos públicos.
- Hospitais.
- Unidades administrativas.
- Terminais de transporte.
- Estações de metrô.
- Parques.
- Áreas comerciais.
- Regiões turísticas.
- Rodovias distritais.
- Pontos de ligação com o Entorno.

A rede deverá combinar:

- Pontos públicos.
- Concessões privadas.
- Parcerias com estacionamentos.
- Recarga rápida.
- Recarga convencional.
- Pontos abastecidos por energia solar.

- Tarifas transparentes.
- Aplicativo com localização e disponibilidade.

O governo poderá constituir empresa pública ou utilizar estrutura pública já existente para organizar a rede, desde que estudo técnico demonstre vantagem econômica.

A prioridade será evitar a criação de uma nova empresa com cargos e despesas desnecessárias.

4. Implantar as Estações Sol e Movimento

Serão instaladas estruturas que combinem:

- Cobertura solar.
- Geração de energia.
- Recarga de veículos.
- Iluminação.
- Segurança.
- Estacionamento.
- Bicicletários.
- Integração com ônibus e metrô.

As primeiras unidades serão implantadas em locais de grande circulação e permanência prolongada dos veículos.

O excedente de energia poderá reduzir despesas dos próprios equipamentos públicos, conforme as regras do setor elétrico.

A Agência Nacional de Energia Elétrica mantém base nacional atualizada sobre micro e minigeração distribuída, permitindo que o governo acompanhe a expansão solar e planeje as políticas com dados reais.

5. Ampliar energia solar nos prédios públicos

Será realizado levantamento do consumo e do potencial de instalação em:

- Escolas.
- Creches.
- Hospitais.
- UPAs.
- UBSs.
- Delegacias.
- Batalhões.
- Prédios administrativos.
- Terminais.
- Estações.
- Equipamentos esportivos.

A implantação poderá ocorrer por:

- Investimento público.
- Contratos de desempenho.
- Locação de sistemas.
- Parcerias público-privadas.
- Geração compartilhada.
- Financiamento com pagamento pela economia obtida.

A contratação deverá garantir que o custo total seja menor do que a despesa de energia evitada.

6. Criar incentivos para veículos menos poluentes

O governo enviará proposta para estabelecer incentivos temporários e progressivos, observando a responsabilidade fiscal.

Serão avaliadas medidas como:

- Redução ou isenção temporária de IPVA.
- Redução de taxas distritais.
- Condições especiais para frotas de táxi e aplicativo.
- Incentivos para empresas que substituam frotas.
- Benefícios vinculados à instalação de carregadores.
- Estacionamento diferenciado em pontos de recarga.
- Crédito para aquisição por trabalhadores.

A política será revisada periodicamente. Quanto mais acessíveis os veículos se tornarem, menor deverá ser o incentivo público por unidade.

O programa federal Move Brasil criou linha de crédito para taxistas e motoristas de aplicativos adquirirem veículos novos sustentáveis, incluindo modelos elétricos e híbridos, com valor de até **R\$ 150 mil**.

O Distrito Federal buscará integrar os incentivos locais a essas linhas, sem duplicar benefícios.

7. Apoiar entregadores e trabalhadores sobre duas rodas

Será criado um programa específico para:

- Motocicletas elétricas.
- Bicicletas elétricas.
- Ciclomotores.
- Troca de baterias.
- Pontos de recarga.
- Equipamentos de proteção.
- Capacitação e manutenção.

O Governo Federal já criou linha de crédito para motociclistas, ciclistas profissionais, entregadores e trabalhadores de aplicativos comprarem veículos elétricos ou de menor impacto ambiental, além de prever apoio à expansão de pontos de recarga e troca de baterias.

O governo distrital atuará na divulgação, no cadastramento e na complementação das garantias quando houver viabilidade jurídica e financeira.

8. Eletrificar gradualmente a frota pública

A renovação da frota do Distrito Federal priorizará:

- Veículos administrativos.
- Automóveis de fiscalização.
- Veículos de serviços urbanos.
- Ônibus.
- Vans.
- Veículos leves de empresas públicas.

A substituição ocorrerá primeiro nas rotas em que o custo total de aquisição, energia e manutenção seja menor ou equivalente ao modelo convencional.

A renovação dos ônibus poderá utilizar o Novo PAC Mobilidade Urbana Sustentável, que admite financiamento para veículos elétricos, equipamentos e sistemas embarcados do transporte coletivo.

9. Criar o programa Profissão Energia Limpa

Serão oferecidos cursos em parceria com:

- Institutos federais.
- Escolas técnicas.
- Universidades.
- Senai.
- Empresas.
- Centros de pesquisa.
- Organizações profissionais.

Os cursos incluirão:

- Instalação de painéis solares.
- Manutenção de sistemas fotovoltaicos.
- Eletricidade veicular.
- Manutenção de veículos elétricos e híbridos.
- Instalação de carregadores.
- Gestão de baterias.
- Segurança elétrica.
- Software e telemetria.
- Reciclagem de componentes.
- Gestão de energia.

Os cursos serão direcionados especialmente a jovens, desempregados, mulheres, profissionais em transição de carreira e moradores das regiões com menor oferta de empregos.

10. Criar empregos perto das moradias

Os incentivos serão territorializados para reduzir a concentração de empregos no Plano Piloto.

Empresas que se instalarem ou ampliarem atividades nas regiões administrativas poderão receber prioridade em programas de:

- Regularização de áreas econômicas.
- Infraestrutura.
- Licenciamento.
- Capacitação de trabalhadores.
- Crédito.
- Incentivos tributários condicionados.
- Conectividade.
- Transporte.

A empresa beneficiada deverá contratar parte da mão de obra entre moradores da própria região ou de localidades próximas, respeitando a qualificação necessária e a legislação.

Recuperação das áreas econômicas

Antes de criar novos polos, o governo realizará intervenções nas Áreas de Desenvolvimento Econômico existentes.

As ações incluirão:

- Regularização de lotes.
- Pavimentação.
- Iluminação.

- Drenagem.
- Segurança.
- Transporte público.
- Internet de alta velocidade.
- Sinalização.
- Simplificação das licenças.
- Combate ao abandono e à ocupação irregular.

Cada área terá plano de ocupação, setores prioritários e metas de empregos.

Incentivos com contrapartidas

Toda empresa que receber incentivo relevante deverá assumir compromissos de:

- Investimento mínimo.
- Número de empregos.
- Prazo de implantação.
- Permanência no Distrito Federal.
- Qualificação da mão de obra.
- Regularidade trabalhista.
- Responsabilidade ambiental.
- Divulgação dos benefícios recebidos.
- Devolução proporcional em caso de descumprimento.

A concessão e os resultados serão publicados no Painel Emprego que Chega.

Custo estimado

Infraestrutura econômica e atração de empresas

R\$ 250 milhões a R\$ 400 milhões em quatro anos.

O valor inclui recuperação de áreas econômicas, infraestrutura, conectividade, estudos, projetos e apoio à implantação de empresas.

Rede pública e compartilhada de recarga

Para implantação de aproximadamente 500 pontos públicos ou viabilizados por concessão:

R\$ 70 milhões a R\$ 150 milhões.

O custo dependerá da quantidade de carregadores rápidos, obras elétricas, conexão à rede, terrenos e participação privada.

A meta não significa que todos os pontos serão comprados diretamente pelo governo. Parte será implantada por concessionárias, empresas, estacionamentos e investidores privados.

Energia solar em prédios públicos

Para instalação ou contratação de capacidade equivalente em pelo menos 300 unidades:

R\$ 250 milhões a R\$ 450 milhões.

O pagamento poderá ser distribuído ao longo dos contratos e compensado pela economia na conta de energia.

Qualificação profissional

Para qualificar 15 mil trabalhadores:

R\$ 60 milhões a R\$ 100 milhões em quatro anos.

O custo médio estimado será de **R\$ 4 mil a R\$ 6,7 mil** por trabalhador, conforme a duração e a complexidade do curso.

Incentivos e crédito

A renúncia fiscal e os fundos de garantia terão limite inicial de:

Até **R\$ 100 milhões** por ano.

O benefício somente será ampliado se houver demonstração de retorno por meio de empregos, investimentos, arrecadação e desenvolvimento tecnológico.

Investimento público total estimado

A exposição distrital preliminar será de:

R\$ 600 milhões a R\$ 1 bilhão em quatro anos.

O investimento total mobilizado, somando empresas, financiamentos, concessões e programas federais, deverá superar **R\$ 2 bilhões**.

Fontes de recursos

- Orçamento do Distrito Federal.
- Fundos de desenvolvimento econômico.
- Programa Mover.
- Move Brasil.
- Novo PAC.
- Fundo Clima.
- BNDES.
- Finep.
- Caixa Econômica Federal.
- Banco do Brasil.
- BRB, após a recuperação financeira e dentro dos limites prudenciais.
- Fundos constitucionais e regionais compatíveis.
- Concessões e parcerias público-privadas.
- Contratos de desempenho energético.
- Investimentos das distribuidoras e empresas privadas.
- Emendas parlamentares.
- Recursos de pesquisa e inovação.
- Economia gerada pela redução do consumo de energia pública.
- Receitas dos serviços de recarga.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Instalar a coordenação de atração de investimentos.
- Mapear todas as áreas econômicas e terrenos disponíveis.
- Inventariar o consumo de energia dos prédios públicos.
- Identificar locais prioritários para recarga.
- Levantar cursos, instituições e mão de obra disponível.
- Publicar os incentivos econômicos já existentes.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Apresentar o plano do Distrito de Tecnologia Limpa.

- Lançar o programa Brasília Produz Futuro.
- Publicar o mapa inicial da Rede Brasília Carrega.
- Selecionar os primeiros 50 prédios para projetos solares.
- Abrir as primeiras 3 mil vagas de qualificação.
- Apresentar o projeto de incentivos para veículos sustentáveis.
- Publicar regras de contrapartidas para empresas beneficiadas.

PRIMEIRO ANO

- Atrair ou viabilizar pelo menos **R\$ 400 milhões** em investimentos privados.
- Criar ou encaminhar para contratação pelo menos 8 mil trabalhadores.
- Qualificar pelo menos 5 mil pessoas.
- Instalar ou viabilizar 100 pontos de recarga.
- Implantar energia solar ou contratação equivalente em 50 prédios públicos.
- Recuperar infraestrutura de pelo menos três áreas econômicas.
- Apoiar pelo menos 2 mil empreendedores.
- Iniciar a substituição de veículos leves da frota pública.

Segundo ano

- Alcançar 20 mil oportunidades de trabalho e renda acumuladas.
- Alcançar 200 pontos de recarga.
- Implantar energia solar em 120 prédios públicos.
- Atrair pelo menos 20 empresas de tecnologia limpa ou mobilidade.
- Qualificar 8 mil trabalhadores acumulados.
- Apoiar 4 mil empreendedores acumulados.

Terceiro ano

- Alcançar 35 mil oportunidades de trabalho e renda acumuladas.
- Alcançar 350 pontos de recarga.
- Implantar energia solar em 220 prédios públicos.
- Qualificar 12 mil trabalhadores acumulados.
- Apoiar 7 mil empreendedores acumulados.
- Atrair ou viabilizar pelo menos **R\$ 1,3** bilhão em investimentos privados acumulados.

QUATRO ANOS

- Gerar ou viabilizar 50 mil oportunidades de trabalho e renda.
- Atrair pelo menos **R\$ 2 bilhões** em investimentos públicos e privados.
- Criar ou viabilizar 20 mil empregos formais.
- Qualificar 15 mil trabalhadores.
- Apoiar 10 mil pequenos empreendedores.
- Gerar pelo menos 5 mil oportunidades ligadas à economia verde.
- Instalar ou viabilizar 500 pontos públicos e privados de recarga.
- Implantar energia solar ou contratação equivalente em pelo menos 300 prédios públicos.
- Reduzir em pelo menos **20%** a despesa de energia das unidades contempladas.
- Atrair pelo menos 40 empresas de energia, tecnologia ou eletromobilidade.
- Renovar pelo menos **30%** da frota pública leve com veículos de menor emissão, condicionada à viabilidade econômica.
- Implantar ônibus elétricos ou de baixa emissão em corredores prioritários.
- Recuperar a infraestrutura de pelo menos dez áreas econômicas.

- Garantir que **100%** dos incentivos relevantes tenham metas e prestação pública de contas.

Indicadores públicos

O Painel Emprego que Chega apresentará:

- Empresas atraídas.
- Investimentos anunciados e executados.
- Empregos prometidos e efetivamente criados.
- Salário médio das vagas.
- Trabalhadores qualificados.
- Pessoas contratadas após os cursos.
- Empreendedores atendidos.
- Benefícios fiscais concedidos.
- Arrecadação gerada.
- Pontos de recarga instalados.
- Veículos elétricos da frota pública.
- Prédios com energia solar.
- Economia de energia.
- Áreas econômicas recuperadas.
- Metas cumpridas por empresa beneficiada.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“Brasília não pode depender apenas do serviço público e do comércio. Vamos usar nosso potencial de tecnologia, energia solar e mobilidade elétrica para atrair empresas e criar empregos perto das pessoas. Incentivo será dado a quem investir, contratar e produzir. O futuro sustentável também precisa gerar renda e oportunidade para quem vive no Distrito Federal.”

PRIORIDADE DE TRANSIÇÃO

GOVERNO TRANSPARENTE, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE DAS OBRAS PÚBLICAS

Objetivo

Implantar um governo em que a população consiga acompanhar, em tempo real, quanto o Distrito Federal arrecada, onde o dinheiro é aplicado, quais empresas recebem recursos públicos, como estão as obras e se as metas prometidas estão sendo cumpridas.

A transparência deixará de ser apenas a publicação de arquivos técnicos em diferentes páginas. As informações serão organizadas de forma simples, visual, comparável e acessível pelo celular, pela internet e por painéis físicos.

O compromisso central será:

- Transparência em tempo real.
- Prevenção antes do prejuízo.
- Dados abertos e integrados.
- Fiscalização permanente dos contratos.
- Controle físico e financeiro das obras.
- Proteção aos denunciantes de boa-fé.
- Responsabilização de agentes públicos e empresas.
- Prestação de contas diretamente à população.

Diagnóstico

O Distrito Federal já possui Portal da Transparência, sistemas de acesso à informação, dados abertos e mecanismos de controle. O portal permite acompanhar receitas, despesas e execução orçamentária. Em julho de 2026, apresentava orçamento autorizado de aproximadamente **R\$ 46,97 bilhões**, com diferentes estágios de empenho, liquidação e pagamento. O desafio é transformar esse volume de dados em informação compreensível, integrada e útil para o controle diário.

O sistema distrital de acesso à informação registra mais de 92 mil pedidos, índice de resposta de **99%** e tempo médio próximo de nove dias. Esses resultados devem ser preservados e ampliados com mais transparência ativa, reduzindo a necessidade de o cidadão solicitar informações que deveriam estar disponíveis automaticamente.

As auditorias recentes também demonstram a necessidade de aprimorar o acompanhamento das obras e dos recursos públicos. Em fiscalização de uma obra viária no Noroeste, o Tribunal de Contas do Distrito Federal identificou pagamentos acima dos quantitativos previstos, falhas no controle de qualidade, reajustes irregulares e atrasos.

Outra auditoria apontou fragilidades de planejamento, rastreamento e transparência em transferências especiais. No Distrito Federal, apenas **7,2%** dos **R\$ 37,3 milhões** analisados referentes a 2024 haviam sido efetivamente executados.

O problema, portanto, não é apenas falta de dinheiro. É necessário melhorar planejamento, controle, execução, fiscalização e apresentação dos resultados.

O que o governo Elisson e Sérgio fará

1. Implantar o Painei Brasília em Tempo Real

Será criado um painel único para apresentar:

- Receitas arrecadadas.
- Despesas autorizadas.
- Valores empenhados, liquidados e pagos.
- Contratos.
- Fornecedores.
- Obras.
- Convênios.
- Emendas parlamentares.
- Filas de serviços públicos.
- Metas de governo.
- Indicadores por secretaria.
- Resultados por região administrativa.

O painel será atualizado automaticamente a partir dos sistemas oficiais.

O cidadão poderá consultar por:

- Secretaria.
- Empresa.
- Obra.
- Região administrativa.
- Programa.
- Tipo de despesa.
- Fonte do recurso.
- Período.
- Número do contrato.
- CNPJ do fornecedor.

2. Instalar painéis físicos de transparência

Serão implantados painéis de acompanhamento em locais de grande circulação e nas principais estruturas do governo.

Os primeiros painéis estarão:

- No Palácio do Buriti.
- Na Residência Oficial do Governador.
- No Centro Administrativo do Distrito Federal.
- Nas administrações regionais.
- Em grandes hospitais e unidades de atendimento.
- Nos terminais e estações prioritárias.

Os painéis apresentarão informações resumidas sobre orçamento, obras, Saúde, transporte e metas.

A mesma informação estará disponível pela internet e por QR Code.

3. Criar um cadastro único de contratos e fornecedores

Todos os contratos do governo serão integrados em uma única base.

Cada fornecedor terá uma página pública contendo:

- CNPJ.
- Sócios, conforme registros públicos disponíveis.
- Contratos ativos e encerrados.
- Valores recebidos.
- Órgãos contratantes.
- Aditivos.
- Sanções.
- Impedimentos.
- Entregas previstas.
- Entregas realizadas.
- Processos de fiscalização.
- Relações societárias identificadas pelos sistemas públicos.

As contratações também serão integradas ao Portal Nacional de Contratações Públicas, ambiente oficial criado pela Lei nº 14.133 para centralizar planos de contratação, editais, atas e contratos.

4. Implantar o programa Obra com Dono, Prazo e Preço

Toda obra pública terá:

- Número de identificação.
- Órgão responsável.
- Gestor do contrato.
- Fiscal da obra.
- Empresa executora.
- Valor inicial.
- Valor atualizado.
- Fonte dos recursos.
- Data de início.
- Data prevista de conclusão.
- Percentual físico executado.
- Percentual financeiro pago.
- Aditivos.
- Imagens atualizadas.
- Motivo de eventual atraso.
- Data corrigida de entrega.

Não haverá obra sem responsável identificado.

5. Criar a placa pública com QR Code

Toda obra terá uma placa padronizada, com informações objetivas:

- Nome e número da obra.
- Valor total.
- Data de início.
- Data prevista de conclusão.
- Empresa responsável.
- Secretarias participantes.
- Origem dos recursos.
- Responsável pela fiscalização.
- QR Code para acompanhamento.

O cidadão poderá fotografar a placa, abrir o contrato, verificar pagamentos e enviar reclamações com fotos e localização.

6. Implantar fiscalização por imagens e geolocalização

As empresas responsáveis por grandes obras deverão enviar registros periódicos com:

- Fotografias.
- Vídeos.
- Data.
- Localização.
- Etapa executada.
- Quantidade medida.
- Responsável técnico.

Os fiscais públicos utilizarão aplicativos para confirmar a presença no local e registrar as medições.

O pagamento somente ocorrerá depois da validação técnica da etapa executada.

A tecnologia não substituirá a vistoria presencial. Servirá para criar provas, histórico e rastreabilidade.

7. Criar alerta automático de irregularidades

Sistemas de análise de dados serão utilizados para identificar situações como:

- Preços muito acima do mercado.
- Empresas com sócios relacionados.
- Divisão artificial de contratos.
- Compras emergenciais repetidas.
- Aditivos excessivos.
- Pagamentos duplicados.
- Obras sem evolução física.
- Empresas recém-criadas com grandes contratos.
- Concentração de pagamentos em poucos fornecedores.
- Contratos próximos do vencimento sem planejamento de substituição.
- Servidores participando de etapas incompatíveis do processo.

Os alertas serão enviados aos gestores, à Controladoria e às unidades de auditoria.

A identificação automática de risco não significará condenação. Cada caso será analisado tecnicamente, com contraditório e respeito à legislação.

8. Fortalecer a Controladoria e as auditorias internas

A Secretaria de Transparência, Controle e Integridade terá autonomia técnica para fiscalizar:

- Secretarias.
- Administrações regionais.
- Empresas públicas.
- Autarquias.
- Fundos.
- Organizações contratadas.
- Convênios.
- Parcerias.
- Grandes obras.

As auditorias serão priorizadas conforme valor, risco, impacto social e histórico do fornecedor.

Os relatórios serão públicos, salvo quando o sigilo temporário for indispensável para proteger investigação ou dados pessoais.

9. Criar o programa Integridade desde o Primeiro Real

Os principais contratos deverão possuir plano de integridade e matriz de riscos antes da publicação do edital.

O planejamento deverá identificar:

- Riscos de sobrepreço.
- Riscos de atraso.
- Possíveis restrições à concorrência.
- Dependência de fornecedor único.
- Necessidade de desapropriação.
- Licenças pendentes.
- Interferências urbanas.
- Riscos ambientais.
- Impacto de reajustes.
- Plano para continuidade do serviço.

A Lei nº 14.133 estabelece normas gerais de contratação pública e determina a divulgação obrigatória dos atos no PNCP. O governo utilizará os instrumentos de planejamento, gestão de riscos e transparência previstos na legislação.

10. Abrir os dados sobre a origem do dinheiro

Cada contrato mostrará se os recursos vieram de:

- Tesouro do Distrito Federal.
- Governo Federal.
- Fundo Constitucional.
- Operação de crédito.
- Emenda parlamentar.
- Convênio.
- Fundo público.
- Organismo internacional.
- Contrapartida privada.

O PNCP já permite a divulgação da origem orçamentária dos recursos utilizados nas contratações. A integração distrital utilizará essa informação para ampliar a rastreabilidade.

11. Controlar integralmente os aditivos

Todo aditivo de prazo ou valor deverá apresentar:

- Justificativa técnica.
- Responsáveis pela decisão.
- Fato que gerou a alteração.
- Impacto no cronograma.
- Impacto financeiro.
- Parecer jurídico.
- Manifestação da fiscalização.
- Medidas para evitar nova alteração.

Obras com aditivos sucessivos entrarão automaticamente em regime especial de acompanhamento.

12. Publicar as agendas das autoridades

Governador, vice-governador, secretários, presidentes de empresas públicas e dirigentes de órgãos divulgarão agendas institucionais contendo:

- Reuniões.
- Participantes.
- Empresas representadas.
- Assunto tratado.
- Local.
- Resultado ou encaminhamento, quando possível.

Reuniões que envolvam licitações, contratos, benefícios fiscais, terrenos ou decisões regulatórias terão registro reforçado.

13. Criar proteção ao denunciante de boa-fé

Servidores, empresas e cidadãos poderão denunciar irregularidades com proteção de identidade, quando necessário.

O sistema garantirá:

- Protocolo.
- Acompanhamento.
- Proteção contra retaliação.
- Encaminhamento ao órgão competente.
- Registro das providências.
- Responsabilização por perseguição ao denunciante.

Denúncias deliberadamente falsas continuarão sujeitas às responsabilidades legais.

14. Cobrar ressarcimento dos responsáveis

Quando auditoria ou decisão definitiva identificar prejuízo, o governo buscará:

- Bloqueio de bens.
- Ressarcimento.
- Aplicação de multas.
- Rescisão contratual.
- Suspensão.
- Declaração de inidoneidade.
- Encaminhamento aos órgãos de investigação.
- Ações contra administradores e empresas responsáveis.

O dinheiro recuperado será registrado em painel próprio, com indicação de origem e destinação.

15. Criar prestação de contas trimestral do governador

A cada três meses, Elisson Ferreira e Sérgio Prado apresentarão publicamente:

- Metas cumpridas.
- Metas atrasadas.
- Obras entregues.
- Obras com problemas.
- Situação fiscal.
- Gastos das secretarias.
- Contratos relevantes.
- Filas dos serviços públicos.

- Medidas corretivas.
- Prioridades do próximo trimestre.

O governo não divulgará apenas resultados positivos. Também explicará atrasos, dificuldades e mudanças necessárias.

Controle das dez prioridades centrais

Cada uma das dez prioridades da chapa terá painel específico com:

- Custo previsto.
- Valor executado.
- Fonte dos recursos.
- Responsável.
- Cronograma.
- Meta numérica.
- Resultado alcançado.
- Problemas identificados.
- Providências adotadas.

Serão monitorados, entre outros:

- Recuperação do BRB.
- Reestruturação do IgesDF.
- Redução da tarifa.
- Expansão do metrô.
- Digitalização da Saúde.
- Oito mil vagas em creches.
- Segurança Pública.
- Habitação e regularização.
- Emprego e eletromobilidade.
- Transparência e controle das obras.

Custo estimado

O investimento preliminar será de:

R\$ 80 milhões a R\$ 140 milhões em quatro anos.

O valor inclui:

- Integração dos sistemas.
- Painéis digitais e físicos.
- Plataforma de obras.
- Cadastro de fornecedores.
- Aplicativos de fiscalização.
- Segurança cibernética.
- Armazenamento e processamento de dados.
- Equipamentos para auditoria.
- Capacitação de servidores.
- Ferramentas de análise de risco.
- Manutenção e suporte.

O valor definitivo dependerá do inventário dos sistemas existentes e da possibilidade de integração com ferramentas já utilizadas pelo Distrito Federal e pelo Governo Federal.

Não será adquirido um sistema inteiramente novo quando for possível integrar, adaptar ou aperfeiçoar soluções existentes.

Fontes de recursos

- Orçamento da Secretaria de Transparência, Controle e Integridade.
- Orçamento de tecnologia da informação.
- Recursos economizados com revisão de contratos.
- Ressarcimentos e multas, conforme a vinculação legal aplicável.
- Emendas parlamentares.
- Convênios de modernização administrativa.
- Programas federais de governo digital.
- Financiamentos para transformação digital.
- Cooperação com universidades e instituições públicas.
- Compartilhamento de estruturas entre órgãos.
- Redução de sistemas e contratos duplicados.

O PNCP oferece dados abertos, interfaces de integração e informações centralizadas sobre contratações. Em 2026, o Governo Federal ampliou as ferramentas de transparência e informou que mais de 240 plataformas públicas e privadas já estavam integradas ao portal.

Meta de economia e recuperação

O governo estabelecerá como meta produzir impacto financeiro equivalente a pelo menos:

R\$ 1 bilhão em quatro anos, somando:

- Economia em contratos.
- Prevenção de pagamentos indevidos.
- Redução de sobrepreços.
- Recuperação de valores.
- Multas aplicadas e recebidas.
- Redução de sistemas duplicados.
- Melhoria no planejamento das compras.
- Diminuição de obras paradas.
- Compras compartilhadas.
- Maior competição nas licitações.

Essa meta não será tratada como receita garantida para financiar antecipadamente novos gastos. Os resultados somente serão contabilizados após a economia ou recuperação efetivamente comprovada.

Metas numéricas

Primeiros 30 dias

- Inventariar **100%** dos sistemas de transparência, contratos e obras.
- Publicar a relação das principais obras em execução.
- Levantar todos os contratos acima do valor definido pela Controladoria.
- Identificar obras paradas, atrasadas ou sem cronograma atualizado.
- Criar a coordenação do Painel Brasília em Tempo Real.
- Determinar a publicação das agendas das autoridades.

PRIMEIROS 100 DIAS

- Lançar a primeira versão do Painel Brasília em Tempo Real.

- Disponibilizar acompanhamento público das dez prioridades centrais.
- Publicar **100%** das grandes obras com valor, prazo e execução.
- Padronizar as placas com QR Code.
- Criar o cadastro único de fornecedores.
- Implantar o sistema de acompanhamento dos aditivos.
- Apresentar o plano de integração com o PNCP.
- Divulgar o primeiro relatório de riscos dos grandes contratos.
- Publicar a primeira prestação de contas trimestral.

PRIMEIRO ANO

- Integrar **100%** dos novos contratos ao painel central.
- Implantar placas com QR Code em **100%** das novas obras públicas.
- Incluir pelo menos **80%** das obras em andamento no monitoramento digital.
- Publicar dados de **100%** dos pagamentos dos novos contratos.
- Realizar auditoria baseada em risco nos contratos que representem pelo menos **50%** do valor contratado pelo governo.
- Reduzir em pelo menos **20%** o tempo médio de resposta aos pedidos de informação, partindo da linha de base auditada.
- Reduzir em pelo menos **15%** as contratações emergenciais evitáveis.
- Produzir economia ou recuperação comprovada de pelo menos **R\$ 150 milhões**.

Segundo ano

- Integrar **100%** das secretarias, administrações regionais, autarquias e empresas públicas ao sistema.
- Monitorar digitalmente **100%** das grandes obras.
- Publicar o desempenho de **100%** das metas prioritárias.
- Reduzir em pelo menos **25%** os aditivos causados por falhas de projeto ou planejamento.
- Produzir economia ou recuperação acumulada de pelo menos **R\$ 400 milhões**.

Terceiro ano

- Integrar dados de contratos, obras, orçamento e metas em uma única plataforma.
- Reduzir em pelo menos **30%** as contratações emergenciais evitáveis.
- Reduzir em pelo menos **35%** os aditivos associados a falhas de planejamento.
- Garantir auditoria contínua dos contratos de maior risco.
- Produzir economia ou recuperação acumulada de pelo menos **R\$ 700 milhões**.

QUATRO ANOS

- Monitorar **100%** dos contratos e obras relevantes em plataforma integrada.
- Garantir QR Code em **100%** das obras públicas em execução.
- Publicar **100%** dos pagamentos, aditivos e medições, respeitados os sigilos legais.
- Disponibilizar acompanhamento das metas de todas as secretarias.
- Reduzir em pelo menos **40%** as contratações emergenciais evitáveis.
- Reduzir em pelo menos **50%** os aditivos provocados por projetos incompletos ou falhas de planejamento.
- Garantir análise automatizada de risco em **100%** dos contratos acima do valor definido pela Controladoria.
- Responder pelo menos **95%** dos pedidos de informação dentro do prazo legal.
- Produzir impacto financeiro comprovado de pelo menos **R\$ 1** bilhão entre economia, prevenção e recuperação.

- Publicar trimestralmente a prestação de contas do governador e do vice-governador.
- Implantar painéis físicos de transparência nas principais estruturas do governo e nas administrações regionais.

Indicadores públicos

O Painel Brasília em Tempo Real apresentará:

- Receita arrecadada.
- Despesa autorizada.
- Valores empenhados, liquidados e pagos.
- Contratos ativos.
- Pagamentos por fornecedor.
- Aditivos.
- Compras emergenciais.
- Obras em execução.
- Obras atrasadas.
- Obras paradas.
- Percentual físico e financeiro.
- Multas aplicadas.
- Valores recuperados.
- Economia comprovada.
- Pedidos de informação.
- Denúncias recebidas e encaminhadas.
- Metas cumpridas.
- Metas atrasadas.
- Resultados por região administrativa.

Compromisso de Elisson e Sérgio

“O dinheiro público pertence à população. Cada obra terá preço, prazo, empresa, fiscal e responsável. Cada contrato poderá ser acompanhado. Cada meta terá número e data. Nosso governo não vai pedir confiança cega. Vai oferecer informação, transparência e resultado para que qualquer cidadão possa fiscalizar.”



PLANO DE GOVERNO | AGIR DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA PREPARADA

GESTÃO DE RISCOS, RESILIÊNCIA E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



Apresentação

Governar não significa apenas executar projetos em condições normais. Um governo responsável precisa estar preparado para situações inesperadas que possam atingir a população, comprometer as finanças públicas ou interromper serviços essenciais.

Crises sanitárias, eventos climáticos, ataques digitais, escassez de água, redução da arrecadação e crescimento populacional acelerado podem alterar prioridades e exigir decisões rápidas.

Por isso, o Governo Elisson Ferreira e Sérgio Prado implantará uma política permanente de gestão de riscos, prevenção de crises e continuidade dos serviços públicos.

O objetivo será antecipar problemas, preparar respostas, proteger a população e garantir que Saúde, Segurança, abastecimento, transporte, educação e demais serviços essenciais continuem funcionando mesmo nos momentos mais difíceis.

Objetivo estratégico

Preparar o Distrito Federal para prevenir, enfrentar e superar crises de natureza climática, ambiental, sanitária, fiscal, tecnológica, social ou institucional.

A política de gestão de riscos será integrada ao planejamento das secretarias, empresas públicas, autarquias, hospitais, escolas, forças de segurança e administrações regionais.

Cada área deverá conhecer seus principais riscos, estabelecer medidas preventivas, definir responsabilidades e manter planos de continuidade.

Princípios

A política será baseada nos seguintes princípios:

- Prevenção antes da emergência.
- Decisão orientada por dados.
- Proteção da vida.
- Continuidade dos serviços essenciais.
- Coordenação entre os órgãos.
- Comunicação rápida e transparente.
- Responsabilidade fiscal.
- Proteção das informações públicas.
- Atendimento prioritário às populações vulneráveis.
- Revisão permanente dos planos.

Governança de riscos

Será instituído o Sistema Brasília Preparada, coordenado pela Casa Civil e pela Secretaria de Planejamento Estratégico, Brasília 2060 e Relações com a RIDE.

Participarão permanentemente:

- Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil.
- Secretaria da Saúde.
- Secretaria da Fazenda, Planejamento e Gestão.
- Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Cerrado.
- Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Transportes.
- Secretaria de Transparência, Controle e Integridade.

- Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Economia Digital.
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Primeira Infância.
- Caesb.
- CEB.
- Novacap.
- Metrô-DF.
- Detran-DF.
- Corpo de Bombeiros Militar.
- Polícia Militar.
- Polícia Civil.
- Administrações regionais.
- Demais órgãos responsáveis pelos serviços essenciais.

A coordenação não substituirá as competências dos órgãos. Sua função será integrar informações, estabelecer protocolos e garantir resposta conjunta.

Mapa Distrital de Riscos

O governo elaborará e atualizará anualmente o Mapa Distrital de Riscos.

O documento identificará:

- Probabilidade de ocorrência.
- Regiões mais vulneráveis.
- População potencialmente atingida.
- Impacto financeiro.
- Serviços que poderão ser interrompidos.
- Órgão responsável.
- Medidas preventivas.
- Recursos necessários.
- Plano de resposta.
- Tempo estimado para recuperação.

Parte das informações será pública. Dados que possam comprometer a segurança de sistemas, instalações ou operações terão acesso restrito.

Principais riscos do Distrito Federal

1. Crise hídrica

O crescimento populacional, a ocupação desordenada, a degradação ambiental e os períodos prolongados de estiagem podem comprometer o abastecimento.

O governo adotará:

- Monitoramento permanente dos reservatórios.
- Redução das perdas na distribuição.
- Proteção das nascentes e áreas de recarga.
- Diversificação das fontes de abastecimento.
- Reutilização de água em atividades compatíveis.
- Planos de contingência para hospitais, escolas e unidades essenciais.
- Campanhas de consumo consciente.
- Regras claras para situações de emergência.
- Combate a ligações clandestinas e desperdícios.

- Integração com Goiás e municípios da RIDE na proteção das bacias.

O objetivo será impedir que a crise seja enfrentada apenas quando os reservatórios já estiverem em situação crítica.

2. Seca, queimadas e baixa umidade

O período de estiagem aumenta os riscos de incêndios florestais, problemas respiratórios, destruição do Cerrado e comprometimento das fontes de água.

As medidas incluirão:

- Monitoramento climático.
- Ampliação dos aceiros.
- Brigadas preparadas.
- Equipamentos adequados.
- Fiscalização das áreas de risco.
- Proteção dos parques e unidades de conservação.
- Alertas à população.
- Integração entre Bombeiros, Defesa Civil, Meio Ambiente e Saúde.
- Reforço das unidades de atendimento nos períodos críticos.
- Responsabilização por queimadas criminosas.

3. Enchentes e alagamentos

Mesmo durante períodos de seca prolongada, chuvas intensas podem provocar alagamentos, erosões, deslizamentos e interrupções viárias.

O governo realizará:

- Mapeamento dos pontos críticos.
- Limpeza preventiva de bocas de lobo e redes de drenagem.
- Recuperação de galerias.
- Construção de reservatórios de contenção.
- Monitoramento das áreas de risco.
- Sistemas de alerta.
- Planos de evacuação.
- Fiscalização das ocupações em áreas inadequadas.
- Atendimento emergencial às famílias.
- Integração entre drenagem, urbanismo e planejamento das novas construções.

Cada região administrativa terá um plano para os principais pontos de alagamento.

4. Pandemias e emergências sanitárias

O Distrito Federal manterá capacidade permanente para responder a surtos, epidemias e pandemias.

As ações incluirão:

- Vigilância epidemiológica fortalecida.
- Estoque estratégico de equipamentos e medicamentos.
- Protocolos de expansão de leitos.
- Rede de laboratórios.
- Treinamento dos profissionais.
- Integração dos dados públicos e privados.
- Comunicação clara com a população.
- Planejamento para vacinação em larga escala.

- Proteção dos profissionais da Saúde.
- Continuidade das consultas, exames e tratamentos de outras doenças.

O plano deverá evitar que uma emergência sanitária paralise toda a rede de atendimento.

5. Déficit previdenciário

O crescimento das despesas previdenciárias poderá reduzir a capacidade do governo de financiar políticas públicas e investimentos.

O enfrentamento será realizado por meio de:

- Estudos atuariais atualizados.
- Transparência sobre receitas, despesas e projeções.
- Combate a fraudes.
- Cobrança de débitos.
- Gestão profissional dos recursos previdenciários.
- Revisão de despesas administrativas.
- Planejamento de longo prazo.
- Proteção dos direitos adquiridos.
- Diálogo com servidores e entidades representativas.
- Medidas graduais e juridicamente seguras.

Nenhuma decisão será escondida dos servidores ou tomada sem demonstração dos impactos.

6. Queda de arrecadação

Crises econômicas, desemprego, redução do consumo ou mudanças nas transferências federais podem diminuir a receita pública.

O governo manterá:

- Reserva de contingência.
- Monitoramento mensal das receitas.
- Cenários fiscais alternativos.
- Classificação das despesas por prioridade.
- Controle dos contratos de longa duração.
- Plano de redução de gastos administrativos.
- Proteção das políticas essenciais.
- Diversificação da economia.
- Combate à sonegação.
- Recuperação da dívida ativa.

Em caso de queda de arrecadação, os primeiros cortes ocorrerão em despesas administrativas, consultorias, estruturas não essenciais e gastos que não afetem diretamente a população.

7. Ataques cibernéticos

A digitalização dos serviços aumenta a necessidade de proteção contra ataques, vazamentos, sequestro de dados e interrupções dos sistemas públicos.

O governo implantará:

- Centro de Segurança Cibernética.
- Monitoramento contínuo.
- Cópias de segurança isoladas.
- Planos de recuperação.
- Autenticação reforçada.

- Controle de acessos.
- Testes periódicos de segurança.
- Capacitação dos servidores.
- Comunicação obrigatória de incidentes.
- Proteção dos dados pessoais.
- Redundância dos sistemas essenciais.
- Protocolos para continuidade do atendimento sem internet.

Saúde, Segurança, Fazenda, transporte, água, energia e folha de pagamento terão planos específicos de proteção e recuperação.

8. Crescimento populacional

O crescimento do Distrito Federal e dos municípios do Entorno aumenta a demanda por Saúde, educação, transporte, moradia, água, saneamento e Segurança.

O governo utilizará projeções populacionais para planejar:

- Novas escolas e creches.
- UBSs, hospitais e UPAs.
- Linhas de transporte.
- Expansão do metrô.
- Habitação.
- Abastecimento de água.
- Coleta e tratamento de esgoto.
- Segurança Pública.
- Empregos.
- Infraestrutura urbana.

Nenhuma grande obra ou política pública será planejada apenas com base na população atual.

Continuidade dos serviços públicos

Cada órgão responsável por serviço essencial deverá elaborar um Plano de Continuidade.

O documento deverá responder:

- O que fazer se o sistema digital parar?
- Como manter o atendimento sem energia elétrica?
- Como agir diante da falta de água?
- Quem assume o comando em uma emergência?
- Quais serviços não podem ser interrompidos?
- Quais fornecedores são indispensáveis?
- Qual é o estoque mínimo necessário?
- Onde estão as estruturas alternativas?
- Quanto tempo o órgão consegue operar em situação de crise?
- Como a população será informada?

Terão prioridade:

- Hospitais e unidades de Saúde.
- Segurança Pública.
- Defesa Civil.
- Abastecimento de água.
- Energia.

- Transporte público.
- Folha de pagamento.
- Arrecadação.
- Sistemas de regulação.
- Rede educacional.
- Assistência social.
- Serviços funerários.

Reserva estratégica e estoques essenciais

O governo estabelecerá níveis mínimos de segurança para itens como:

- Medicamentos.
- Equipamentos de proteção.
- Alimentos para hospitais e unidades sociais.
- Combustíveis.
- Materiais de emergência.
- Peças de equipamentos essenciais.
- Produtos para tratamento de água.
- Servidores e equipamentos de tecnologia.
- Estruturas temporárias de atendimento.

Os estoques serão monitorados para evitar tanto a falta quanto o vencimento e o desperdício.

Comunicação em situações de crise

Será criado um protocolo único de comunicação.

A população receberá informações sobre:

- O que aconteceu.
- Quais regiões foram atingidas.
- Quais serviços estão funcionando.
- Quais cuidados devem ser tomados.
- Onde buscar atendimento.
- Qual é a previsão de normalização.
- Como acompanhar as atualizações.

A comunicação deverá ser rápida, objetiva, acessível e livre de disputas políticas.

Informações falsas serão combatidas com dados oficiais e atualizações frequentes.

Integração com a RIDE

Riscos como crise hídrica, incêndios, doenças, mobilidade, segurança e crescimento populacional não respeitam limites territoriais.

O Distrito Federal buscará acordos permanentes com Goiás, Governo Federal e municípios da RIDE para:

- Compartilhar informações.
- Coordenar respostas.
- Planejar o atendimento.
- Proteger mananciais.
- Realizar operações conjuntas.
- Integrar serviços de emergência.
- Planejar transportes.

- Acompanhar o crescimento urbano.

Metas

PRIMEIROS 100 DIAS

- Instituir o Sistema Brasília Preparada.
- Elaborar a primeira versão do Mapa Distrital de Riscos.
- Identificar os serviços que não podem sofrer interrupção.
- Levantar os estoques estratégicos existentes.
- Auditar a segurança dos sistemas digitais essenciais.
- Atualizar os planos de crise hídrica, incêndios, enchentes e emergências sanitárias.
- Definir responsáveis e substitutos para cada situação crítica.
- Criar o protocolo único de comunicação de crises.

PRIMEIRO ANO

- Garantir plano de continuidade em **100%** dos órgãos responsáveis por serviços essenciais.
- Realizar simulações de crise hídrica, ataque cibernético, emergência sanitária e desastre climático.
- Implantar monitoramento integrado dos riscos.
- Criar planos regionais de resposta.
- Implantar sistema de alertas para a população.
- Definir estoques mínimos para os serviços essenciais.
- Publicar relatório anual de riscos e medidas preventivas.
- Capacitar gestores e equipes responsáveis pelas respostas.

QUATRO ANOS

- Atualizar anualmente o Mapa Distrital de Riscos.
- Garantir que **100%** dos serviços essenciais possuam planos testados de continuidade.
- Realizar pelo menos duas simulações integradas por ano.
- Implantar redundância nos principais sistemas digitais.
- Reduzir o tempo de resposta às emergências.
- Monitorar todos os pontos críticos de enchentes e incêndios identificados.
- Implantar planos de segurança hídrica e energética de longo prazo.
- Integrar o planejamento de riscos às metas de todas as secretarias.
- Disponibilizar informações públicas sobre prevenção, resposta e recuperação.
- Consolidar Brasília como referência em resiliência urbana e continuidade dos serviços públicos.

Indicadores públicos

O Painel Brasília Preparada apresentará:

- Riscos identificados.
- Nível de criticidade.
- Órgãos responsáveis.
- Medidas preventivas.
- Planos concluídos.
- Simulações realizadas.
- Tempo de resposta.
- Serviços interrompidos.
- Prazo de recuperação.

- Estoques estratégicos.
- Incidentes cibernéticos.
- Situação dos reservatórios.
- Áreas de risco climático.
- Investimentos em prevenção.
- Providências adotadas.

Compromisso AGIR

“Governar é realizar, mas também é estar preparado. Brasília terá um governo capaz de antecipar riscos, proteger a população e manter os serviços funcionando durante crises. Não vamos esperar a falta de água, a enchente, a epidemia ou o ataque digital acontecer para começar a agir. Prevenção, planejamento e resposta rápida serão responsabilidades permanentes do governo.”



O FUTURO COMEÇA AGORA.



PLANO DE GOVERNO 2027-2030

UMA NOVA ERA PARA O DISTRITO FEDERAL

